PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS
Programa de Pós-Graduação em Administração

Helton da Mata Santos

MICROCRÉDITO NO CONTEXTO BRASILEIRO:
um estudo sobre as transformações na realidade de indivíduos de baixa renda

Belo Horizonte
2018

Helton da Mata Santos

MICROCRÉDITO NO CONTEXTO BRASILEIRO:
um estudo sobre as transformações na realidade de indivíduos de baixa renda

Dissertação apresentada à Banca de Qualificação do Mestrado Acadêmico do Programa de Pós-Graduação em Administração da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Administração.

Orientador: Prof. Dr. Armindo dos Santos de Sousa Teodósio

Área de Concentração: Pessoas, Trabalho e Sociedade

Belo Horizonte

2018

FICHA CATALOGRÁFICA
Elaborada pela Biblioteca da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

Santos, Helton da Mata
S237m Microcrédito no contexto brasileiro: um estudo sobre as transformações na realidade de indivíduos de baixa renda / Helton da Mata Santos. Belo Horizonte, 2018.
116 f. : il.

Orientador: Armindo dos Santos de Sousa Teodósio
Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Programa de Pós-Graduação em Administração

1. Microfinanças - Brasil. 2. Pobreza - Aspectos sociais. 3. Classe média - Aspectos econômicos. 4. Bancos estatais. 5. Empréstimo bancário. I. Teodósio, Armindo dos Santos de Sousa. II. Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Programa de Pós-Graduação em Administração. III. Título.

CDU: 336.77

Helton da Mata Santos

MICROCRÉDITO NO CONTEXTO BRASILEIRO:
um estudo sobre as transformações na realidade de indivíduos de baixa renda

Dissertação apresentada à Banca de Qualificação do Mestrado Acadêmico do Programa de Pós-Graduação em Administração da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Administração.

Orientador: Prof. Dr. Armindo dos Santos de Sousa Teodósio

Área de Concentração: Pessoas, Trabalho e Sociedade

Prof. Dr. **Armindo dos Santos de Sousa Teodósio** – PUC Minas (Orientador)

Profa. Dra. Graziella Maria Comini - FEA / USP (Banca Examinadora)

Prof. Dr. Francisco Vidal Barbosa – CEPEAD / UFMG (Banca Examinadora)

Belo Horizonte, 21 de fevereiro de 2018

AGRADECIMENTOS

A Mariana e Maria Eduarda que ajudaram a acreditar no sonho e que sempre se revelaram parceiras certas e amorosas em qualquer desafio na vida.

Aos meus pais e aos meus irmãos, que sempre serviram de fonte de inspiração para não ceder diante das barreiras.

Ao Banco do Brasil S/A, que pelo compromisso em investir no aperfeiçoamento de seus funcionários nos possibilitou mais uma conquista em minha vida.

Ao meu orientador, Téo, pelo zelo em nos tornar cada dia melhores e mais atentos as causas humanas e sociais.

Aos colegas de trabalho que sabendo de nossos objetivos sempre contribuíram de alguma forma.

Aos microempreendedores individuais, verdadeiros batalhadores brasileiros, que encontram no trabalho verdadeiro trunfo para a conquista de um Brasil melhor.

RESUMO

É possível um produto bancário ajudar as pessoas a saírem totalmente da situação de pobreza? Números recentes apontam para dois importantes acontecimentos ocorridos no Brasil e no mundo: a diminuição de pessoas em situação de pobreza e o surgimento de uma suposta "Nova Classe Média". Um dos meios para se chegar a esses dados é a elevação de renda destas pessoas. Mas elevar a renda, somente, não garante a saída plena da pobreza e nem a realocação em classe social superior. Há fatores importantes a serem considerados como a cultura, a socialização e preparo emocional para lidar com as relações sociais cotidianas. A expansão do crédito e seu acesso por populações de baixa renda acompanharam estas mudanças. O microcrédito, como mecanismo de combate à pobreza e inclusão bancária, conheceu neste mesmo período seu momento de maior expansão. Por sua oferta ocorrer, muitas vezes, em instituições bancárias o microcrédito frequentemente possui características de produto bancário. Os microempreendedores individuais (MEIs), público alvo do microcrédito, antes desatendidos do sistema tradicional de concessão de crédito, estão experimentando algum tipo de financiamento para suas atividades. A investigação se fundamenta na pesquisa qualitativa. Foi realizada pesquisa de campo por meio de entrevistas semiestruturadas com microempreendedores que tiveram e/ou tem operações de Microcrédito em Banco Oficial, bem como a coleta e análise de dados secundários junto ao banco ofertante dos financiamentos. Os resultados apontam que os ganhos aos beneficiários do programa de microcrédito não se restringem aos de capital econômico. Há ganhos significativos em termos de Capital Social, Cultural e Emocional, nos quais as percepções de si no mundo, pelos microempreendedores, demostram o quanto é possível se pensar além do econômico no desenvolvimento de um produto de inclusão financeira, e desta forma ter um instrumento viável no combate à pobreza.

Palavras-Chave: Microfinanças; Microcrédito; Pobreza; Nova Classe Média; Banco Púbico.

ABSTRACT

Is it possible for a banking product to help people get out of poverty? Recent figures point to two important data that have occurred in Brazil and the world: the decrease of people living in poverty and the emergence of a new middle class. One of the means to arrive at these data is the increase of income of these people. But raising income, alone, does not guarantee the full exit from poverty and nor the relocation in a higher social class. There are important factors to consider such as culture, socialization and emotional preparation. The expansion of credit and its access by low-income populations have accompanied these changes. Microcredit as a mechanism for combating poverty and banking inclusion, during this same period saw its period of greatest expansion. Because it is offered, often in banking institutions, it often has banking product characteristics. Individual microentrepreneurs (MEIs), the targeted target of microcredit, previously unattended from the traditional credit granting system, have experienced funding for their activities for the first time. Research is based on qualitative research. Field research was conducted through semi-structured interviews with microentrepreneurs who had and / or have Microcredit operations in the Official Bank, as well as the collection and analysis of secondary data with the bank offering the financing. The results indicate that the gains to the beneficiaries of the microcredit program are not restricted to those of economic capital. There are significant gains in Social, Cultural and Emotional Capital, where the microentrepreneurs' perceptions of themselves in the world show how much it is possible to think beyond economic in the development of a product of financial inclusion, and thus to have a viable instrument in the fight the poor

Keywords: Microfinance, Microcredit; Poverty; New Middle Class; Government Bank.

SUMÁRIO DAS ILUSTRAÇÕES

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Principais tipos de Capitais para Bourdieu 17
Quadro 2 - Matriz de Carências e Satisfações 22
Quadro 3 - Comparação entre Classe Média e Batalhadores 33
Quadro 4 - Comparativo de Princípios religiosos 36
Quadro 5 - Tipos de Microfinanças 39
Quadro 6 – Tipos de políticas públicas 41
Quadro 7 - Evolução Normativa do Microcrédito 55
Quadro 8 - Dados dos Entrevistados (MEI) 67
Quadro 9 - Condições do MPO no Banco do Brasil 73
Quadro 10 - Descrição dos MEIs (Microempreendedores individuais) 75
Quadro 11 - Efeitos do acesso ao MPO 97

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Índice Gini de Desigualdade: Brasil em 10 anos 26
Gráfico 2 - Evolução das Classes Econômicas 28
Gráfico 3 - Evolução de empregos formais, por faixa de remuneração 32
Gráfico 4 - Valor da Carteira Total de Várias Modalidades de Crédito Pessoa Física 58
Gráfico 5 - Nível de Renda dos Beneficiários de Microcrédito 59
Gráfico 6 - Participação na Oferta de Microcrédito 60

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABA	*Alexandria Business Association*
ADB	*Asian Development Bank*
ADEBRAS	Instituição de Crédito Popular Sudoeste Mineiro
ACSI	*Amhara Credit and Savings Institution*
AIM	Ano Internacional do Microcrédito (2005)
Al Almana	*Association Al Amana for the Promotion of Micro-Enterprises Marroco*
ASA	*Association for Social Advancement*
BACEN	Banco Central do Brasil
BB	Banco do Brasil S/A
BNB	Banco Nordeste do Brasil
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BRAC	*Bangladesh Rural Advancement Committee*
Branta	*Banco del Trabajo*
BRI	*Bank Rakyat Indonesia*
CADIN	Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal
CCE	Crédito com Educação (*Freedom from Hunger*)
CEAPE	Centro de Apoio aos Pequenos Empreendimentos
CEF	Caixa Econômica Federal
CGAP	*Consultative Group to Assist the Poor*
CMN	Conselho Monetário Nacional
CRESCER	Crédito com *Educación* Rural
DBACD	*Dakahlya Business Men's Association for Commuity Development*
DESA	Departamento de Assuntos Econômicos e Sociais das Nações Unidas
FADU	*Farmers Development Union*
FBPMC	*Fondation Banque Populaire pour le Micro Credit*
FENAPE	Federação Nacional da rede CEAPE
FIE	*Fondo Financeiro Privado para el Fomento a Iniciativas Económicas*
FMI	Fundo Monetário Internacional
FONDEP	*Foundation for Local Development and Partnership*
GATT	Acordo Geral de Tarifas e Comércio
IAF	*Inter-American Fondation*

IDACO	Instituto de Desenvolvimento Ação Comunitária
IFC	*International Finance Corporation*
IIC	Inter americana de Investimentos
IMF	Instituições de microfinanças
MBB	*Micro Banking Bulletin*
MFN	*Microfinance Network*
MPO	Microcrédito Produtivo Orientado
OIT	Organização Internacional do Trabalho
ONG	Organização Não-Governamental
OSCIP	Organização da Sociedade Civil de Interesse Público
PRIDE	*Promotion of Rural Initiatives and Development Enterprises*
PRODEM	*Fundación para Promoción y el Desarrollo de la Microemp*
RIF	Relatório de Inteligência Financeira (BACEN)
SERASA	Empresa de Informações de Crédito
SCM	Sociedades de crédito ao microempreendedor
SCPC	Serviço Central de Proteção ao Crédito
SFN	Sistema Financeiro Nacional
SINAD	Sistema de Inadimplentes da Caixa
SCMEPP	Sociedade de Crédito ao Microempreendedor e à Empresa de Pequeno Porte
The MIX	*Microfinance Information eXchange*
TMSS	*Thengamara Mohila Sabuj Sangha*
UNCDF	Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para Bens de Capital
UNO	União Nordestina de Assistência a Pequenas Organizações
USAID	*United States Agency for International Development*
XAAH	Banco de Agricultura da Mongólia

SUMÁRIO

1 Introdução 11

2 Referencial Teórico 15

2.1 Pobreza: debates conceituais e implicações para políticas públicas 15

2.2 Pobreza e Trabalho entre a "Nova Classe Média" e os "Batalhadores Brasileiros" 26

2.2.1 Nova Classe Média: Crédito e Consumo 34

2.2.2 A religiosidade e a nova Classe Média 35

2.3 Microfinanças e Microcrédito 38

2.3.1 Microfinanças 38

2.3.2 Microcrédito, política pública e pobreza 40

2.3.3 Microcrédito e Empreendedorismo 42

2.3.4 Campo das Microfinanças: atores e estratégias de intervenção 46

2.3.5 Microcrédito no Brasil: desafios e perspectivas 52

3 Procedimentos Metodológicos 63

4 ANÁLISE DE DADOS 69

4.1 Compreensão do Microcrédito no Banco do Brasil S/A 69

4.1.1 Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado - PNMPO 69

4.1.2 Programa CRESCER 70

4.1.3 Programa PROGREDIR 71

4.1.4 Características e Dados do MPO no Banco 72

4.1.5 O acesso ao MPO 73

4.1.6 MOVERA e MPO 74

4.2 Histórias de Vida, Situação de Pobreza e Ascenção de Classe 74

4.2.1 Os microempreendedores e a Nova Classe Média 80

4.3 Os microempreendedores e MPO: relação com o crédito 84

4.4 Os efeitos do MPO em Capital Econômico, Social, Cultural e Emocional 87

5 Considerações Finais 99

Referências 103

ANEXO A – Roteiro de Entrevista 109

ANEXO B – Legislação MPO 113

1 Introdução

No mundo, uma em cada oito pessoas estão vivendo na extrema pobreza, diz o relatório da ONU publicado em 19 de julho de 2016. Segundo o documento, o mundo está apenas no início de sua jornada rumo às metas globais para erradicação da pobreza. O mesmo relatório traz números importantes de avanços no combate à pobreza, que aconteceu nos últimos 30 anos. Para a instituição, são considerados como vivendo em extrema pobreza as pessoas que sobrevivem com menos de 1 dólar por dia. Segundo o mesmo relatório, 2% da população mundial vive com menos de 2 dólares/dia. O que revela que a pobreza deve ser pauta de debate em todas as ciências e em todos os lugares do planeta.

O Brasil, não muito diferente do resto do mundo, apresenta patamares elevados de pobreza. Em função do histórico de colonização, desenvolvimento tardio e dependência econômica, além de uma série de outros problemas internos antigos e recentes, possui uma grande quantidade de pessoas vivendo em situação de pobreza. Mesmo diante dos avanços recentes no combate à pobreza no país, grande parte da população, cerca de 16,27 milhões de brasileiros, segundo dados do Ministério de Desenvolvimento de Combate à Fome, ainda se encontram nesta situação.

Políticas de transferência de renda, agendas para o desenvolvimento sustentável, acordos entre países e uma série de outras iniciativas tem buscado o combate à pobreza e a amenização de suas consequências. Mas, combater a pobreza não é somente gerar capacidade de consumo para populações que antes não a possuía (Sen, 2015; Souza, 2012; Carrion, 2009; Lavinas & Martins, 2012; Teodósio,2006; Scalfoni *et al*., 2015; Scalfoni, 2016).

Nos últimos 30 anos, tanto no Brasil, como no mundo, grandes conquistas foram obtidas por diversos grupos de pessoas, no que tange ao aumento de renda. Para Neri (2012), baseando-se no avanço brasileiro no índice Gini, isso implicaria em considerar que Brasil passou a ser "um país de classe média". Há mais pessoas na classe média que em classes inferiores, classes D e E. O autor considera o aumento da renda como principal forma de se medir essa "nova classe média", que antes se encontrava na chamada Base da Pirâmide.

Adversos ao pensamento de Neri (2012), apresentam-se Souza (2012) e Pochmann (2012), que consideram que o adicional de ocupados na base da Pirâmide Social reforçou o contingente da classe trabalhadora que, equivocadamente, foi

identificada como uma “nova classe média” ou a chamada classe “C”. Para Pochmann (2012), o que aparenta ser uma “nova classe média” nada mais é que um contingente considerável de pessoas que trabalham mais e em profissões diferentes de padrões profissionais anteriores, como rurais e domésticas. Para Souza (2012), elementos essenciais na análise das classes sociais foram deixados de lado ao se considerar essa “nova classe média”.

Aspectos sociais, culturais e emocionais não foram pensados ao se considerar a elevação da classe de muitas pessoas, o que vem de encontro à teoria de Bourdieu (2008), na qual os conceitos de Habitus e Campus são essenciais para se medir a diminuição de pobreza e a ascensão de classe. Ganhos puramente econômicos são insuficientes para se medir a pobreza e sua diminuição. É preciso considerar ganhos também de ordem simbólica, associados às dimensões social, cultural e emocional da realidade dos indivíduos.

Para Souza (2012) e Pochmann (2012), além de tantas outras características que distinguem essa “nova classe média” de uma verdadeira “Classe Média”, a falta de acesso ao crédito é uma característica marcante nesta distinção de “classes médias”. A exclusão do sistema financeiro tradicional sempre foi uma realidade na vida dos indivíduos de baixa renda (Dowbor,2013; Abramoway, 2012).

Experiências em torno do mundo, assim como no Brasil, têm demonstrado como é possível criar instrumentos capazes de combater a pobreza. O exemplo do Grameen Bank em Bangladesh mostrou que a oferta de oportunidade através do crédito é capaz de conseguir um ganho socioeconômico considerável para populações em situação de pobreza. Assim como em Bangladesh, em vários países do mundo se multiplicam experiências que mostram a viabilidade do crédito, em especial do microcrédito, como mecanismo de combate à pobreza. (Pitt & Kandker, 1998; Carrion, 2009; Rigo & Passos, 2015; Gonzalez, 2009; Monzoni Neto, 2006; Imai *et.al*., 2012). Entre as muitas experiências de microcrédito destacam-se aquelas implementadas em países pobres e emergentes.

No Brasil, o governo exerce papel central na economia e no combate à pobreza, além de ser o grande fomentador de iniciativas na democratização do crédito (microcrédito). Desta forma, os bancos públicos como agentes de fomento e articuladores das políticas públicas, possuem hoje mais de 90% das operações de microcrédito e mais de 95% do volume de crédito e quantidade de cliente destas operações no país, principalmente o Banco do Nordeste do Brasil (BNB), que concentra

parcela considerável de operações e volumes de microcrédito. Fatores como a capilaridade da rede de agências, compromisso com políticas públicas, modelos de relacionamento específico com a população de baixa renda e a manutenção de taxas específicas de juros são alguns dos elementos responsáveis pelo papel dos bancos púbicos oficiais na distribuição de microcrédito.

Além do Banco do Nordeste do Brasil, tem-se o Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal, que como bancos oficiais, apresentam em sua gama de produtos a oferta de microcrédito disponível ao público de baixa renda. A capilaridade de rede de agências dos bancos públicos faz com que eles estejam presentes em muitas localidades brasileiras e apoiados por uma rede de correspondentes bancários que são capazes de chegar a muitos brasileiros, sobretudo "nos interiores do Brasil", onde se demanda mais a presença de recursos financeiros para pessoas de baixa renda, sobretudo o microcrédito. Além disso, esses bancos têm exercido um papel central na inclusão bancária e financeira (Diniz & Jayo, 2008; Gonzalez *et al.*, 2013).

A abordagem da dissertação é discutir se o microcrédito, como mecanismo de combate à pobreza e como mecanismo de atuação do governo, através dos bancos públicos, é capaz de atingir seus objetivos de conseguir dar suporte a um desenvolvimento, ao mesmo tempo econômico, social, cultural e emocional de seus beneficiários. Para a fundamentação teórica se sustenta nas ideias de Bourdieu (2008) e Souza (2012). Em sua maioria, os beneficiários são microempreendedores pessoa física, que não possuem trabalho formal com carteira assinada. São pessoas ocupadas em serviços de prestação de serviços ou trabalhadoras de forma autônoma (empreendedoras).

É relevante destacar que o autor desta dissertação, no exercício de função junto a um banco público federal há 9 anos, tem convivido com a oferta e concessão de microcrédito aos microempreendedores. Mesmo que em uma cidade de pequeno porte, é possível apreender a presença e a importância de programas de transferência de renda para alavancar o desenvolvimento local. A pesquisa atual tem sua pertinência ao avaliar o "*locus*" onde ocorre grande parte das operações de microcrédito no Brasil, ou seja, em bancos públicos e em cidades do interior. No mesmo sentido a realidade econômica, social, cultural e emocional da grande maioria dos beneficiários de microcrédito está presente neste ambiente da pesquisa.

Diante disso, propõe-se entender que dimensões ou que capitais o Microcrédito Produtivo Orientado (MPO) é capaz de desenvolver nos beneficiários, tendo como

pergunta-chave para a dissertação: O MPO é capaz de gerar ganhos de Capital Econômico, Social, Cultural e Emocional em seus beneficiários? Como desdobramentos dessa pergunta de investigação, tem-se como objetivo geral e objetivos específicos os abaixo listados:

Objetivo geral: Verificar se o MPO (Microcrédito Produtivo Orientado) é capaz de realizar transformações na vida da população de baixa renda, beneficiárias desta linha de crédito, nas dimensões de capital econômico, social, cultural e emocional.

Objetivos específicos:

a) Conhecer as políticas de concessão de microcrédito pelos bancos públicos e no banco do Brasil, sua origem, objetivos e formas;
b) Compreender quem são os beneficiários de microcrédito: sua origem social, necessidades monetárias e sua relação com o mundo do trabalho e das finanças.
c) Analisar como estes beneficiários se relacionam com o crédito no seu cotidiano; analisando facilidades e dificuldades enfrentadas por eles no acesso ao microcrédito.

Para apoiar as análises a que se propõe o trabalho, no marco teórico inicialmente avalia-se a questão da pobreza, dado que o grande objetivo do microcrédito é o combate à pobreza e a melhoria na qualidade de vida das pessoas em situação de vulnerabilidade social. O posterior debate sobre a classe social auxilia a melhor compreender as características do público a que se destina o microcrédito como produto bancário no contexto brasileiro. Esse público é composto por indivíduos que se inserem em relações de trabalho marcadas pela informalidade e precariedade. A dificuldade histórica de acesso ao crédito em todas as suas formas é outra característica destes indivíduos. O estudo de grandes modelos de microcrédito, assim como a análise dos impactos do microcrédito na realidade brasileira serve para dar suporte para as análises sobre os impactos do microcrédito que se busca engendrar neste estudo.

Na metodologia, são descritas as ferramentas de pesquisa utilizadas, as entrevistas com microempreendedores tomadores do microcrédito MPO. Esses diálogos são expostos e explorados na análise dos dados, na qual são apresentados seus debates e embates na busca pela melhoria da qualidade de vida e ascensão social. As considerações finais apresentam uma síntese da investigação, dos resultados e objetivos alcançados em toda a dissertação e de pesquisas futuras que podem se estabelecer a partir dos achados do presente estudo.

2 Referencial Teórico

2.1 Pobreza: debates conceituais e implicações para políticas públicas

Quando se utiliza o termo “pobreza”, sobretudo nas ciências sociais e econômicas, uma primeira compreensão refere-se à ideia de “privação”, “ausência” ou “falta de algo”, enfim, déficit de alguma ordem. Mas a noção de déficit só existe quando se tem conhecimento ou noção do contrário, que é a posse, a presença de algo. Esta distância ou oposição, entre ambas, denomina-se desigualdade.

A desigualdade, nas ciências sociais e econômicas, tem recebido a atenção dos pesquisadores ao longo de toda a história destas disciplinas. Segundo Sen (2015, p. 145), “mesmo os que tem pensado grandes sistemas econômicos e sociais utópicos, tem se dedicado à questão de divergência econômica-social”. A pobreza não deixa de ser o foco de estudos das ciências econômicas, mesmo quando a preocupação está no debate voltado para o desenvolvimento.

Números demonstram o quanto a pobreza no mundo diminuiu nos últimos anos, considerando-se a elevação de renda, a diminuição da fome e o acesso a certos bens de consumo. Isso faz crer que o nível de desigualdade tem, consequentemente, diminuído. Para Sen (2015), esses dados refletem uma visão de desenvolvimento baseada no consumo de bens e serviços. A diminuição da pobreza, que se considera aí, se relaciona mais com a adoção de um padrão de vida, baseado no consumo, do que com um progresso humano-social de fato. Para o autor, a pobreza deve ser vista como privação de capacidades básicas em vez de meramente como baixo nível de renda. Ele não exclui a importância da renda como mecanismo de diminuição de pobreza, mas realça que não se restringe a isso. Sen (2015, p.147) considera “a ausência de capacidade do indivíduo, não sua pouca possibilidade em adquirir um bem ou realizar um consumo, mas a sua privação de realizações e liberdades substantivas individuais”. Isso constitui uma dimensão chave na compreensão da pobreza.

Para Bronzo (2007, p. 8), “o enfoque tradicional da pobreza, calcado em uma perspectiva monetária, pode não ser mais suficiente”. Há dimensões mais importantes a serem analisadas quando se pensa em combate à pobreza. Para a pesquisadora, o combate à pobreza deve ter enfoque também nas dimensões políticas, sociais e culturais, sendo, portanto, inadequado abordá-la exclusivamente sob o aspecto econômico. O enfoque monetário da pobreza acaba por se constituir em um obstáculo para a

compreensão do caráter multideterminado e multidimensional das condições de privação, o que abre espaço para outras abordagens sobre o problema da destituição e/ou da pobreza.

Para uma análise da questão da pobreza, assim como para o debate sobre a suposta "nova classe média" no Brasil é importante considerar elementos da sociologia de Pierre Bourdieu. Segundo Bourdieu (2008), para uma análise relevante em questões sociais é necessário ter bem claro dois elementos*: habitus e campus.* Para o autor '*habitus*" é o sistema de disposições adquiridos pela experiência e nos processos de socialização, que varia segundo o lugar e o movimento. A ideia de "*campus*" está associada ao espaço multidimensional de inserção e estabelecimento de relações sociais que envolve os indivíduos, ultrapassando a dimensão econômica somente e englobando as lutas simbólicas tratadas em seu interior.

> Nessa perspectiva, cada campo é marcado por agentes sociais providos de mesmo habitus e, entre elas, há uma relação de condicionamento – o campo estrutura o 'habitus' (Sant'Anna *et al.*, 2010, p. 50).

Para Sant'Anna (2010), a consequência dessa abordagem de Bourdieu é que os campos se organizam, hierarquicamente, a partir do modo como seus membros dispõem e articulam seus capitais. É a articulação desses capitais que nos permitiria a um pesquisador perceber um determinado campo. É a partir desses capitais e seus respectivos enriquecimentos que pode-se afirmar um desenvolvimento de fato social.

Bourdieu (2008) enumera quatro tipos principais de capitais: econômico, cultural, social e simbólico. O Capital econômico seria formado pelos diferentes fatores de produção (bens materiais, renda, patrimônio) ao passo que o Capital Cultural corresponderia ao conjunto de qualificação intelectuais transmitidos ao longo da vida. Já o Capital Social envolveria uma rede de relações sociais tanto dos indivíduos quanto do coletivo. Por fim, o Capital Simbólico que está relacionado ao aumento de prestígio e reconhecimento pelo indivíduo ou grupo que preserva em seus domínios os recursos considerados essenciais em determinado "campo".

Para se pensar em redução da desigualdade ou diminuição de pobreza é preciso que haja um crescimento em todos estes capitais, que para o autor compõem a condição de vida social dos indivíduos.

Quadro 1 - Principais tipos de Capitais para Bourdieu

Capitais	Escopo	Exemplos
Econômico	Recursos associados aos fatores de produção (terra, fábrica e trabalho) e aos ativos econômicos, como a renda e os bens materiais. Podem ser acumulados e reproduzidos por meio de estratégias de investimento econômico e de outros mecanismos, associados à obtenção ou manutenção de relações sociais, que podem possibilitar o estabelecimento de vínculos economicamente úteis	Terra, trabalho, dinheiro, patrimônio e bens materiais
Cultural	Conjunto de conhecimentos, habilidades e qualificações intelectuais transmitidos pela família e pelas instituições escolares ao longo da vida do indivíduo. O capital cultural pode adquirir três formas: o estado incorporado, como uma característica durável do corpo (a forma de falar); o estado objetivo, como a posse de bens culturais; o estado institucionalizado, decretado por instituições de ensino.	Valores familiares, obras de arte, títulos acadêmicos e títulos nobiliários no contexto de sociedades aristocráticas
Social	Agregação de recursos atuais ou potenciais que têm estreita conexão com a rede de relações institucionalizadas de reconhecimento e de Inter reconhecimento entre indivíduos e grupos. Envolve a manutenção das relações sociais individuais e coletivas, acumulando-se pelo processo de socialização.	Rede de relacionamento e recursos que podem ser acessados a partir dessas conexões
Simbólico	Relacionado à acumulação de prestígio, honra e reconhecimento social por um indivíduo/grupo que preserva sob seu domínio os recursos considerados essenciais num determinado campo. Sua posse não implica, necessariamente, domínio de uma propriedade "objetiva", e sim de um recurso simbólico que foi legitimado pelos atores sociais num campo específico, podendo não ser relevante em outro espaço social. Deter e manter a posse de recursos simbólicos requer muito investimento, tempo e disposição pessoal para reafirmar as visões de mundo e sistemas classificatórios vigentes.	Síntese dos capitais econômicos e culturais reconhecidos como legítimos por determinado campo social.

Fonte: Sant'Anna *et al.*, (2016, p. 50).

Não muito distante da teoria de Bourdieu, para Carrion (2009, p. 59), "todas as definições de pobreza existentes podem ser enquadradas em uma das três categorias: a) pobreza é ter menos do que um mínimo objetivamente definido; b) pobreza é ter menos do que outros na sociedade; c) pobreza é sentir que não se tem o suficiente para seguir adiante." Segundo a autora, estas três formas de classificação da pobreza se relacionam diretamente a três tipos de "carências" desenvolvidas pelas pessoas em situação de vulnerabilidade social:

> 1 – "Pobreza como carência no atendimento de necessidades básicas", que poderia se relacionar como pobreza de "capital econômico", dado que o ganho puramente

> financeiro é capaz de suprir essa carência, sendo que o capital econômico se relaciona com a renda;
>
> 2 – "Pobreza como carência de Capital Social", que poderia se relacionar com a carência em termos de laços sociais, de redes complexas de reciprocidade e de confiança (Toledo, 2005). Capital Social entendido, como o conjunto de recursos atuais ou potenciais que estão ligados à posse de uma rede durável de relações mais ou menos institucionalizadas de conhecimento e reconhecimento. Bourdieu (2006)
>
> 3 – "Pobreza como carência de empoderamento", que poderia se relacionar com a carência do chamado "Capital Simbólico/Emocional", ou seja, em termos de sentimento de pertença e capacidade se fazer ouvir.

Se para o combate à pobreza na sua dimensão de carência de "capital econômico" bastaria apenas o aumento de renda, nas demais dimensões da pobreza, outras intervenções de natureza distintas seriam demandadas. A proposta de Sen (2015, p. 126) é que "se faça a distinção entre pobreza como inadequação de capacidade" de pobreza "como renda com baixo nível". Porém, cabe destacar a importância dos rendimentos. Eles seriam importantes porque através de uma renda relativa é possível aumentar o potencial de uma pessoa em ser mais produtiva e, consequentemente, ao ser mais produtivo esse indivíduo poderia ser capaz de adquirir ainda maior renda. Mesmo porque o aumento das capacidades humanas associa-se a expansão das produtividades e do poder de adquirir e aumentar a renda.

Outra ligação, comumente feita pela grande maioria das ciências sociais e humanas, é compreender a pobreza como sinal de desigualdade entre um grupo social com certa renda que se distância de outro determinado grupo, dentro de uma população. Para Sen (2015), a desigualdade de renda difere de desigualdade em diversos outros "espaços", como "bem-estar", "liberdade" e diferentes aspectos da qualidade de vida, como saúde e longevidade. O autor exemplifica apontando que uma pessoa pode até ter uma renda elevada, mas se não possui a oportunidade de uma participação política, não é "pobre" no sentido usual, mas é pobre numa importante perspectiva da vida em sociedade. Essa diferença pode estar associada ao território onde os indivíduos se encontram.

O combate à situação de pobreza está sempre atrelado ao debate sobre desenvolvimento e, em um discurso economicista, prende-se substancialmente a ser entendido como a inclusão de pobres em níveis mais elevados de consumo, antes não acessados por esta classe. Mas não é o igualitarismo econômico (restritamente financeiro) que poria fim à desigualdade e, consequentemente, à pobreza. Por exemplo, fazer uma população comprar mais não significa fazê-la menos pobre.

Para Sen (2015), é preciso que se leve em consideração diversidades ambientais, variações no clima social, diferenças de perspectivas relativas entre grupos sociais, heterogeneidades pessoais e distinções familiares no desenho de políticas públicas voltadas ao combate à pobreza. Para Bronzo (2010), é preciso levar em conta a dimensão relacional e o foco no território, porque a pobreza é também fruto de relações sociais e de processos de segregação e marginalização sócio espacial.

A ausência de Capital Social faz entender a pobreza como ausência de liberdades substantivas – capacidades – de escolher uma vida que se tem razão para valorizar (Sen, 2015). Capacidades entendidas como liberdade de escolha do indivíduo de uma forma completa e irrestrita, com consciência de si e de suas escolhas, expressada através de várias escolhas sociais que uma pessoa possa fazer.

> A ‘capacidade’ de uma pessoa consiste nas combinações alternativas de funcionamentos cuja realização é factível para ela. Portanto, a ‘capacidade’ é um tipo de liberdade: a liberdade substantiva de realizar combinações alternativas de funcionamentos (ou, menos formalmente expresso, a liberdade para ter estilos de vida diversos (Sen, 2015, p. 105).

Abramoway (2012), ao analisar os números atuais que mostram o quanto a pobreza no mundo tem se reduzido, alerta que é uma conclusão perigosa associar esse avanço ao crescimento na economia mundial, que aumentou cinco vezes de tamanho nos últimos 30 anos. Segundo autor, o verdadeiro desafio de uma “nova economia” é associar sociedade e natureza, economia e ética. Trata-se de não reduzir os avanços econômicos ao simples aumento da capacidade das pessoas adquirirem bens e serviços, comuns em discursos economicistas de primeira ordem.

A grande questão posta por Abramoway (2012) está na resposta à pergunta: “produzir para quem?”, pois o mundo tem recursos finitos. Os limites das políticas públicas e dos arranjos macroeconômicos desenvolvimentistas baseados em uma visão economicista de combate à pobreza são nítidos e tornam ainda mais urgentes a adesão de novos parâmetros para uma nova economia para se mensurar, avaliar e governar a macroeconomia, na qual a ética ocupe lugar central.

Para Dowbor (2013), pessoas em situação de pobreza não estão isolados dos ‘ricos’ e hoje têm consciência de que são pobres. Os processos econômicos estão nas mãos de uma minoria que hoje domina amplamente a política, o que impede um desenvolvimento equilibrado. A imensa maioria, constituída por pessoas em situação de pobreza e de exclusão econômica, não participa dos resultados do desenvolvimento

econômico *per si*, sendo que muitas vezes a dinâmica econômica impossibilita que muitas pessoas tenham acesso ao que a Organização Internacional do Trabalho (OIT) chama de "trabalho decente".

Para Abramoway (2012), a redução da pobreza no mundo, ocorrida nas últimas duas décadas, precisaria ser considerada como uma diminuição parcial, se analisada sobre três ângulos:

> "- Os ganhos econômicos, que não chegam a grande parte da população mundial, cuja precariedade de condições de vida é gritante, em contraste com parte abundante do mundo;
>
> - A redução de pobreza de renda diminui bem mais que outras modalidades fundamentais de pobreza;
>
> - E a redução da pobreza é correlativa, de maneira quase generalizada à concentração de renda" (Abramoway, 2012, p. 39).

Abramoway (2012) associa essa visão equivocada sobre a suposta redução da pobreza à ampliação de uma notável "Nova Classe Média Mundial", ou seja, de 30% da população mundial; sendo que aqueles que vivem com até US$2,75 (por dia), hoje são apenas 17% da mesma população, levando em consideração o aumento populacional neste mesmo período de 30 anos. Apesar de trabalhos realizados nas mais diferentes nações, na chamada Base da Pirâmide, considerarem esse fenômeno positivo, há uma série de fatores que não foram considerados para se compreender se houve um desenvolvimento de fato.

Mercados foram ampliados na Ásia, África e América Latina, voltados a esta "Nova Classe Média Mundial". Para Abramoway (2012), isso demonstra que uma "nova economia" deve se apoiar em critérios diferentes dos critérios de um mundo que priorizava a industrialização e o fortalecimento de grandes mercados tradicionais, sobretudo europeus e norte-americanos. Mesmo com o fortalecimento destes mercados, índices de desigualdade e de concentração de renda pesam negativamente sobre esses dados supostamente positivos.

Ao se mobilizar os escritos de Abramoway (2012), Sen (2012) e Bronzo (2007), esse avanço no combate à dimensão econômica da pobreza pode ser considerado frágil, insuficiente e precário para lidar com o fenômeno em sua totalidade. É importante assinalar o quanto a redução da pobreza real ainda é limitada. A abundância material das sociedades contemporâneas não seria indício do real preenchimento das mais importantes necessidades sociais. Assim, o desenvolvimento e o combate à pobreza não

consistiriam apenas em permitir que as pessoas tenham acesso a bens materiais e serviços e na criação de condições para aquisição desses bens e serviços. Envolveriam a conquista por parte dos indivíduos também de Capital Social, Capital Cultural e Capital Simbólico/Emocional.

Para Abramoway (2012), uma vida digna supõe elementos que vão além das necessidades básicas, como sentimento de utilidade e de pertencimento a uma comunidade, lazer, realização espiritual, exercício da criatividade e ausência de qualquer discriminação, seja por raça, religião, orientação ou opção sexual e etnia.

> Vida Plena e criativa onde o homem pode "exprimir seu potencial e moldar uma existência significativa, na medida de sua dignidade humana. O acesso a um conjunto de bens e serviços (educação, saúde, alimento e moradia) permite a realização dos objetivos para se buscar a realização humana. (Abramoway, 2012, p. 46).

A luta contra a pobreza e pela ampliação das capacitações humanas, segundo Abramoway (2012), não se reduz a obtenção de renda e esta não pode ser a medida exclusiva do desenvolvimento, pois é preciso saber o que os indivíduos fazem com a renda. Comprar ou produzir alimentos é sem dúvida garantia de que a fome está sendo combatida, mas se a população passa a ter uma dieta na qual ingere um cardápio que faz aumentar a obesidade, significa que a liberdade humana está sendo violada, no sentido de ser mal-usada.

> Os bens e serviços não são finalidades por si só, mas meios, instrumentos de realização de algo mais importante que é uma vida saudável e significativa para si e para a comunidade com a qual as pessoas se relacionam (Abramoway, 2012, p. 48).

Para Abramoway (2012), as preferências dos indivíduos são em grande parte formadas por estruturas sociais, sobre as quais não têm controle, sobretudo pelas próprias condições de pobreza.

Para Max-Neef (1992), diferentemente de como é tratado o tema pobreza em algumas abordagens, percebe-se que as necessidades humanas não são infinitas. Segundo o autor, as necessidades são finitas, poucas e classificáveis, podendo ser delimitadas e enunciadas com clareza. Além disso, o que deve ser redefinida é a noção de pobreza, sendo necessário anunciá-la no plural, pois se refere à privação de algumas das necessidades humanas fundamentais.

Por serem finitas as necessidades humanas, Max-Neef (1992) as organiza em forma de matriz, na qual "envolve um conjunto de direitos e obrigações inerentes a uma vida digna e construtiva" (Abramoway, 2012, p. 52). Essa matriz compreende nove

categorias de “valores básicos”, que se relacionam a quatro categorias existenciais, que por sua vez permitiriam levar à prática esses valores. O quadro 1, intitulado Matriz de Carências e Satisfações, sintetiza a visão de Max-Neef (1992) sobre as ausências associadas à pobreza.

Quadro 2 - Matriz de Carências e Satisfações

Carência segundo categorias de valor	**Carência segundo categorias existenciais**			
	SER	**TER**	**FAZER**	**INTERAÇÃO**
SUBSISTÊNCIA	Saúde física, saúde mental, equilíbrio, senso de humor, adaptabilidade	Nutrição, abrigo, trabalho	Alimentar, procriar, descansar, trabalhar	Ambiente de convivência, situação social
PROTEÇÃO	Solicitude, adaptabilidade, autonomia, equilíbrio, solidariedade	Sistemas de seguro, poupança, seguridade social, sistemas de saúde, direitos, família, trabalho	Cooperar, prevenir, planejar, cuidar, curar, ajudar	Espaço de convivência, situação social, moradia
AFETO	Autoestima, solidariedade, respeito, tolerância, generosidade, receptividade, entusiasmo, determinação, sensualidade, senso de humor	Amizades, família, parcerias, relacionamentos com a natureza	Fazer amor, acariciar, exprimir emoções, partilhar, cuidar, cultivar, valorizar	Privacidade, intimidade, lar, espaço de coexistência
ENTENDIMENTO	Consciência, crítica, receptividade, curiosidade, admiração, disciplina, intuição, racionalidade	Literatura, professores, método, políticas educacionais, políticas de comunicação	Investigar, experimentar, educar, analisar, meditar	Cenários de interação formativa, escolar, universidades, academias, grupos, comunidades, família
PARTICIPAÇÃO	Adaptabilidade, receptividade, solidariedade, disponibilidade, determinação, dedicação, respeito, entusiasmo, senso de humor	Direitos, responsabilidades, deveres, privilégios, trabalho	Afiliar-se, cooperar, propor, compartilhar, discordar, obedecer, interagir, concordar, opinar	Situações de interação participativa, partidos, associações, igrejas, comunidades, grupos de vizinhos, famílias
ÓCIO	Curiosidade, receptividade, imaginação, ousadia, senso de humor, tranquilidade, sensualidade	Jogos, espetáculos, clubes, festas, tranquilidade mental	Devanear, incubar, sonhar, recordar, fantasiar, descontrair, divertir-se, brincar	Privacidade, intimidade, espaços de proximidade, tempo livre, áreas circundantes, paisagens
CRIAÇÃO	Entusiasmo, determinação, intuição, imaginação, ousadia, racionalidade, autonomia	Capacidade, habilidade, método, trabalho	Trabalhar, inventar, construir, projetar, compor, interpretar	Situações produtivas e realimentadoras, oficinas, grupos culturais, plateias, espaços de expressão livre, disponibilidade de tempo
IDENTIDADE	Senso de pertencimento, coerência, diferenciação, autoestima, assertividade	Símbolos de linguagem, religião, hábitos, costumes, grupos de referência, sexualidade, valores, normas, memória	Comprometer-se, integrar-se, confrontar, decidir, conhecer a si mesmo, reconhecer-se, realizar-se,	Ritmos sociais, situações cotidianas, ambientes a que se pertence, etapas de maturação

		coletiva, trabalho	crescer	
LIBERDADE	Autonomia, autoestima, determinação, entusiasmo, assertividade, receptividade, ousadia, rebeldia, tolerância	Direitos iguais	Discordar, escolher, diferenciar-se, correr riscos, ampliar a consciência, comprometer-se, desobedecer	Plasticidade, espaço-temporal

Fonte: Abramoway (2012, p. 52-53).

Segundo Abramoway (2012), o SER é a saúde física e mental, o senso de humor e a adaptabilidade; o TER é a comida, o lar e o trabalho; o FAZER é a alimentação, o descanso e a procriação, e o INTERAGIR é o ambiente vivo e a localização social. Desta forma, os valores axiológicos são, além da subsistência, proteção, afeto, compreensão, participação, lazer, criação, identidade e liberdade.

Na Modernidade, reconhece-se que os seres humanos são iguais e não diferenciados por nenhuma forma natural, como se pensava antes do Renascimento. Atualmente, nas sociedades sob influência cultural do capitalismo e da democracia, existe a disseminação da consciência que os indivíduos ocupam posições na hierarquia social em função de atributos relacionados ao dinheiro e a profissão, e não mais ao sangue, tradição ou status. Desta forma, "as desigualdades não se apoiam em mecanismos irreversíveis ou imutáveis" (Abramoway, 2012. p. 58).

Rawls (2003), através de sua teoria contemporânea de justiça, buscou definir o sentido, a utilidade e os limites das desigualdades em uma sociedade moderna e democrática. Segundo o autor, a liberdade formal, inerente ao homem (ser social), deveria ser respeitada e este é o princípio de justiça. Esse princípio exigiria que o combate às desigualdades econômicas e sociais satisfaça a duas condições: - precisaria estar ligado a funções e posições abertas a todos, em termos de igualdade de oportunidades; - e precisaria ser benéfico aos membros menos favorecidos da sociedade. Isso pressupõe que as desigualdades tragam benefícios aos mais pobres e não apenas ganho aos mais ricos.

Para Abramoway (2012), o crescimento econômico não é uma fórmula universal para se chegar ao bem-estar.

> "Colocar a economia a serviço do processo de desenvolvimento significa orientar suas unidades individuais e os próprios interesses, privados para oportunidades de ganho e para a criação de valor com base na obtenção de bem-estar e não de parâmetros abstratos de riqueza que, em tese, deveriam resultar em bem-estar" (Abramoway, 2012, p. 76).

Para Souza (2009), o critério para se medir a pobreza não se restringe a renda. Ao analisar a classe mais baixa da sociedade brasileira, que ele chamou de a "Ralé Brasileira", o autor destaca que essa classe está mais ligada a limitações de cultura e autoestima que a questões puramente financeiras.

Abramovay (2012), ao tratar a questão do desenvolvimento, argumenta que este não consiste somente na disposição de bens materiais e serviços e na possibilidade genérica de se ter acesso a eles por meio da obtenção de renda. Para o autor, o desenvolvimento capaz de combater a pobreza, antes de tudo, reside na ampliação das possibilidades de construção de uma "vida que vale a pena ser vivida" por parte dos indivíduos em situação de vulnerabilidade social.

Outro entendimento que se tem de pobreza é sua associação a noção de fome. Bem como a compreensão de combate à pobreza se associa a ideia de combate à fome, e estas se relacionam a ideia de desenvolvimento como diminuição da fome no mundo.

Para Castro (2003), a noção que se tem de fome é uma noção incompleta. E este desconhecimento por parte, principalmente, das elites ditas desenvolvidas, que não reconhecem que este fenômeno, passa a ser uma ameaça para estabilidade social, destas classes.

> "Foi por culpa da exploração econômica do tipo colonial, que sempre impediu por todos os meios o verdadeiro desenvolvimento econômico autônomo, ..., que até hoje doIs terços da humanidade não conseguem dispor de um mínimo indisponível de 2.700 calorias diárias para o seu equilíbrio vital e muito menos dos diferentes princípios alimentares que são qualitativamente indispensáveis à nutrição humana" (Castro, 2003, p. 52).

Segundo Castro (2003), o discurso moderno alterou de maneira perversa o termo "fome" por "subnutrição", como forma dialética de se vender um discurso triunfalista de que o desenvolvimento ocorrido nas últimas décadas teria conseguido erradicar esse fenômeno, que se associa profundamente a pobreza. Em sua obra, o autor menciona vários modelos econômicos e sociais, tanto nos países ditos desenvolvidos como em países ditos "em desenvolvimento" que apresentam alto índice de fome. Fome compreendida de forma qualitativa e quantitativa.

Para Castro (2003), é preciso compreender a origem do termo desenvolvimento para se ter uma estratégia global do desenvolvimento.

> A noção de desenvolvimento está ligada à ideia de progresso. Ideia que surgiu da filosofia de Spenser e Hegel. Ao mito do progresso seguiu-se a primeira revolução industrial. Formou-se então o mito da riqueza, ou melhor, do crescimento da riqueza,

> baseado nas concepções de maximizando a produtividade da mão-de-obra e do Capital chegar-se-ia a promover a generalização do progresso e da riqueza (Castro, 2003, p. 103).

Adam Smith, por sua vez, defendia que a chamada "mão invisível" da economia liberal se ocuparia de promover o equilíbrio econômico do mundo. A escola de Manchester assegurava que através das especializações econômicas das classes e dos países, toda a humanidade se beneficiaria do aumento da riqueza e chegaria a um rumo de abundância universal.

Para Castro (2003), a "mão invisível" nunca agiu no interesse da humanidade e a mão visível dos grupos dominantes e privilegiados sempre se beneficiou deixando na miséria os marginalizados: "que constituem hoje, o que chamamos de populações dos países subdesenvolvidos".

> Na verdade, o subdesenvolvimento não é a ausência de desenvolvimento, mas o produto de um tipo universal de desenvolvimento malconduzido. É a concentração abusiva da riqueza – sobretudo neste período histórico dominado pelo neocolonialismo capitalista que foi o fator determinante do subdesenvolvimento de uma grande parte do mundo: as regiões dominadas sob a forma de colônias políticas diretas ou de colônias econômicas (Castro, 2003, p. 104).

Segundo Castro (2003), as contradições do desenvolvimento são múltiplas. Para o autor há um desenvolvimento regressivo e em desenvolvimento progressivo, pois há sempre incluídos aspectos positivos e aspectos negativos. Por exemplo, o desenvolvimento tecnológico que liberta o homem, mas por vezes pode prejudicá-lo de inúmeras formas.

Desta forma, não haveria critérios suficientes para se determinar o que é o desenvolvimento de fato.

> Se o desenvolvimento é a passagem de um nível humano mais baixo a um nível mais elevado, não existe ainda unanimidade quanto ao critério de valores para determinar estes diferentes níveis. A noção de desenvolvimento não implica um inevitável melhoramento da condição humana, nem uma maior parcela de felicidade para os homens (Castro, 2003, p. 105).

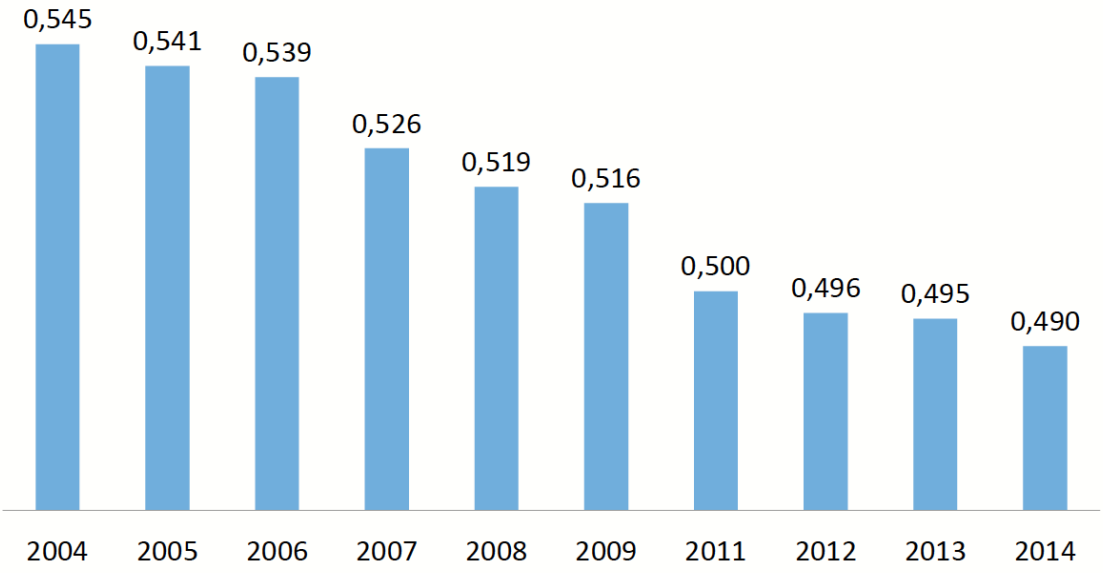
Desta forma, desenvolvimento não se associaria a faixa de renda e patrimônio, indo além de bens econômicos.

2.2 Pobreza e Trabalho entre a “Nova Classe Média” e os “Batalhadores Brasileiros”

A elevação de renda e do nível de consumo, a diminuição da desigualdade e as novas formas de consumo de bens e serviços tem aparecido na pauta de estudo dos mais diversos estudiosos. Economistas e sociólogos têm debatido sobre a ascensão de classes, bem como o surgimento de uma suposta nova classe social, a chamada “Nova Classe Média”.

Diante de um cenário de mudanças tão significativas no que se refere à economia e sua transformação, Neri (2012) acompanha a evolução das classes econômicas brasileiras (A, B, C, D e E) e defende em sua análise, que é feita a partir do cálculo de renda, que houve no Brasil um aumento significativo de pessoas que deixaram as classes ‘D’ e ‘E’ para formarem a classe ‘C’. Para o autor, baseando-se no Índice Gini, a redução da desigualdade verificada nos últimos 10 anos no Brasil implicou em significativa redução da pobreza e aumento dos ganhos econômicos entre as classes inferiores (D e E).

Gráfico 1 - Índice Gini de Desigualdade: Brasil em 10 anos



Fonte: PNAD/IBGE (2014).

Diante da diminuição de desigualdade e consequente redução da pobreza, para Neri (2012), fica evidente que as classes D e E, símbolos da pobreza e da desigualdade

têm realizado um movimento de ascensão e se incorporado à classe média. Essas considerações são feitas baseando-se na elevação de renda e na consequente capacidade de consumo destas populações.

Ao analisar historicamente a renda, seguindo o conceito de renda domiciliar *per capita* e baseando-se em dados da Pesquisa Nacional por Domicílios (Pnad), Neri (2012) mostra que o bolo da metade mais pobre da população brasileira cresceu a uma taxa 318% maior que a dos 10% mais ricos, entre os anos de 2000 e 2009. Esses dados evidenciariam o engrossamento das fileiras de populações agora pertencentes à chamada "Nova Classe Média".

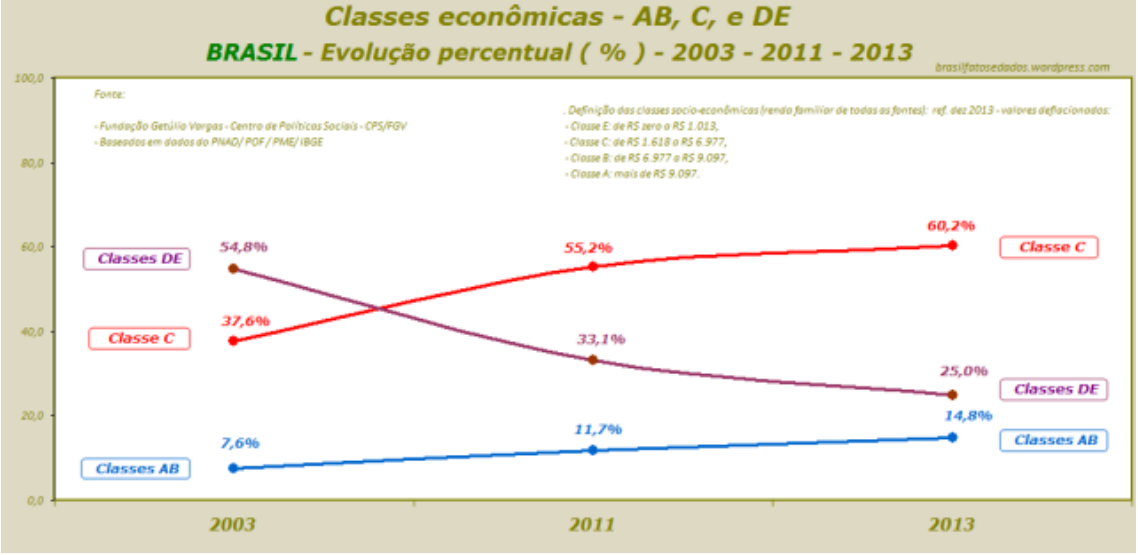
Para Neri (2012, p. 167), "são características desta classe: carro, computador, TV a cabo, casa própria financiada e crédito ao consumidor". O autor aponta também como característica deste grupo a concessão de benefícios oficiais, que atuariam como motivadores e mantenedores desta "nova classe". Além disso, destaca o acesso a cursos superiores e cursos profissionalizantes como conquistas educacionais, relacionadas ao avanço do sistema educacional brasileiro após anos de exclusão. No que se refere ao trabalho, uma outra grande característica desta classe seria a sua colocação ou inserção no mercado. A carteira assinada, o concurso público e outras garantias trabalhistas aparecem, segundo Neri (2012) como objeto de desejo de grande parte desta nova classe.

Por usar como medidor de classes a questão da renda, Neri (2012) justifica sua visão de classes sobre três perspectivas:

> 1 - Potencial de Consumo, que se refere ao acesso e ao número de bens duráveis, antes não acessíveis a uma grande parcela da população brasileira;
>
> 2 - Geração de renda, também denominado padrão de vida e sua manutenção, que se refere aos ativos produtivos dos diversos membros da família;
>
> 3 - Expectativas sobre o futuro, referindo-se a um plano bem definido de ascensão social para o futuro, em suma o anseio de subir na vida.

A preocupação de Neri (2012) não se restringe a apresentar as origens e as características da "Nova Classe Média", mas em mostrar como têm evoluído as classes econômicas no Brasil nos últimos anos. Para tal, o autor se vale de dados do Centro de Políticas Sociais (CPS) da Fundação Getúlio Vargas (FGV), conforme apresentado no gráfico 2, a seguir.

Gráfico 2 - Evolução das Classes Econômicas



Fonte: CPS/FGV com base nos micros dados Pnad/IBGE (2014).

Esses dados informam um decrescimento da população nas classes D e E, que teriam passado a engrossar as fileiras da classe C, e também um aumento significativo das classes A e B. Esse cenário, segundo Neri (2012), reforça sua teoria de consolidação da "Nova Classe Média" (classe C) e a consequente diminuição da pobreza, como fruto da elevação de renda.

Além disso, Neri (2012) aponta que dentro desta classe C há um número grande de trabalhadores que ele denominou de "por conta própria", formado por trabalhadores proprietários de "nano empresas" ou "negócios nanicos". São microempresas ou microempreendedores individuais que vivem da oferta de produtos e serviços e atendem a demandas nas quais as corporações e as pequenas e médias empresas muitas vezes não se fazem presentes.

Uma das grandes dificuldades para os trabalhadores "por conta própria", segundo Neri (2012), refere-se à inconsistência das políticas de microcrédito e a escassez de demanda por produtos e serviços das microempresas ou microempreendedores. O autor exemplifica com o modelo adotado pelo Crediamigo. Programa de microcrédito existente nas cidades do Nordeste brasileiro, no qual os microempreendedores recebem apoio para suas atividades, tendo como características a a forte presença de mulheres na sua carteira de tomadores de empréstimo e a prática do chamado "aval solidário".

Porém, a existência e consolidação dessa suposta "Nova Classe Média" é alvo de importantes debates. Muitas críticas surgem à essa interpretação sobre a evolução da

renda das classes populares no Brasil contemporâneo e suas implicações para a pobreza e a desigualdade. Antes de se avançar nesse debate, cabe refletir sobre o que seria Classe Média.

A classe média, mais próxima das classes A e B brasileiras, apresentaria algumas características próprias. Capital cultural, ócio produtivo e empoderamento quanto a decisões sobre sua vida, seu futuro, etc. seriam algumas de suas marcas. São pessoas com nível intelectual e escolar elevado e, no que tange ao capital econômico, possuem condições de consumir sem acessar suas reservas, mantendo um certo nível de poupança. Não necessitam de programas sociais ou de políticas de inclusão de renda e têm acesso a crédito em condições especiais. Seria uma classe que não se restringiria ao consumo de bens e serviços, consumindo também "benefícios" e "vantagens" (Pochmann, 2012).

Diferentemente do que Neri (2012) caracteriza como "Nova Classe Média" e sua consequente representação da redução da pobreza no Brasil, encontra-se um conjunto de autores que criticam esta visão. Para Sen (2015) e Souza (2012), o desenvolvimento econômico e sua consequente redução da pobreza não se restringem a simples elevação de renda de uma determinada população ou classe. Para Pochmann (2012) e Souza (2012), a "Nova Classe Média" e redução da pobreza nada mais são do que mudanças no modelo de trabalho dos brasileiros.

A elevação da renda e o aumento do consumo de bens e serviços, apresentados por Neri (2012) como significado de crescimento econômico, são considerados insuficientes para representar algum tipo de desenvolvimento. Segundo Dowbor (2013), a economia só será emancipadora de uma determinada população ou classe se for resultante de uma construção econômica democrática. Para o autor, essa característica não se fez presente nas conquistas analisadas por Neri (2012).

De acordo com Sen (2015, p. 124), "a pobreza pode ser identificada em termos de privação de capacidades básicas". O autor argumenta que é preciso distinguir a noção de Pobreza de Renda e Pobreza de Capacidade, sem deixar de vinculá-las, pois só se adquire capacidade com o "meio" renda. "A capacidade de uma pessoa consiste nas combinações alternativas de funcionamentos cuja realização é factível para ela" (Sen, 2015. p. 105). Portanto, a capacidade é um tipo de liberdade de funcionamento ou, menos formalmente expresso, a liberdade para ter estilos de vida diversos. Para o autor, deve-se evitar a ideia de que os bens e os serviços que compõem a cesta de consumo dos indivíduos sejam encarados apenas com base em uma medida comum e abstrata

expressa em unidades monetárias. Desta forma, ele não reconhece nenhuma relação definitiva entre baixa renda e pobreza, e nem tão pouco a simples elevação de renda como ascensão de classe.

De encontro ao que Sen caracteriza como pobreza, Souza (2012) ao problematizar a abordagem sobre a "Nova Classe Média" desenvolvida por Neri (2012), considera que o grande equívoco está em não considerar o "mais importante" ao se estabelecer estratos de pobreza e, consequentemente, de classes sociais: a transferência de valores imateriais e de seus privilégios no tempo. Refere-se Souza (2012) ao fato de não se considerar na análise o capital cultural, que não é identificado na suposta nova classe C. Para o autor, trata-se de uma violência simbólica, a distorção da realidade vivida, ao considerar um ganho simplesmente financeiro para se determinar uma nova classe média.

Segundo Souza (2012), a ideia de que há uma nova classe de emergentes brasileiros, que giraria em torno de 30 milhões de pessoas, é um discurso economicista que quer difundir e consolidar teses de natureza econômica liberal e/ou neoliberal como caminho para o combate à desigualdade. O liberalismo economicista dominante seria a referência central para a ideia estratificação de classes a partir de renda e, consequentemente, do poder de consumo, fazendo surgir daí o discurso de uma suposta "Nova Classe Média".

Na busca por identificar essa "Nova Classe Média", Souza (2012) e Pochmann (2014) a relacionam com o trabalho na base da pirâmide social. Para Souza (2012), esta suposta "Nova Classe Média" deve ser identificada de forma correta como uma "Nova Classe Trabalhadora", composta por pessoas que trabalham em jornadas dobradas, na informalidade, em condições de trabalho precárias e estendendo sua jornada de atividades para o estudo e/ou trabalho noturno também. O aumento de renda e de consumo entre essas classes se daria em bases muito distantes daquelas observadas na tradicional classe média. Esses brasileiros não teriam a oportunidade de determinarem seu lazer, seus projetos de vida e nem de serem reconhecidos enquanto indivíduos pertencentes ao universo cultural e social da classe média em si.

Outro fator que pode ter criado a falsa ideia de uma "Nova Classe Média", refere-se ao adicional de ocupados na base da pirâmide social. Para Pochmann (2012, p. 69), "a nova classe média se destaca na elevação de índices de mão de obra que migram do setor primário em tempos anteriores, para o setor terciário nos últimos anos". O autor ainda evidencia a existência e expansão de novas formas de trabalho como o trabalho

autônomo e os modelos de terceirização de grandes atividades, que estariam ajudando a tornar ainda mais precário o trabalho entre esse grupo social.

Souza (2012), assim como Pochmann (2012), ao analisar o crescimento econômico e social brasileiro nas últimas décadas, tomando por base a questão do deslocamento da mão de obra brasileira, afirma que a grande migração dos trabalhadores brasileiros entre setores da economia, do setor primário e secundário para o setor terciário, foi fundamental para alavancar o crescimento socioeconômico brasileiro. Além de crescente mão de obra no terceiro setor, eles afirmam que o crescimento social verificado se deve também ao aumento do grau de escolaridade, posse de propriedade, moradia e bens de consumo.

Adversos à tese de Neri (2012), de que há uma "Nova Classe Média" no Brasil, Pochmann (2012) e Souza (2012) defendem que só os indicadores de elevação de renda e consumo são insuficientes para considerar um avanço social e cultural em uma determinada classe. Há, sobretudo, dimensões que vão além de dados puramente econômicos.

Ao considerar o mesmo sistema de microcrédito atuante no Nordeste brasileiro, o CrediAmigo, Sousa (2012) reforça a noção de classe como classe trabalhadora. A classe beneficiária se define: 1) na incorporação, em sua economia emocional, de uma forte ética; 2) origem familiar estruturada; e 3) necessidades existenciais que se impõem como imperativo social.

Para Sen (2015), Souza (2012), Pochmann (2012) e Dowbor (2013) há dimensões mais complexas a serem consideradas antes de se afirmar a ascensão de classe. A elevação de renda, o consumo de bens e serviços, a aquisição de patrimônio, o acesso a mercados, entre outros, não serve como critério único para afirmar a ascensão de classe de uma população.

No Brasil, segundo Souza (2012) e Pochmann (2012), as alterações ocorridas em membros das classes D e E, se relacionam bem mais com a quantidade e modelos de trabalho, que com sua identificação de ascensão social. Para Pochmann (2012, p.11), "o adicional de ocupados na base da pirâmide social engrossa as fileiras de trabalhadores, que equivocadamente, é chamada de Nova Classe Média".

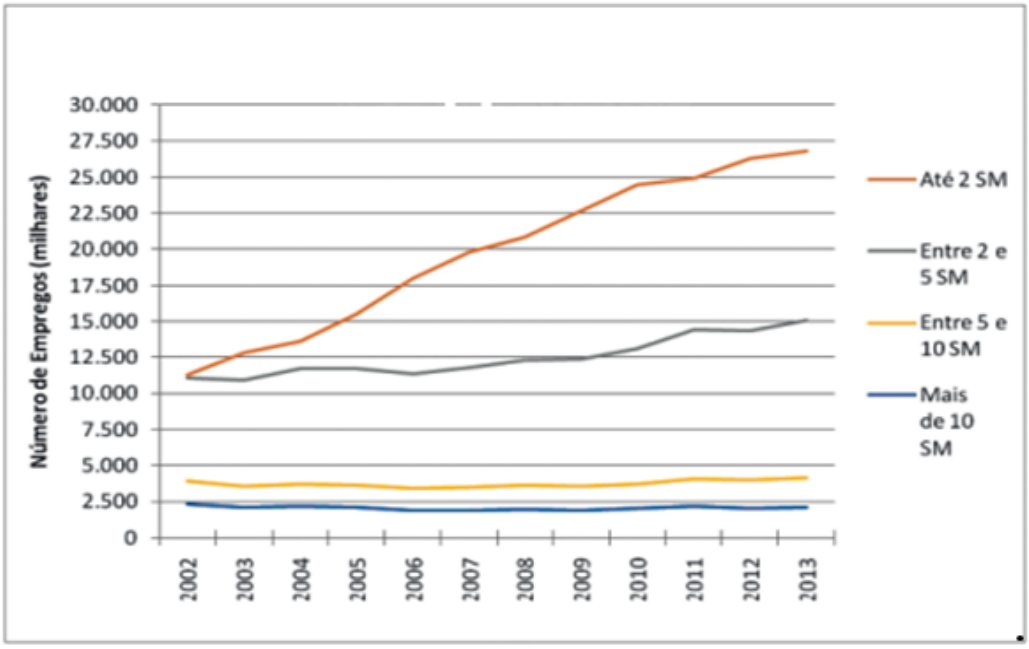
Para Rodrigues *et al*. (2014), há um grande agravante ao se considerar a "Nova Classe Média" brasileira, uma manipulação de dados ao se considerar como classe média a população com renda entre R$1.000,00 a R$ 4.000,00 reais, sendo que na década de 80 uma família para ser considerada Classe Média deveria ganhar entre R$

3.000,00 e R$15.000,00. Mas como o nível de consumo foi ampliado a praticamente todas as camadas sociais, "é fácil fazer com que o perfil social do país mude, consideravelmente, através de uma inclusão forçada de famílias na "Nova Classe Média" (Rodrigues *et al*., 2014, p. 99).

É impossível negar os ganhos econômicos e sociais de pessoas que, ao trabalharem mais, aumentaram sua renda e, consequentemente, alcançaram certa ascensão social. Mas essa ascensão não se caracterizaria como uma migração para uma classe social mais elevada, mesmo porque os ganhos advindos dos novos mecanismos e relações de trabalho são gastos simultaneamente, sem poupança, muitas vezes para suprir necessidades básicas desta classe de trabalhadores, que historicamente não se beneficiaram com as políticas públicas e o crescimento econômico ao longo de trajetória brasileira no século passado.

Nos trabalhos de Pochmann (2012), aparecem dados de como as classes D e E deixam de exercer funções domésticas e rurais e passam a exercer funções urbanas, muitas vezes ligadas ao setor terciário. Outra característica marcante é a elevação de renda. O gráfico a seguir expõe esses dados.

Gráfico 3 - Evolução de empregos formais, por faixa de remuneração



Fonte: Extraído de Rais/MTE (2014).

Percebe-se que uma expressiva quantidade de pessoas auferiu uma considerável elevação de renda no caso brasileiro, somando-se a isso a valorização do salário mínimo ocorrida nos últimos vinte anos. Para Pochmann (2012), outro fenômeno interessante na

estrutura social brasileira é o crescimento da participação do setor terciário na renda total do país. Durante a década de 2000, este setor gerou três vezes mais empregos que o setor secundário.

Para Souza (2012, p. 45), "considerar essa classe de trabalhadores como uma Nova Classe Média, seria uma interpretação triunfalista que pretende esconder contradições e ambivalências importantes da vida desses trabalhadores brasileiros". Desta forma, o autor realça que há elementos que vão bem além dos elementos econômicos para se determinar uma classe. "O trabalho é um elemento característico desta nova Classe Média, e sua execução em uma jornada elevada que varia de 8 a 14 horas/dia, faz-nos crer em uma Classe Trabalhadora" (Souza, 2012, p. 47). O trabalho, a dupla jornada, a jornada de trabalho vinculada a uma jornada de estudo são elementos que determinariam essa nova "Classe Trabalhadora", que ele denomina de "Batalhadores Brasileiros" (Souza, 2012).

Quadro 3 - Comparação entre Classe Média e Batalhadores

Classe **Aspe**Nenhuma entrada de índice de ilustrações foi encontrada.**cto**	**Classe Média**	**"Batalhadores Brasileiros"**
Origem	Sucessão histórico-familiar (patrimônio cultural e econômico anterior)	Ascensão de classes inferiores ("D" e "E").
Capital Cultural	Período escolar privilegiado. Educação no tempo certo. Acesso à cultura e a oportunidades. Preparação para execução de bons cargos de gerência/supervisão.	Educação associada ao trabalho. Interrupção escolar. Acesso restrito a cultura. Preparação para execução de cargos no nível operacional e técnico.
Capital Econômico	Exercício de melhores funções. Renda elevada (poupança, perspectivas de futuro)	Exercício de cargos intermediários. Renda considerável (voltada manutenção/sobrevivência)
Capital Social	Possui ampla cadeia de relacionamento (laços fortes) principalmente com classes que podem lhe proporcionar segurança	Possui cadeia de relacionamento limitada a classes inferiores ou com iguais e não possui laços fortes com classes estáveis economicamente.
Capital Emocional	Sentimento de pertença a uma determinada classe. Autoestima suficiente	Não se identifica com classe especifica. Autoestima questionável

Fonte: Elaboração própria baseado em Souza (2012).

Para Souza (2012, p.51), a "Nova Classe Trabalhadora" tem sua origem na "Ralé". Ao se separar daqueles incapazes de elevar sua renda durante o recente período de crescimento econômico brasileiro na década de 2000, chamados de "Ralé Brasileira" pelo autor, os "Batalhadores Brasileiros" teriam conseguido esse feito através de disposições exigidas no mundo do trabalho como disciplina, autocontrole e comportamento e pensamento prospectivos, inserindo-se assim em um nível superior de renda e, consequentemente, de consumo", ainda que sob condições muito adversas de trabalho, poupança e status junto à sociedade.

Segundo Souza (2012), diferenciação entre os "Batalhadores Brasileiros" e a "Nova Classe Média" vai além da relação com o trabalho. Há uma transmissão afetiva e emocional de valores, processo invisível, que leva a aparecerem indivíduos em sociedade com capacidades muito distintas. Essa transmissão está presente na Classe Média e não se apresenta na realidade de socialização primária, ou seja, no seio da família, e secundária, entre amigos e no ambiente escolar, da trajetória de vida dos "Batalhadores Brasileiros".

2.2.1 "Nova Classe Média": Crédito e Consumo

Um dos fenômenos vividos pelas classes em ascensão, que veio a se tornar a "Nova Classe Média" ou a Classe "C" é o crédito. Para Rodrigues *et. al.* (2014): "Teve importância significativa a abertura de créditos em longos prazos e não apenas o aumento quantitativo nos ganhos da nova classe emergente" (Rodrigues *et. al*, 2014, p. 106).

Para Fonseca e Bikholz (2007), a chamada "Nova Classe Média" são os beneficiários do crescimento e da estabilidade econômica, da inflação incipiente e de uma taxa de desemprego de 8,4% em média nos últimos anos. E essa nova classe movimenta um volume expressivo de dinheiro junto as classes "D e E".

> "As classes C, D e E representam 87% da população brasileira com renda mensal de até R$3.500,00 e são responsáveis por 71% do consumo, movimentando a enormidade de R$575 bilhões por ano. Além disso, 62% dos cartões de crédito disponíveis no país estão concentrados na base da pirâmide social, classes C, D e D" (Fonseca & Bikholz, 2007, p. 247).

O próprio produto interno bruto (PIB) foi afetado pela participação desta nova classe no mercado consumidor. Para se ter uma ideia do que isso representa, a

participação do crédito, destinado a essas classes passou de 21% em 2002 para 32% em 2007.” (Fonseca & Bikholz, 2007, p. 246)

Segundo Rodrigues *et. al.* (2014), o acesso ao crédito trouxe contribuições não só para ganhos em capitais econômicos como aumento de renda e possibilidade de consumo. Nos últimos anos, a chamada “Nova Classe Média” teve um aumento superior a 40% em sua renda familiar, o que permitiu maior poder de compra, acesso à tecnologia e ingresso em faculdades, por exemplo.

No entanto, o crédito mal utilizado pode causar um dano maior que a pobreza: o superendividamento, mesmo porque o crédito na medida certa passa ser o desafio para a ascendente classe “C” (Rodrigues *et al*, 2014; Gonzalez, 2013)

> Nessa questão que envolve o crédito, pode-se aferir que essa Nova Classe Média é uma classe que já nasce endividada e com grandes chances de não conseguir pagar o que está comprando, motivo pelo qual já se discute o chamado superendividamento do consumidor (Rodrigues *et. al.*, 2014, p. 106).

Desta forma, para estudar a “Nova Classe Média” e buscar entendê-la é preciso estudar o crescimento do crédito, suas formas e importância para essa nova classe, assim como estudar a expansão do crédito requer compreender os atores que protagonizarem essa expansão.

2.2.2 A religiosidade e a “Nova Classe Média”

Concomitante ao ganho econômico e social ocorrido no Brasil nas três últimas décadas, surgiram e se fortaleceram várias doutrinas religiosas cristãs novas. Doutrinas dissidentes de um cristianismo reformado, que trouxeram consigo uma mensagem diferente dos ensinamentos cristãos até então praticados.

Um modelo religioso que rompe com o “cristianismo tradicional”, que até então ensinava que as bem-aventuranças, sejam elas espirituais ou temporais, estavam no céu ou no futuro. Essas novas doutrinas ensinam que é possível e saudável a “vida boa” no momento presente. Uma religiosidade que estimula o empreendedorismo e a conquista material. Essa doutrina teria se tornado a religião propícia aos emergentes das classes baixas no Brasil. (Passos, 2000).

Para Souza (2012), o pentecostalismo é uma típica religião das classes dominadas, caracterizando seus modelos de religiosidade. Segundo Passos (2000), o

processo de urbanização no Brasil é um dos grandes fatores para o crescimento das religiões pentecostais. Para o autor, as classes que antes viviam em condição de pobreza ou semi-pobreza em zona rural migram para as cidades e se deparam, na periferia, com um mundo todo novo e estranho. Há aí uma troca de mundo (realidade), o que facilita a comum 'troca de religião'. Diferentemente do que apresentava o catolicismo tradicional, novas religiões (pentecostais) apresentam um discurso "acalentador" e "próspero" para pessoas com dificuldades e limitações de toda ordem.

Segundo Mariano (1996), essas religiões, ao apresentarem um discurso que estimula o consumo e a felicidade, apresentam a possibilidade de "posse da graça", que vem de encontro ao que se passava no Brasil com o surgimento de novas classes sociais urbanas. Se para o catolicismo antigo a aquisição de bens materiais e a preocupação com o acúmulo eram vistos de forma negativa, com o pentecostalismo essa visão se altera. O "viver bem", "comer bem" e "vestir-se bem" são reflexos da presença de Deus na vida do crente. Outra diferença refere-se à relação do crente com o dízimo. Se na religiosidade tradicional o dizimo era uma doação espontânea e voluntária, no pentecostalismo ela é entendida como parte de um acordo (Dízimo - Graça).

Quadro 4 - Comparativo de Princípios religiosos

	Religiosidade Tradicional	**Pentecostalismo**
Sacrifício de Cristo	Exemplo de obediência. Um convite a Renúncia e Mortificação.	Preço já pago pelo erro de Adão, agora cabe ao crente tomar posse do prêmio, quer seja espiritual ou temporal ($).
Objetivos do Crente	Priorizar as coisas celestes (numa próxima vida), fazer por merecer.	Tomar posse da herança presente numa vida próspera.
A vida econômica: O Dinheiro	Entendido simplesmente como provedor das necessidades básicas. Sua busca pode ser corruptiva.	Entendido como necessário e sua conquista representa o alcance da benção de Deus. Quanto mais conquistas financeiras, maior o sinal da benção.
Oferta do Dízimo	Reconhecimento da grandeza de Deus e gratidão pelo que se tem.	Cumprir parte de um acordo de prosperidade.

Fonte: Elaboração própria baseado em Mariano (1996)

Mariano (1996) denomina esse novo modelo de relação como sagrado de "Teologia da Prosperidade", dada a estrutura discursiva por detrás do Pentecostalismo. Essa prosperidade não se restringe a questão financeira. Segundo o autor, ao apresentar um discurso imperativista, o Pentecostalismo justifica a luta e a busca por condições melhores de vida, daí um grande efeito emocional no crente. Ou seja, o dinheiro e sua busca passam a ser objeto de uma visão positiva junto aos indivíduos.

> No seu processo de acomodação à sociedade os crentes, mormente os neopentecostais, mudaram sua relação com o dinheiro. Este adquiriu conotação e valor teológicos

> positivos; tornou-se até objeto de cultos especiais, as correntes da prosperidade, baseados na formulação: é dando que se recebe (Mariano, 1996, p. 42).

Mesmo trazendo aos crentes uma enorme contribuição ao que se denomina "Capital Emocional", segundo Mariano (1996), as religiões pentecostais têm deixado de gerar nas classes onde se manifesta e é mais presente, uma maior mobilidade social. Não há evidências de efeitos sociais posteriores ou advindos deste ganho emocional com as religiões pentecostais.

Esse novo modelo de relacionar-se espiritualmente, ou seja, religiosamente, está presente nas classes que Souza denomina de "Ralé" e "Batalhadores". Para Souza (2012; 2013), a diferença do efeito do Pentecostalismo nessas duas classes consiste na forma como eles se relacionam com o modelo novo de religião:

> Existe uma diferença: a 'aposta mágica no futuro' típica dos desesperados da Ralé e o investimento cotidiano no futuro típico do Batalhador (Souza, 2012, p. 338).

Em seu trabalho sobre a "Ralé Brasileira", Souza (2012) ao analisar o caso de Carlos, um ex-dependente químico que se converte ao Pentecostalismo e mantém viva a fé de crescimento também financeiro, serve para demonstrar como o discurso pentecostal passando pelo econômico gera um ganho emocional nos indivíduos. A ideia de redenção de erros passados, fraquezas vencidas e o discurso de prosperidade e posse de bênçãos geram um ganho emocional nunca apresentado nos crentes da "Ralé". Há uma crença muito grande no mundo futuro, quase mágico.

Segundo Souza (2012), por outro lado, vê-se como a religião se manifesta de forma diferente, porém apresentando o mesmo ganho em Capital Emocional dos membros da "Ralé". Ao se relacionar a uma classe social, a religião, gera nos indivíduos um sentimento de pertença. A identificação com semelhante e sua conjugação com cadeias de relacionamentos geram nos indivíduos uma noção de futuro. Um futuro aqui entendido como a ser trabalhado, conquistado.

Para Souza (2012), o pentecostalismo é a religião da classe de trabalhadores. Esse modelo novo de relacionar-se com a economia e com a vida financeira, um dos meios que faz com que essa classe busque participar da vida econômica, através de um consumo sem culpabilidade, representando também um ganho emocional para essa classe de trabalhadores na medida em que passa a incorporar valores típicos da classe média como previsão, planejamento, organização da vida, inclusive financeira e econômica, visando a conquista desse futuro a ser "batalhado".

2.3 Microfinanças e Microcrédito

2.3.1 Microfinanças

Segundo Comini (2011, p. 7), “por Microfinanças podemos entender como um sistema capaz de prover os cidadãos, economicamente excluídos, de diversos serviços financeiros”. Desta forma, as Microfinanças envolvem a disponibilização de acesso a serviços financeiros para a população de baixa renda, tais como empréstimos, poupança, seguros e diferentes formas de parcelamento de pagamentos. Para Souza Júnior (2012, p. 140), “as iniciativas de microfinanças são vistas como o acesso da população de baixa renda a serviços financeiros, de forma sustentável”.

As Microfinanças seriam uma alternativa de política pública capaz de atender, fundamentalmente, as necessidades dos cidadãos mais pobres e limitados ao acesso de crédito convencional (Santana & Guzman, 2012). Isso fica mais claro tendo por base a própria origem das políticas de Microfinanças que, para as autoras, passaram a ser discutidas em diversos países a partir da década de 80 como uma alternativa à crise do trabalho, caracterizada pela “escassez de emprego formal e falta de oportunidade de acesso à renda” (p. 142). Contudo, é nos anos 90 que as experiências de Microfinanças se proliferaram pelo mundo, tendo como foco a inclusão financeira, sendo o Grameem Bank de Bangladesh, criado em 1976 por Yunus, uma experiência que ganha destaque internacional por ter priorizado o microcrédito para os mais pobres, servindo de modelo para outras experiências, ao utilizar a prática do aval solidário e do acompanhamento do agente de crédito como metodologia. (Santana & Guzman, 2012).

Tanto nos estudos brasileiros como em estudos internacionais, o termo Microfinanças é confundido com Microcrédito. As Microfinanças referem-se a um conjunto de bens mais abrangentes que o Microcrédito, subdividem-se em Microcrédito, Micro Seguros, Micro Poupanças e Meios de Pagamentos. (Gonzalez, 2013).

Quadro 5 - Tipos de Microfinanças

Micro Finanças				
Nível de relacionamento bancário	**Microcrédito**	**Micro Poupança**	**Micro Seguros**	**Meios de Pagamentos**
Baixo	Microcrédito para o consumo – empréstimos de pequenos valores	Micro Poupança para projetos de Curto prazo (aquisição de bens de consumo)	Micro Seguros de bens de Bens Tangíveis e perecíveis.	Acesso a soluções de pagamentos. Canais para a efetivação de pagamentos de compromissos do cliente. Não há nenhum nível de relacionamento.
Médio	Microcrédito Produtivo	Micro Poupança para Conquista de Bens duráveis.	Micro seguros de bens cuja ausência pode interferir na estabilidade	Acesso a serviços bancários de primeira ordem. Bancarização com pequena gama de produtos bancários.
Alto	Microcrédito Produtivo e Orientado	Micro Poupança para aquisição de bens/serviços que garantam estabilidade na vida futura	Micro seguros de bens de grande valor cuja a ausência pode causar grandes danos (Proteção)	Acesso a meios de pagamento como ferramenta de financiamento das despesas. Bancarização com gama considerável de produtos.

Fonte: Elaboração própria baseado em Gonzalez (2013).

Dentro das Microfinanças, um elemento de destaque, seja no Brasil ou no mundo, é o Microcrédito. Trata-se de uma alternativa de crédito para os empreendedores do setor formal e informal, que não têm acesso ao sistema formal de crédito (Lima, 2009; Comini, 2011; Lavinas, 2012; Gonzalez, 2013; Caçador, 2014).

Em um contexto de Microfinanças, o Microcrédito exerce papel central, pois no Brasil assim como em muitos países em desenvolvimento, é comum a deficiência de oportunidades produtivas. Segundo Souza Júnior (2009, p. 140), "o Microcrédito está sempre relacionado com o fenômeno da pobreza, pois desponta como fonte alternativa de recursos aos pequenos empreendedores, formais ou informais, e, ainda, como ferramenta auxiliar no combate à pobreza e exclusão social".

O Microcrédito se destaca por ser o mais comum quando se pensa em combate à pobreza e por vir de encontro ao fenômeno de anos sem incentivo financeiro ao mercado produtor. O microcrédito para o consumo se mistura com o micro empréstimo, ou seja, refere-se simplesmente ao pequeno valor de uma transação de empréstimo, com juros e metodologias próximos. (Souza Júnior, 2009).

Outra característica importante do Microcrédito, seja na origem ou na aplicabilidade, é ser compreendido como uma alavanca de desenvolvimento econômico e social (Gonzalez, 2012; Barbosa *et al.*, 2014; Ribeiro, 2006; Rocha e Mello, 2004).

> O microcrédito é entendido como a principal atividade do setor de microfinanças, pela importância que representa para as políticas de superação da pobreza pela geração de trabalho e renda, matéria objeto de preocupação das diversas esferas de governo (Barbosa *et al*. 2014, p. 29).

Porém, esse fenômeno deve ser analisado, conforme já discutido anteriormente, sob uma visão não estritamente econômica, compreendendo também sua dimensão social, cultural, simbólica e emocional na geração (ou não) de processos de desenvolvimento.

2.3.2 Microcrédito, Política Pública e Pobreza

No Brasil, pobreza e Microcrédito estão estreitamente ligados, pois em quase todas as políticas de Microfinanças encontram-se princípios e estratégias de ação que visam mitigar a pobreza e promover a inclusão social. Santos & Carrion (2009), ao investigarem a relação entre pobreza e Microcrédito, consideram o microcrédito como programa de empréstimo relativamente recente e de tipo não convencional. Para as autoras, ele tem como objetivo usual servir ao público de baixa renda, ao mesmo tempo em que "apresenta-se como sustentável financeiramente a instituição bancária que venha a adotar esse modelo de crédito" (Santos & Carrion, 2009, p. 60). Concordam com a descrição de Yunus (2003) sobre a origem do microcrédito para os pobres. Para elas, a modalidade de microcrédito vigente atualmente está intrinsecamente relacionada com a pobreza como carência de necessidades essenciais.

Além de ONGs e OSCIPs, o Microcrédito também está na estrutura institucional de governos locais, Sociedades de Crédito ao Microempreendedor (SCMs), bancos públicos comerciais e Cooperativas de Crédito. Para Rocha & Mello (2004), uma característica importante do Microcrédito no Brasil é ser disponibilizado buscando-se adequá-lo às necessidades de tomadores pobres envolvidos em atividades produtivas.

Quando se discute transformações sociais, não está implicado simplesmente o aumento de renda por parte de uma certa população ou o aumento de seu consumo de bens e serviços. As transformações sociais referem-se a alterações no modelo de vida emocional e cultural das pessoas, para posterior formação de sua relação com o mundo econômico. Por estar relacionado substancialmente com a pobreza, o Microcrédito não deve ser entendido e analisado dentro da lógica de mercado estritamente. O mercado não se restringe a trocas só econômicas. Conforme defendem Nogami (2015), Torga

(2012) e Vieira & Medeiros (2015), valores culturais, pessoais e sociais fazem parte das trocas de mercado, mesmo que parte da literatura de negócios e o ambiente de mercado sejam avessos à essa compreensão.

Outro fator importante na inclusão social pelo microcrédito é a forma de concessão de crédito sem garantias reais. Exemplos que vão desde o Grameen até experiências atuais mantém essa característica. Desta forma, torna-se "compatível com a sua finalidade já que os recursos são destinados a quem não possui riqueza acumulada e encontra-se em situação de pobreza e às margens dos serviços bancários" (Alice *et al*., 2012, p. 26).

Quadro 6 – Tipos de políticas públicas

Políticas Públicas			
Princípios de Políticas Públicas:	**Políticas Públicas para a Educação**	**Políticas Públicas para a Formação Profissional**	**Políticas Públicas para a concessão de Crédito – Microcrédito**
Temporalidade:	Longo Prazo	Médio Prazo	Curto e curtíssimo Prazo
Atingimento no tempo	Gerações Futuras	Gerações com entrada eminente no mercado no Mercado	Gerações à margem do Mercado pela falta políticas eficientes em um momento anteriores
Objetivos	Preparação para oportunidades que possam vir a surgir na vida dos assistidos.	Preparação para oportunidades que estão surgindo na vida das pessoas assistidas	Incentivo a oportunidades que forma achadas pelos assistidos.

Fonte: Elaboração própria baseado em Alice *et. al*. (2012).

O Microcrédito, sem desmerecer as políticas públicas voltadas a educação e formação profissional, precisa ser entendido como necessidade imediata pelo seu papel central no combate à pobreza (Alice *et. al*., 2012; Hermes & Lensink, 2011; Littlefield *et. al*., 2003).

Se por um lado as políticas públicas de educação têm seus ganhos no longo prazo, pois referem-se a gerações que se preparam para oportunidade futuras (longo prazo), de outro lado as políticas públicas voltadas para a formação profissional apresentam ganhos no médio prazo, dado que é a educação intensa e direcionada a pessoas prestes a ingressar no mercado de trabalho. Por fim, o microcrédito é o mais emergente, refere-se a concessão de apoio (benefícios) a pessoas que já estão no mercado de trabalho ou estão a sua margem por várias consequências. Trata-se de uma política pública de curto e curtíssimo prazo.

Desta forma, o microcrédito mostra-se importante para o desenvolvimento econômico (Alice *et. al.*, 2012). Mas é importante considerar que para que haja desenvolvimento econômico, além do crédito referenciado por Schumpeter (1988), é

imprescindível considerar a expansão das capacidades dos indivíduos analisadas por Sen, 2012.

Para Alice *et al*. (2012), um grande entrave à oferta de microcrédito como política pública diz-se pelo pouco interesse das instituições de microcrédito em conceder crédito a pessoas da base da pirâmide, onde a ausência de garantias e consequentemente, a probabilidade de perdas seriam, em tese, maiores.

> São poucas as instituições de microcrédito voltadas aos indivíduos carentes de todo e qualquer tipo de recurso financeiro iniciar as suas atividades produtivas, ao contrário daqueles que já possuem um empreendimento estabilizado (Alice *et. al.*, 2012, p. 32).

Nesse contexto, não é de se estranhar que em determinadas realidades econômicas, sobretudo em países em desenvolvimento, as iniciativas de Microcrédito tenham origem fundamentalmente dentre de organizações da sociedade civil e órgãos, notadamente, bancos públicos, como é o que acontece no contexto brasileiro.

2.3.3 Microcrédito e Empreendedorismo

Schumpeter (1988) é reconhecido como o precursor da noção de empreendedorismo na discussão dos fenômenos econômicos. Para esse economista austríaco, a economia contemporânea seria dominada cada vez mais por inovações que gerariam alterações profundas no funcionamento dos mercados, chamadas de "destruição criativa", através da ação de empreendedores. Porém, os estudos contemporâneos sobre empreendedorismo, muitas vezes, não são fiéis aos escritos de Schumpeter (1998), mobilizando noções sobre empreendedores distintas daquelas originalmente presentes na obra desse autor. Uma dessas noções é aplicada aos indivíduos das classes de baixa renda, quando desenvolvem distintas atividades econômicas, produtivas e comerciais, sejam por necessidade ou vocação.

Alice *et. al.* (2012) analisa o microcrédito como fomento para o combate à pobreza via empreendedorismo, voltado a uma parcela da população financeiramente excluída.

> Nesse sentido, o conhecimento e a experiência acumulados têm demonstrado que a pobreza é um fenômeno que se encontra diretamente relacionado à falta de ocupação remunerada e que as desigualdades existentes entre as classes na sociedade encontram respaldo na exclusão social (Alice *et. al.*, 2012, p. 24).

Para esses autores, fica evidente o papel do crédito direcionado a pessoas de baixa renda ou em situação de pobreza, para o desenvolvimento dessas classes. Há uma estrita relação entre Pobreza – Crédito – Empreendedorismo, mas essa relação vai além do crédito. Existem ganhos de ordens importantes (capital cultural e emocional) através do microcrédito: "é convencionado que a desocupação acarreta outras privações na vida dos indivíduos principalmente de ordem física e emocional" (Alice *et. al*., 2012, p. 25).

Para Hermes & Lensink (2011), o acesso ao financiamento pode contribuir para um incremento duradouro da renda por meio de aumento dos investimentos em atividades geradoras de renda e possível diversificação de fontes de renda; contribuir para uma acumulação de ativos e reduzir a vulnerabilidade devido a doenças, secas e quebras de culturas agrícolas. Pode também contribuir para uma melhor educação, saúde e habitação. Além disso, o acesso ao financiamento pode contribuir para uma melhoria da situação social e econômica, principalmente das mulheres. "*Finally, microfinance may have positive spill-over effects such that its impact surpasses the economic and social improvement of the borrower*" (pag. 875).

Okano & Fernandes (2016), ao analisarem o papel do Microcrédito na economia, reforçam seu papel central sobretudo nos momentos de crise na economia: "Nestes momentos de instabilidade econômica, várias pessoas que perdem o emprego se tornam empreendedores por necessidade" (Okano & Fernandes, 2012, p. 17). Para os autores, mesmo que os microempreendedores surjam de uma situação desfavorável (crise, desemprego e instabilidade econômica), eles possuem a capacidade de identificar oportunidades e criar algo inovador sob condições de incerteza, gerando mecanismos de "sobrevivência econômica".

Para Alice *et. al*. (2015), os empreendedores se diferenciariam das outras pessoas em situação de pobreza justamente pela não, simplesmente, sustentação de uma posição socioeconômica, mas sim pela sua capacidade de superação dessa realidade.

Segundo Gonzalez (2014), a fronteira entre o crédito e o Microcrédito está justamente na distribuição. Pode-se dizer que o cliente vai até a agência no crédito tradicional, enquanto no Microcrédito o banco vai ao cliente, através, por exemplo, do agente de crédito. Normalmente, as instituições que operam com Microcrédito, como organizações não-governamentais (ONGs) e os chamados **"**Bancos do Povo", emprestam dinheiro para negócios já existentes.

Diversas manifestações pontuais e isoladas com características de Microcrédito surgiram em todo o planeta. A Assembleia Geral das Nações Unidas proclamou 2005 como o Ano Internacional do Microcrédito (AIM) e designou o Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para Bens de Capital (UNCDF) e o Departamento de Assuntos Econômicos e Sociais das Nações Unidas (DESA) como pontos focais para liderar a planificação conceitual e as ações políticas, econômicas, educacionais e sociais, que deveriam nortear a participação de todos os Estados membros nesse esforço. O AIM teve por objetivo conscientizar e ajudar a comunidade internacional a entender o papel do microcrédito e das Microfinanças como mecanismo de desenvolvimento das nações.

O campo do Microcrédito no Brasil, mesmo que ainda esteja em fase de consolidação (Ribeiro, 2006), já apresenta diversos exemplos de projetos e iniciativas consideradas exitosas. Segundo Ribeiro & Carvalho (2006, p. 52), "são programas de Microcrédito que partindo da Sociedade Civil, como ONGs, OSCIPs, e mesmo sem serem autorizadas a receber depósito de qualquer modalidade, apresentam resultados positivos no que se refere a desenvolvimento social".

Para Barone & Zouain (2007), é grande a dificuldade e se medir os impactos socioeconômicos do Microcrédito. Para os autores, três principais problemas estão presentes quando se busca auferir esses impactos:

1. A especificidade da clientela típica do microcrédito é responsável por uma das dificuldades centrais na aferição dos impactos do microcrédito;

2. ... a escolha de indicadores adequados para constatar e medir os impactos;

3. ... demonstrar de forma crível que as alterações do status quo constatadas, isto é, seus impactos resultaram do acesso ao microcrédito (Barone & Zouain, 2007, p.150).

Essas dificuldades não deixam de existir, mas vários outros pesquisadores realizaram investigações para analisar os impactos do Microcrédito (Monzoni Neto, 2006; Neri & Giovanni, 2005; Gonzalez *et al*., 2013; Lima, 2009; Caçador, 2013; Sun & Im, 2015), sob perspectivas diferentes e com conclusões distantes. Diante das conclusões destas análises é possível localizar o debate que permeia as teorias de Microcrédito no Brasil.

As avalições sobre projetos de Microcrédito indicam que nem sempre os resultados esperados e declarados pelas instituições que o promovem são alcançados. Para Caçador (2013), o "Nosso Crédito", programa de microcrédito do Banco de

Desenvolvimento do Espírito Santo (Bandes), não contribuiu para a redução da pobreza. Segundo o autor, não há relação direta que comprove a vinculação de concessão de crédito para a população menos favorecida e seu desenvolvimento. Os níveis de endividamento e não organização econômica (cultura) impedem que classes pobres se apropriem positivamente do crédito recebido, segundo o autor.

> Em suma, pode-se concluir que o Programa Nosso crédito, criado pelo governo do Espírito Santo e executado, grosso modo, pelas duas instituições financeiras majoritariamente controladas pela administração estadual — Bandes e Banestes —, tem contribuído para a melhoria do bem-estar nos municípios espírito-santenses, embora precise melhorar seu foco e direcionar mais recursos para os mais pobres, que são os que mais enfrentam dificuldades para acessar o sistema financeiro tradicional (Caçador, 2013. p. 1499).

Lima (2009), ao avaliar o Microcrédito como política de geração de emprego, aponta que não é um instrumento compensatório, ou seja, não tem o poder de alavancar o crescimento econômico. "É um instrumento pré-clínico, que tende a se expandir com o aquecimento da economia e a queda do desemprego" (Lima, 2009, p. 50). O autor justifica sua visão ao lembrar que os valores do crédito só aumentam a medida que o cliente se mostra adimplente diante a instituição. Lima (2009) concluiu que não há relação entre microcrédito e combate à pobreza:

> [...] o impacto dos programas de microcrédito aumenta (a uma taxa decrescente) à medida que a renda dos beneficiários é maior, o que significa que o impacto positivo é menor entre os beneficiários que estão abaixo da linha de pobreza (Lima, 2009, p. 70).

Diferentemente destes autores, Monzoni Neto (2006) e Neri & Giovanni (2005), ao analisarem os efeitos do Microcrédito na redução da pobreza e no aumento da renda, chegaram a conclusões positivas, sobretudo no que se refere à renda. Para Monzoni Neto (2006), no Programa de Microcrédito da Cidade de São Paulo, denominado "São Paulo Confia", é indiscutível a elevação de renda de população. Outra pesquisa importante refere-se ao Crediamigo (Programa de Microcrédito Produtivo), realizada por Neri & Buchman (2008). Os autores também encontraram números positivos ao relacionar Microcrédito com ganho econômico dos beneficiários. Tanto para Monzoni Neto (2006) quanto para Neri & Buchman (2008), a preocupação foi em avaliar o impacto das iniciativas sobretudo quanto ao ganho econômico dos beneficiários.

O Microcrédito, no entanto, não tem uma função simplesmente econômica. Desde sua origem, seja no Brasil ou em qualquer parte do mundo, tem em si uma dimensão social. Gonzalez *et al*. (2013), ao analisarem o impacto do microcrédito sobre

a geração de rende de um banco comercial (Real Microcrédito), trazem a grande contribuição da dimensão social e da pobreza para a análise dos impactos do microcrédito na vida dos tomadores.

> O microcrédito, isto é, a concessão de empréstimos de valor relativamente pequeno para a atividade produtiva tem o potencial de desempenhar o papel de elemento promotor ao desenvolvimento social e redutor de pobreza (Gonzalez et al., 2013, p. 473).

Os autores apontam três características que se relacionam aos casos de sucessos de programas de Microcrédito, presentes na literatura: "o uso de grupo solidário, também chamado de aval solidário; forte participação feminina; e foco em regiões pobres" (Gonzalez *et al*., 2013, p. 474).

Diante das análises de impactos gerados pelo Microcrédito, é possível perceber o debate sobre o que deve ser feito para se analisar políticas de microcrédito. Se a análise se reduz aos impactos econômicos (Caçador, 2013), deixa-se de se analisar dimensões importantes na vida dos beneficiários, que são pessoas de classes de baixa renda e que apresentam carências ou restrições às suas capacidades e liberdades que vão além do econômico. Por outro lado, se a análise se restringe a verificar os impactos econômicos (Monzoni Neto, 2006; Neri & Giovanni, 2005), resultados positivos podem ser encontrados.

Torga (2012), ao analisar o Microcrédito como instrumento de desenvolvimento humano, considera que "o capital social pode ser um forte motivador do desenvolvimento das capacidades individuais, agregando valores ao grupo e potencializando a capacidade de pagamento" (Torga, 2012, p. 43). Para o autor, o capital social seria a principal medida de eficácia do microcrédito.

A análise de impactos do Microcrédito deve ir além do econômico e social. É preciso se verificar também dimensões importantes que estão ligadas também ao chamado Capital Emocional e Capital Cultural dos indivíduos. Desta forma, quando se discute os impactos do Microcrédito, o que se deve buscar é o seu alcance psicossocial que envolve seus beneficiários.

2.3.4 Campo das Microfinanças: atores e estratégias de intervenção

Para Monzoni Neto (2006), as iniciativas em Microfinanças podem ser divididas em Multilaterais, Bilaterais e Não-Governamentais, dependendo da participação dos

agentes na formação de um projeto ou plano. Segundo o autor, a maior iniciativa multilateral em Microfinanças seria o *Consultative Group to Assist the Poor* (CGAP), um consórcio de 33 agências de cooperação multilaterais e bilaterais, que prestam serviços para agências de desenvolvimento e instituições financeiras, incluindo o IMF, gestores públicos e reguladores, auditores e firmas de avaliação. O CGAP tem *staff* permanente de 35 pessoas em Washington e Paris e opera com orçamento anual de US$ 10 milhões.

Outro organismo multilateral do campo das Microfinanças é o *International Finance Corporation* (IFC), braço privado do Grupo Banco Mundial, que busca promover iniciativas de Microfinanças em países em desenvolvimento. Em dezembro de 2003, as carteiras de clientes das IMF's apoiadas pelo IFC ultrapassavam US$ 1,2 bilhões em produtos como empréstimo, poupança, seguro e crédito imobiliário, dentre outros serviços. O IFC também fornece assistência técnica como o suporte à gestão dos empreendimentos dos tomadores de empréstimo.

Outra instituição multilateral relevante, segundo Monzoni Neto (2006), é o Banco Asiático de Desenvolvimento (Asian Development Bank – ADB), que tem definida uma estratégia para o desenvolvimento de Microfinanças com o intuito de garantir à população, em situação de baixa renda na região, o acesso a serviços financeiros para seus micro e pequenos negócios. Para este fim, o ADB defende e apoia a criação de políticas em Microfinanças, auxiliando no desenvolvimento da infraestrutura financeira, construindo instituições de varejo e dando suporte a inovações e intermediações sociais.

O Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) na América Latina e no Caribe tem histórico de envolvimento em Microfinanças por meio de seu braço privado: a Corporação Interamericana de Investimentos (IIC) e do Fundo Multilateral de Investimentos, que se concentra em micro, pequenos e médios empreendimentos. O IIC aprovou US$7,5 milhões para quatro instituições de Microfinanças na América Latina em 2004.

O Governo Americano tem sido um dos apoiadores e incentivadores de iniciativas de Microfinanças através de sua agência de cooperação, a USAID. Essa instituição promove o Programa de Integração Financeira, alavancagem econômica, ampla disseminação e apoio às Microfinanças. Esse programa visa fortalecer o status econômico e a segurança alimentar de famílias e comunidades, promover o crescimento econômico de populações em situação de baixa renda por meio do crédito para micro e

pequenos empresários. Esse apoio é dado através de desenvolvimento de sistemas e métodos e de assistência técnica que beneficiem e atendem as necessidades desses empresários. Nos últimos 20 anos, a USAID já comprometeu US$1,5 bilhão em assistência, distribuído a 3,7 milhões de microempreendedores.

A Agência Austríaca de Desenvolvimento e Cooperação tem apoiado programas bilaterais como o FINCA – UGANDA e o PRIDE – ÁFRICA, através dos quais tem utilizado as Microfinanças como instrumento de políticas para o desenvolvimento de micros e pequenas empresas.

Segundo Monzoni Neto (2006, p. 34) "outro exemplo de ONG internacionalmente ativa em programas de Microfinanças é a Freedom from Hunger. A ONG dá suporte técnico para provedores de microfinanças em países em desenvolvimento, principalmente para aqueles que trabalham com mulheres em zonas rurais extremamente pobres". A "Freedom" desenvolveu uma metodologia conhecida como Crédito com Educação (CCE), que combina serviços de Microfinanças com educação e saúde, nutrição e capacitação em negócios. Essa metodologia é aplicada nas Filipinas e na África Ocidental, atendendo 200 mil clientes.

A FINCA, ONG fundada em 1984 em Washington, está presente atualmente em 21 países na América Latina, Eurásia, Ásia Central e África. É uma organização conhecida por ter desenvolvido uma metodologia chamada "*Village Banking*", que consiste na formação de grupos de 10 a 50 pessoas, preferencialmente mulheres com filhos, que se encontram uma vez por semana para receber três tipos de serviços: pequenos montantes de crédito produtivo, incentivos para poupança e um sistema comunitário de suporte mútuo e fortalecimento pessoal. É obtida a garantia através de aval mútuo em um sistema solidário. O carro-chefe de produtos do FINCA é capital de giro para comunidades rurais de extrema pobreza, mas também oferece créditos para melhoria em habitação, seguros, empréstimos educacionais e poupança, além de serviços de apoio ao empreendedorismo.

Outra ONG presente no campo das Microfinanças é a Promotion *of Rural Initiatives and Development Enterprises* (PRIDE), com base em Washington e escritório no Quênia, promovendo serviços financeiros e de informação para cinco países da África Oriental: Uganda, Quênia, Tanzânia, Malaui e Zâmbia, e atendendo a mais de 130 mil clientes.

Já a *Planet Finance* tem sua base em Paris, França, e opera em mais de 60 países através de uma rede de escritórios afiliados. A *Planet Finance* apoia intermediários

financeiros não-governamentais, auxiliando-os na sua organização e ampliação de suas capacidades técnicas e recursos financeiros (Planet Finance, 2006).

A *Microfinance Information eXchange*, também conhecida como The MIX, tem sua sede em Washington, EUA, e foi fundada em junho de 2002, com o objetivo principal de promover o intercâmbio de informações no mercado de Microfinanças. O The MIX tem dois produtos mais conhecidos: o *Mix Market* e o *MicroBankingBulletin* (MBB). O Mix Market é uma plataforma *web* de informações sobre Microfinanças para o público em geral, na qual é possível encontrar informações sobre fundos públicos e privados que investem em Microfinanças. O objetivo é promover o fluxo se informações que possibilite o contato entre as IMF e os investidores e doadores. O MBB visa ser uma fonte de referência utilizada por investidores, doadores e prestadores de serviço em Microfinanças. O MBB coleta informações financeiras, organiza essas informações e dissemina os resultados, objetivando contribuir para o fortalecimento do mercado.

Apesar de muitas iniciativas de Microcrédito serem desenhadas por organismos internacionais e ONGs baseadas nos países desenvolvidos, também podem ser encontradas iniciativas de Microcrédito que tem origem fora do eixo dos países centrais. Essa característica do campo das Microfinanças traz implicações importantes para a pesquisa sobre combate à pobreza através do Microcrédito, na medida em que se exige problematizar a relação entre organizações e iniciativas baseadas nos chamados "Países do Norte" e aquelas originárias nos "Países do Sul". Algumas experiências criadas a partir da realidade dos países e territórios marcados pela vulnerabilidade e pela pobreza acabaram ganhando destaque internacional e servindo como referência para a disseminação de políticas, estratégias e modelos de intervenção mais adaptados à realidade das comunidades marcadas pela pobreza.

A *Acción International*, fundada em 1961 em Caracas, na Venezuela, é um desses exemplos de instituição dedicada a promoção do Microcrédito. Atualmente, possui 1,7 milhão de clientes e está presente em 18 países. Foi um dos maiores apoiadores do Ano Internacional do Microcrédito em 2005. Destes 1,7 milhão de clientes, 1,1 milhão concentram-se no Caribe e na América Latina.

Uma das experiências de Microcrédito de maior ressonância global teve origem em Bangladesh, um dos países mais pobres do mundo. Em 1964, o país foi atingido por uma terrível fome, que agravou a miséria e gerou imenso êxodo rural para capital do país. O professor de economia, Muhammad Yunus, começou a estudar a economia da

região buscando uma solução para o problema. Para Yunus (2004, p. 38), “as barreiras ao acesso a fontes de recursos financeiros geravam exclusão dos mais necessitados da economia formal, e isso agravava a miséria absoluta em que vivia o país”.

Uma dessas barreiras ao acesso era a incapacidade de apresentação de garantias por parte da população em situação de baixa renda, o que dificultava a oferta de crédito para essa camada da população por parte das instituições financeiras. Yunus (1976) observou também que pequenos empreendedores das aldeias próximas à universidade onde lecionava eram reféns de agiotas, pagando juros extorsivos e, mesmo assim, pagando corretamente seus empréstimos. Decidiu então desenhar uma intervenção de combate à pobreza na qual são realizados empréstimos a essas pessoas através de pequenas quantias.

Iniciava-se então um programa de concessão de empréstimos, começando com um valor médio de US$ 27,00 para pequenos grupos de até 42 pessoas. Abandonando as regras convencionais das instituições financeiras, foi adotado um sistema no qual grupos de 5 a 3 pessoas se responsabilizavam, solidariamente, pelo pagamento do empréstimo. Dificuldades ocasionais eram resolvidas dentro dos pequenos grupos. Aqueles poucos dólares inicias foram se multiplicando e se transformaram no Grameen Bank, banco que, em abril de 2006, contava com mais de 2 mil filiais e atendia 6,23 milhões de clientes, sendo que 97% eram mulheres.

A ação prosperou e deu origem, em 1978, ao Grameen Bank, que hoje em dia empresta um total de 2,4 bilhões de dólares através do Microcrédito para cerca de 2,3 milhões de empreendedores de pequeno porte, que vão ampliando as oportunidades de realização de negócios. Os princípios, a filosofia da atuação e as estratégias para garantir o retorno dos valores emprestados foram aprimorados na prática durante os anos de gestação e atuação do Grameen Bank. Com adaptações locais, este modelo foi adotado em diversos países, inclusive no Brasil.

Nos anos que antecederam à criação do Grameen Bank, entre 1974 a 1976, Yunus começou por colocar em marcha o projeto agrícola experimental da “partilha tripartida”, mas, cedo, ele se apercebe da inviabilidade dessa iniciativa e volta-se para os "mais pobres dos pobres". Com seu próprio dinheiro e a ajuda de seus alunos, o professor Yunus iniciou um trabalho de concessão de empréstimos a uma parcela daquela população pobre, concedendo US$ 27,00 por grupo de pessoas.

Ao provar que os pobres são merecedores de crédito, no sentido de confiança e recursos financeiros, e que pagam seus pequenos empréstimos destinados a atividades

reprodutivas, Yunus conseguiu financiamentos e doações junto aos bancos privados e internacionais para criar o Banco Grameen. Atualmente, o crédito concedido pelo banco é evolutivo, podendo iniciar com US$10,00. Porém, a média de empréstimo é de US$ 100,00. As mulheres representam 96% dos clientes dessa iniciativa de Microcrédito. Doze milhões de cidadãos de Bangladesh já foram atendidos pelos programas do Grameen Bank. O Microcrédito diversificou-se, abrindo linhas de crédito à habitação, produtos de poupança, seguros de saúde e crédito para a aquisição de equipamentos de energia solar e tele móveis. Começaram a nascer novas empresas no universo do Grameen Bank, vocacionadas para a pesca, a indústria têxtil, as telecomunicações, as energias renováveis e a Internet.

Inspirado por Yunus, em 1979 um grupo de ativistas políticos que lutavam contra a opressão no Paquistão, fundaram a ONG Association for Social Advancement (ASA). A ASA era uma entidade de ação social que mobilizava, conscientizava e organizava a população em situação de vulnerabilidade social para resistir a injustiça e lutar pelos seus direitos. A partir de 1985, dentro de outro cenário político, a ASA muda sua atuação para programas de desenvolvimento social com investimentos nas áreas de saúde, educação, irrigação para os sem-terra e camponeses. A partir de 1991, e até hoje é o principal foco da instituição, operando com o programa de Microcrédito. O valor médio de seus empréstimos é de US$61,00 por pessoa e 87% de sua carteira ativa de clientes é representada por mulheres.

Podem ser encontradas experiências de Microcrédito em diferentes países e continentes do mundo. Iniciativas têm sido implementadas tanto na Ásia quanto na África, no Leste Europeu e também na América Latina.

Na América do Sul, o Banco Sol da Bolívia foi fundando com uma proposta baseada no Grameen Bank foi se transformando paulatinamente em uma organização estritamente empresarial (Monzoni Neto, 2006, p. 40). O BancoSol surgiu de uma parceria entre a *Accion International* e alguns empresários bolivianos, criando a *Fundación para Promoción y el Desarrollo de la Microempresa* (PRODEM), ONG que fornecia pequenos empréstimos para comerciantes das zonas urbanas na Bolívia. Essa organização cresceu e se tornou controladora de um banco privado comercial. Em 1997, o BancoSol realizou distribuição de dividendos a seus acionistas.

Outros países da região, como Equador, Colômbia e Peru também possuem experiências de Microfinanças, seguidos de Chile, Uruguai e Paraguai. Em vários outros países da América Latina e Central podem ser encontradas iniciativas de Microfinanças,

voltadas para oferta de crédito à população em situação de baixa renda. No caso brasileiro, algumas experiências também se destacam.

2.3.5 Microcrédito no Brasil: desafios e perspectivas

Para Monzoni Neto (2006), o Brasil, mesmo apresentando um déficit na oferta de crédito em relação a outros países, e em relação ao seu potencial, não deixa de apresentar um histórico marcado por muitas iniciativas de Microfinanças baseadas em diferentes estratégias de intervenção em distintas realidades do país. A seguir, são listadas algumas experiências no campo do Microcrédito no contexto brasileiro, para tentar expressar a amplitude de ações e abrangência dessas iniciativas no país.

A Associação Brasileira para o Desenvolvimento da Mulher, conhecida como "Banco da Mulher", foi criada no Rio de Janeiro em 1982. É uma sociedade sem fins lucrativos voltada para inserção da mulher na sociedade e preocupada com a qualidade de vida na família. “O Banco da Mulher oferece crédito financeiro, cursos e palestras de capacitação gerencial e técnica, assim como apoio para comercialização” (Monzoni Neto, 2006. p. 52). Apesar do nome, Banco da Mulher, também empresta para homens.

No Paraná, em 1986, foi criado o Banco do Microcrédito e o PROMICRO no Distrito Federal. Em 1987, em Porto Alegre, surgiu em forma de ONG, o Centro de Apoio aos Pequenos Empreendimentos Ana Terra (CEAPE/RS). O CEAPE/RS contou com fundos do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e da *Inter-American Fondation* (IAF). Em 1998, foi criado o Instituto de Desenvolvimento Ação Comunitária (IDACO), no Rio de Janeiro.

A Rede CEAPE, em 1989, abriu escritório no Rio Grande do Norte e no Maranhão. Posteriormente, foi criada a Federação Nacional (FENAPE), hoje CEAPE Nacional. Durante a década de 90, a rede se expandiu para os estados de Sergipe, Pernanambuco, São Paulo, Paraíba, Goiás, Bahia, Pará, Piauí e Espírito Santo, além de estar presente também no Distrito Federal. Atualmente o sistema CEAP, depois do Banco do Nordeste do Brasil (BNB), é um dos atores mais relevante quando se refere a Microfinanças no Brasil.

Nos anos 90 sugiram ainda duas iniciativas: a Pró Renda, no Ceará (1990), o Balcão de Ferramentas (1991) da Caixa Econômica Federal (CEF) e o Banco da Providência (1994), no Rio de Janeiro.

Em 1995, o Governo do Estado do Rio Grande do Sul, a prefeitura de Porto Alegre e entidades da sociedade civil criaram uma Instituição Comunitária de Crédito, o PORTOSOL, associação civil de direito privado sem fins lucrativos, com o objetivo de fornecer crédito com pouca burocracia, rapidez e taxas acessíveis aos pequenos empresários. Atualmente, o PORTOSOL atua em toda a região metropolitana de Porto Alegre e no Vale do Rio dos Sinos e conta com recursos do Estado, da prefeitura e de instituições nacionais e internacionais.

Outra iniciativa de Microfinanças no Brasil é a Associação VivaCred, criada em 1996 pela ONG Viva Rio, com o objetivo de oferecer financiamento a micros e pequenos empresários no Rio de Janeiro, em comunidades carentes. Também em 1996, no Distrito Federal, foi criado o CrediTrabalho.

Criado em 1998, o CredAmigo é o programa de Microcrédito do Banco Nordeste do Brasil (BNB), banco público federal que possui a maior carteira de clientes de microcrédito do Brasil. O CrediAmigo tem objetivos voltados para o financiamento produtivo urbano. Oferece pequenos empréstimos para proprietários de micro negócios, que necessitam de dinheiro e orientação para executar o seu microempeendimento.

A partir do final da década de 1990, uma série de instituições e programas de microfinanças surgiram ligadas a governos estaduais e locais:

- 1998: Banco Palmas (CE), Banco do Povo (Santo André/SP), Banco Popular de Ipatinga (MG) Banco do Povo de Belém (PA), Acredita (SP) e Banco do Povo de Uberaba (MG);
- 1999: Banco do Povo de Goiás (GO), Banco do Povo de Mato Grosso do Sul (MS), Sindicred (RJ), ICC Conquista Solidária (BA), Banco Povo Itabira (MG), BANPOP – BH (MG), Crescer Crédito Solidário (SP), ICC Pelotas, Banco do Povo de Imperatriz, ICC Itabuna Solidária e Banpope – Banco Popular de João Monlevade (MG);
- 2001: São Paulo Confia, ICC Bagé, ICC Santa Maria, Banco do Povo de Ituitaba e o Banco do Povo de Uberlândia (MG) e o SEBRAE lançou o Programa de Apoio ao Microcrédito, que apoia 94 instituições;
- 2002: ICC Serra Gaúcha, Banco Popular de Olinda, CrediCidadania, ICC Frederico Wesphalen, Banco do Povo de Nova Ipixuna, Banco da Gente, Associação Comunitária de Crédito Popular de João Pinheiro e Três Marias

(MG), Associação de Crédito do Microempreendedor de Araguari (MG), Banco Social e a Instituição de Crédito Popular Sudoeste Mineiro – ADEBRAS;

- 2003: Sociedade Amapaense de Crédito Popular Solidário e o BANESE.

No Brasil, assim como em vários países, há um reconhecimento da importância das Microfinanças e, dentro delas, o Microcrédito como instrumento para a geração de trabalho e renda por parte de organizações da sociedade civil, órgãos governamentais e organizações empresariais privadas. Desta forma, surgiram uma série de normas e leis que buscam garantir e estimular este mercado.

Para Martins (2002), o acesso ao crédito está relacionado a um direito essencial dos cidadãos brasileiros. Fundamenta seu argumento citando que a Constituição Federal estabelece o combate a toda sorte de exclusão social e a garantia de insumos materiais e direitos (subjetivos) a todo indivíduo, como um dos pressupostos do Estado de Direito no país.

O Banco Central, em 1999, por meio de uma resolução, regulamentou as atividades das Sociedades de Crédito ao Microempreendedor (SCM), instituições financeiras regulamentadas, com fins lucrativos e especializadas em Microfinanças. No Brasil, assim como em outros países, surgiu a necessidade de adaptação de seu arcabouço jurídico institucional para atender a nova realidade do Microfinanças. Demonstram essa adaptação:

- Lei n° 9.790/99 (“Nova Lei do Terceiro Setor”) – inclui o microcrédito como uma das finalidades das OSCIP’s (Organização da Sociedade Civil de Interesse Público), permite acesso a recursos públicos, por meio de Termo de Parceria;
- MP n° 2.172/32 – exclui as OSCIP’s de Vinculação à Lei da Usura. Permite a prática de taxas de juros de acordo com as suas necessidades e condições de mercado;
- Lei n° 9.790 de 23 de março de 1999 – principal norma que rege a atuação das ONG’s em ações de microcrédito e dispões sobre requisitos que devem ser cumpridos pelas pessoas jurídicas de direito privado sem fins lucrativos;
- Resolução Bacen n° 2.627, de 02 de agosto de 1999 – estabelece as regras sobre a natureza, constituição, capital mínimo e a integralização das SCM (Sociedade de Crédito ao Microempreendedor);
- BCB – Lei que criou o Programa Nacional de Microcrédito Produtivo e Orientado (PNMPO).

Em 30 de outubro de 2012, o Conselho Monetário Nacional (CMN) editou duas resoluções que tinham como finalidade preencher uma lacuna que existia no que se refere a definição de Microcrédito. São as Resoluções 4.152 e 4.153. A partir de então pode-se padronizar a forma de concessão das operações e acompanhar sua evolução para fins de Política Pública.

Quadro 7 - Evolução Normativa do Microcrédito

Normativo	Avanços para o microcrédito
Lei nº 9.790, de 23 de março de 1999	Inclui o microcrédito como uma das finalidades das Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPs).
Lei nº 10.194, de 14 de fevereiro de 2001	Institui as Sociedades de Crédito ao Microempreendedor.
Lei nº 10.735, de 11 de setembro de 2003	estabelece o direcionamento de parte dos depósitos à vista captados pelas instituições financeiras para operações de crédito destinadas a microempreendedores e pessoas naturais de baixa renda ou detentoras de aplicações financeiras de pequeno valor. O crédito poderia ter como finalidade o consumo ou o financiamento de atividades produtivas.
Lei nº 11.110, de 25 de abril de 2005	Institui o Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO), com o objetivo de propiciar o arcabouço técnico- -legal consistente para facilitar e ampliar o acesso ao crédito produtivo e orientado aos microempreendedores.
Resolução CMN nº 3.422, de 1º de dezembro de 2006	Regulamenta a Lei nº 10.735, de 2003. Fixa em, no mínimo, 2% o percentual dos depósitos a vista a ser aplicado em operações de microcrédito. Em caso de não aplicação, esses recursos devem ser recolhidos ao BCB sem remuneração. Válido para depósitos captados por bancos comerciais, bancos múltiplos com carteira comercial e Caixa Econômica Federal.
Resolução CMN nº 4.000, 25 de agosto de 2011	Substitui a Resolução CMN nº 3.422, de 2006. Determina que, do total dos 2% de depósitos a vista direcionados ao microcrédito, um percentual mínimo seja destinado ao microcrédito produtivo orientado. Esse percentual foi estabelecido de forma escalonada, até chegar a 80% do total da exigibilidade, a partir de 1º de julho de 2013.
Circular Banco Central nº 3.566, de 8 de dezembro de 2011	Define critérios para aferição do cumprimento de exigibilidade de aplicação dos depósitos à vista em operações de microcrédito e estabelece procedimentos para remessas de informações relativas a essas operações.

Fonte: Banco Central do Brasil (2014).

A Resolução nº 4.152, de 30 de outubro de 2012, em seu art. 2º, definiu Microcrédito como:

> [...] a operação de crédito realizada com empreendedor urbano ou rural, pessoa natural ou jurídica, independentemente da fonte dos recursos, observadas as seguintes condições:
>
> I - A operação deve ser conduzida com uso de metodologia específica e equipe especializada; e II - o somatório do valor da operação de microcrédito com o saldo devedor de outras operações de crédito com o mesmo tomador deve ser inferior a três vezes o valor do Produto Interno Bruto (PIB) per capita, excetuando-se desse limite as operações de crédito habitacional.
>
> § 1º A metodologia prevista no inciso I do caput inclui: I - avaliação dos riscos da operação, levando-se em consideração a necessidade de crédito, o endividamento e a

> capacidade de pagamento de cada tomador; II - análise de receitas e despesas do tomador, quando se tratar de operação com tomador individual; III - mecanismo de controle e acompanhamento diário do volume e da inadimplência das operações da instituição" (Banco Central do Brasil, 2015, p. 128).

Em agosto de 2011, o governo federal lançou o Programa Nacional de Microcrédito – Crescer, com o tema: "Com pequenos negócios se constrói um grande país". O intuito do programa é estimular o empreendedorismo no país, dar oportunidade a novos negócios e atender às necessidades financeiras de empreendedores de atividades produtivas de pequeno porte, objetivando a elevação do padrão de vida e a geração de trabalho e renda (Bacen, 2015).

A partir de 2013, após a definição de Microcrédito tornada oficial pelos órgãos de regulação monetária no país, começou a se ter um panorama que é capaz de servir como análise evolutiva e sistematizada dessa modalidade de crédito. Assim, as novas normas buscaram harmonizar a definição de Microcrédito e criar condições para acompanhamento contábil da carteira no Brasil.

No último relatório do Banco Central do Brasil sobre inclusão financeira (RIF, 2015), encontram-se dados que mostram a situação das políticas de Microcrédito no Brasil, contendo dados sobre alcance, inadimplência e segmentação.

Ao analisar a tradição de Microfinanças no Brasil, a origem é anterior à própria experiência do Grameen Bank, podendo, em uma abordagem mais ampla, remontar à própria origem do cooperativismo de crédito no país, em 1902 (Freitas, Damian & Giusti, 2009).

Mais recentemente, sua gênese aponta para uma prática de Microcrédito, iniciada em 1973, pela União Nordestina de Assistência a Pequenas Organizações (UNO), que oferecia crédito, assistência e capacitação a empresários informais do Recife e da Bahia. (Barone *et al*., 2002). Segundo Monzoni Neto (2006, p. 510) "além da concessão de crédito, o UNO, capacita seus clientes, microempresários informais, e gestão e produzia pesquisa sobre o perfil de sua clientela".

O programa (UNO) contou com o apoio de entidades empresariais, bancos locais e com a assistência técnica da ACCION Internacional (na época AITEC, uma ONG com sede em Boston nos EUA, especializada em Microcrédito). O programa foi encerrado em 1991; pois, mesmo com resultados positivos do ponto de vista técnico, metodológico e social, o programa foi incapaz de gerar sustentabilidade financeira no longo prazo.

Nas décadas de 70 e 80, as organizações da sociedade civil tiveram um papel importante no desenvolvimento das Microfinanças no país. Nos anos 80, as Microfinanças no país contaram com o apoio da Cooperação Internacional para Funding. (Feltrim, Ventura & Dodl, 2009).

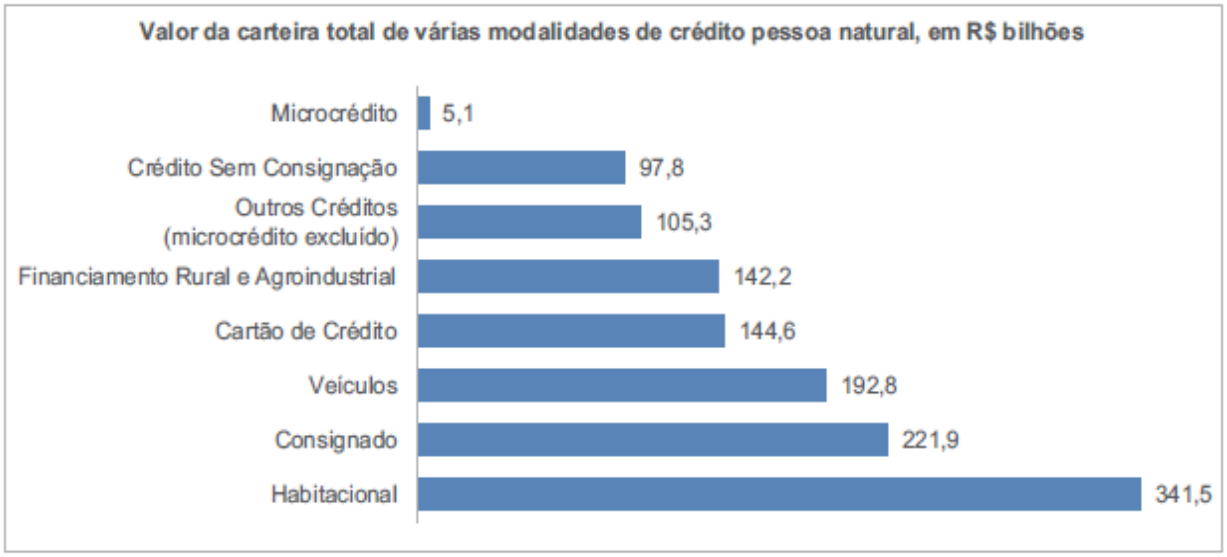
Somente nos anos 90, o Brasil passou regular o campo das Microfinanças, desenvolvendo um marco legal, através da Lei 9.790/99, que permitia que as Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPS) operassem o microcrédito (Barone *et al*., 2002). As OSCIPS de Microcrédito passaram a ser vistas como entidades capazes de promover o desenvolvimento econômico e social e o combate à pobreza, através do apoio às atividades produtivas (Santana & Guzman, 2012).

Dos muitos trabalhos que podem ser encontrados na literatura nacional e internacional sobre Microcrédito, pode-se destacar características universais dessas iniciativas, tais como: - serem de pequeno valor (usualmente entre US$ 50 e US$ 5.000, dependendo do país); - serem direcionados a um público restrito, definido por sua baixa renda ou pelo seu ramo de negócios, que usualmente não têm acesso às formas convencionais de crédito; - e voltarem-se para microempreendedores informais.

Segundo Lima (2009), as principais instituições de Microcrédito no Brasil apoiadas pelo BNDES registraram, crescimento médio anual de cerca de 20%, sendo que algumas delas auferiram crescimento anual de sua carteira de até 50% nos últimos anos.

Segundo o RIF (2015), o valor da carteira de Microcrédito atingiu R$ 6,2 bilhões, com 3,3 milhões de operações em 2014, o que representou aumento de 16,6% em relação ao ano anterior. O crescimento da carteira de microcrédito foi maior que o da carteira total de crédito do SFN, que teve um aumento de 11,3% no mesmo período (2013/2014). No entanto, em relação a outras modalidades de crédito, não houve alteração significativa na participação do microcrédito, que continua representando 0,2% do valor e 0,4% das operações de crédito do SFN.

Gráfico 4 - Valor da Carteira Total de Várias Modalidades de Crédito Pessoa Física

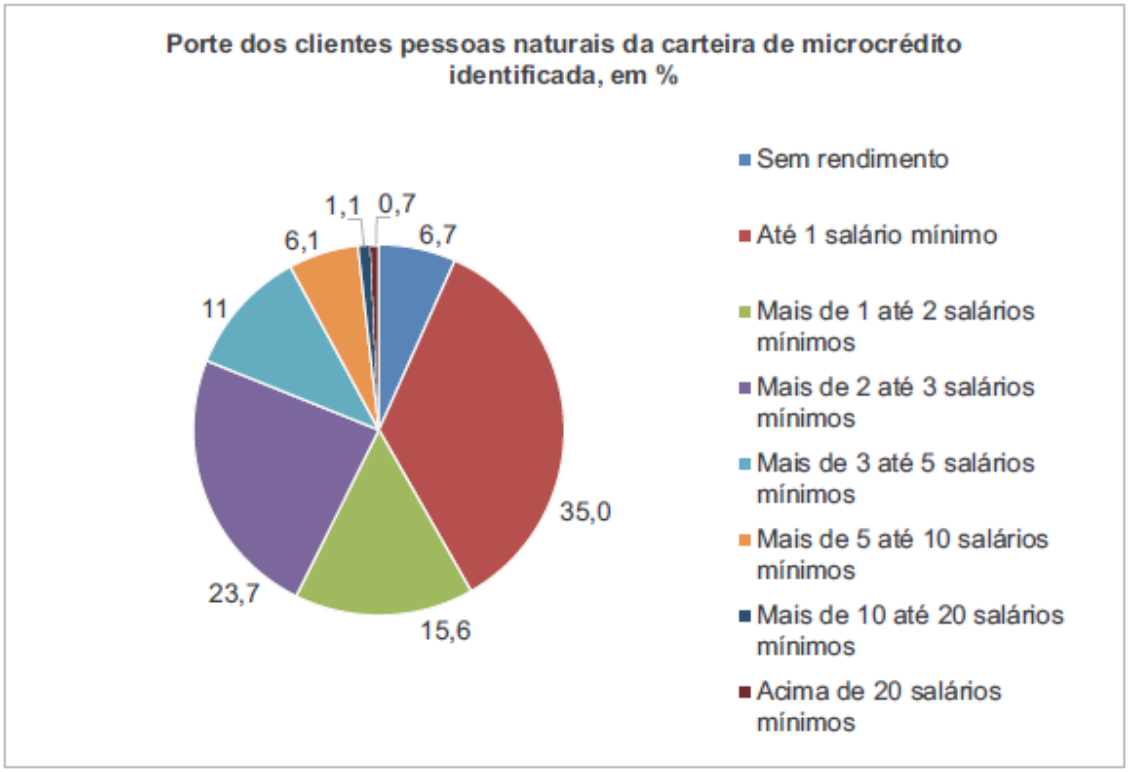


Fonte: Extraído de Banco Central do Brasil (2015).

De acordo com o RIF (2015), a distribuição entre tomadores pessoa física e pessoa jurídica representa bem a realidade brasileira, na qual 94% dos tomadores de microcrédito são pessoas físicas e somente 6% são pessoas jurídicas.

Dentro deste grupo de pessoas físicas, beneficiários de Microcrédito, o relatório Estudos sobre Educação, Proteção e Inclusão (2015) informa que 35% dos tomadores encontram-se na faixa de renda de até um salário mínimo, sendo que há ainda 7% classificados como “sem rendimento”, os quais poderiam ser incluídos nessa primeira faixa (nesse caso, seriam 42% dos clientes com renda de até um salário). A seguinte faixa, no que se refere a maior concentração de tomadores, é a de dois a três salários, com quase 24% do total de clientes. O que fica evidente é que praticamente metade dos tomadores de Microcrédito possuem renda de até 3 salários mínimos.

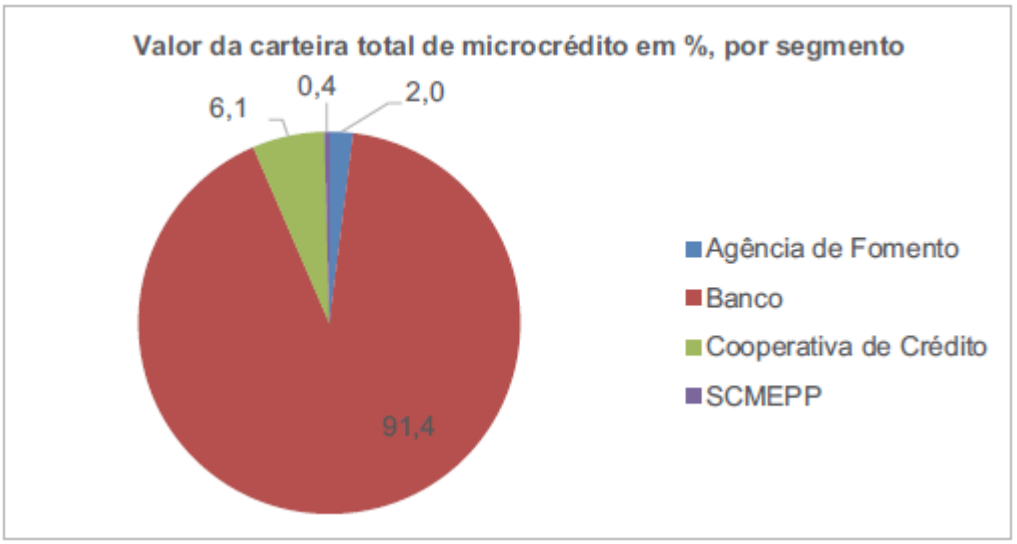
Gráfico 5 - Nível de Renda dos Beneficiários de Microcrédito



Fonte: Extraído de Banco Central do Brasil (2015).

Com relação a Segmentação, o Microcrédito aparece como um produto tipicamente bancário no Brasil, pois é nas instituições bancarias, e sobretudo, nas públicas, que há a maior carteira desse tipo de crédito. As instituições concedentes de Microcrédito continuam concentradas em quatro segmentos: agências de fomento, bancos, cooperativas de crédito e sociedades de crédito ao microempreendedor e à empresa de pequeno porte (SCMEPPs). No conjunto de pessoas físicas, os bancos continuam concentrando mais de 90% da carteira, tanto em valor quanto em quantidade de operações e clientes. Nos outros segmentos a participação não chega a 10%.

Gráfico 6 - Participação na Oferta de Microcrédito



Fonte: Extraído de Banco Central do Brasil (2015).

Outra característica do Microcrédito no país é que está associado a políticas públicas. Desta forma, está também ligado aos grandes bancos públicos do país. Destacam-se os programas de Microfinanças do Banco do Nordeste do Brasil (BNB), da Caixa Econômica Federal (CEF) e do Banco do Brasil S/A (BB), denotando a relevância do governo na oferta de Microcrédito a um amplo público.

No Banco do Nordeste do Brasil, o programa de Microcrédito recebe o nome de Crediamigo. Trata-se do maior Programa de Microcrédito Produtivo Orientado da América do Sul, que facilita o acesso ao crédito a milhares de empreendedores pertencentes aos setores informal ou formal da economia (microempresas, enquadradas como microempreendedor individual, empresário individual, autônomo ou sociedade empresária).

O Crediamigo faz parte do Programa Nacional de Microcrédito do Governo Federal, denominado "Crescer", uma das estratégias do Plano Brasil Sem Miséria para estimular a inclusão produtiva da população extremamente pobre. Este programa tenta atuar de maneira rápida e sem burocracia na concessão de créditos em grupo solidário ou individual. Grupo solidário consiste na união voluntária e espontânea de pessoas interessadas em obter o crédito, assumindo a responsabilidade conjunta no pagamento das prestações. Associado ao crédito, o Crediamigo oferece aos empreendedores acompanhamento e orientação para melhor aplicação do recurso, a fim de integrá-los de maneira competitiva ao mercado (Rigo *et al.*, 2013). Além disso, o Programa de Microcrédito do Banco do Nordeste abre conta corrente para seus clientes sem cobrar

taxa de abertura e manutenção de conta, com o objetivo de facilitar o recebimento e movimentação do crédito.

O Microcrédito da Caixa Econômica Federal é oferecido para empreendedores formais, informais e empreendedores individuais, através de equipes que visitam o empreendimento e esclarece todas as suas dúvidas sobre formas de pagamento, prazos e limites do empréstimo. Pode ser usado para aquisição de equipamentos, materiais e demais melhoramentos no empreendimento do cliente.

No Banco do Brasil S/A (BB), essa modalidade recebe o nome de Microcrédito Produtivo Orientado (MPO). Tem como objetivo melhorar o fluxo de caixa (capital de giro) ou realizar investimentos dos clientes, como compra de equipamentos, móveis, ferramentas e demais itens necessários ao funcionamento da atividade econômica.

O BB, por meio de sua rede de agências e da empresa parceira, oferece orientação e acompanhamento no local do empreendimento do microempreendedor. Para tal o banco oferece orientação e acompanhamento no local do negócio, durante o período de utilização do crédito, e alíquota zero de Imposto sobre Operações Financeiras (IOF). No MPO o valor do empréstimo e o prazo de pagamento são definidos durante visita ao empreendimento.

3 Procedimentos Metodológicos

A pesquisa científica possui sua confiabilidade atrelada aos métodos adotados na execução da investigação, sendo que a clareza e transparência exercem papéis centrais. A metodologia indica os procedimentos e as regras que nortearam a pesquisa para garantir-lhe a eficácia desejada.

O método adotado não se restringiu ao trabalho de campo, observação e coleta de dados. Vai além. Para Selvaggi (2001), a pesquisa empírica é só o começo do conhecimento e análise de uma nova realidade:

> O conhecimento empírico é destituído de espírito crítico; as sensações imediatas e a fantasia predominam sobre a inteligência e o raciocínio (Selvaggi, 2001, p. 70).

Como fundamento de sua metodologia, essa dissertação adota a pesquisa qualitativa, o que resultou em estratégias específicas para os procedimentos de coleta e análise de dados. O esperado era compreender como o Microcrédito é capaz de gerar diferentes formas de "capitais" em seus tomadores.

Desta forma, o presente trabalho, que busca por respostas sobre os impactos do Microcrédito em classes em situação de baixa renda adota como estratégia de investigação a pesquisa qualitativa, pois segundo Flick (2005), ela é de particular relevância ao estudo das relações sociais devido à pluralização das esferas da vida. Essa pluralização exige sensibilidade para o estudo empírico das questões. Nesta investigação, este modelo de pesquisa se mostra aderente à base teórica mobilizada para problematizar os fenômenos da pobreza e do Microcrédito no contexto brasileiro, por se tratar de análise de relações sociais e as transformações sociais e subjetivas que envolvem o público investigado.

Por se tratar da busca de informações mais subjetivas, identificadas por meio dos capitais econômico, social, cultural, simbólico e emocional, a pesquisa qualitativa é a ideal, pois é holística-interpretativa. Além de não se ter uma preocupação com representatividade numérica, a busca é pelo aprofundamento da compreensão e verificação de um produto bancário que é ao mesmo tempo, objeto de política pública e considerado como um mecanismo de alavancagem de desenvolvimento econômico e combate à pobreza.

> A estratégia qualitativa de pesquisa se apresenta como uma abordagem bastante robusta e consistente, capaz de elucidar e permitir análise de realidades sociais complexas (Duarte, 2016. p. 86).

Como o objetivo é a análise e verificação de uma unidade de estudo e as transformações dos fenômenos sociais da pobreza e do Microcrédito, a opção foi pelo estudo de caso, por permitir a análise profunda de uma unidade de estudo, visando o exame detalhado de uma situação em particular.

Para Yin (2013), outra característica do estudo de caso é ser instrumento em pesquisas no qual não se tem controle sobre a possível resposta, ou resultado da pesquisa:

> In general, case studies are the preferred strategy when "how" or "why" questions are being posed, when the investigator has little control over events, and when the focus is on a contemporary phenomenon within some real-life context (Yin, 2013, p. 01).

Antes de iniciar a pesquisa e como mecanismo de se familiarizar com o objeto de análise, o pesquisador buscou informações que somassem conhecimentos sobre a área a ser pesquisada. Para isso, foi feita uma revisão literária de maior amplitude. Dentro deste arcabouço de revisão literária foram extraídos os elementos considerados relevantes para a análise proposta pela pesquisa em outras pesquisas e publicações acadêmicas.

Dados secundários também foram buscados, através de procedimentos e autorizações próprias, na instituição financeira pública em questão. Esses dados foram compostos por: normas gerais do Microcrédito Produtivo Orientado, modalidades de Microcrédito, política para concessão do crédito, número de clientes tomadores, valor médio das operações, renda média apresentada por estes clientes e outros dados que puderam contribuir para a análise em questão. Outros dados secundários também foram obtidos através da consulta a publicações oficias com dados sobre pobreza, classes sociais e Microcrédito no Brasil e no mundo.

Para a coleta de dados secundários sobre o Microcrédito Produtivo Orientado (MPO) e sua forma de distribuição no Banco do Brasil S/A, foram realizadas entrevistas não estruturadas com assessores da Diretoria de Governo (DIGOV) do Banco em Brasília. Através dessas entrevistas foi possível conhecer as diretrizes e a forma de distribuição do Microcrédito no BB, conhecimento essencial para seleção do público alvo de nossa pesquisa.

De posse de tal dados foi possível realizar uma primeira análise do público a ser entrevistado. Através da elaboração de roteiro de entrevista, buscou-se coletar dados pertinentes para a pesquisa. O esforço de investigação na fase exploratória da pesquisa deu também importante suporte na formulação de roteiros semiestruturados para a condução das entrevistas em profundidade com os clientes que possuem operação de Microcrédito.

Para o estudo dos efeitos sociais e as visões socialmente construídas pelas pessoas, no contexto desta pesquisa (os clientes tomadores de Microcrédito em um banco público comercial), adotou-se a abordagem de pesquisa de método único, ou seja, com a utilização de dados qualitativos.

Segundo Flick (2009), a pesquisa qualitativa muitas vezes é dirigida às pessoas ou aos grupos que estão realmente envolvidos e tem experiência com a questão do estudo, ou seja, nela os indivíduos devem ser capazes de representar a relevância do fenômeno que se quer estudar, em termos de experiência e envolvimento dos participantes na pesquisa. Desta forma, o método adotado demonstrou-se adequado para aprofundar os conhecimentos sobre o objeto de estudo.

Como mencionado na introdução, por possuir contato (profissional) com o campo abordado, o pesquisador adotou a metodologia de estudo de caso, associada à observação. Os entrevistados são clientes tomadores de Microcrédito na instituição na qual o pesquisador desenvolve sua atividade profissional. Buscando neutralizar o ambiente de entrevista e sempre foi esclarecido que a pesquisa não possui vínculos com a instituição em questão, sendo exclusivamente de natureza acadêmica, visando a obtenção de grau de Mestre em Administração. Ao mesmo tempo foi essencial a preparação exaustiva dos entrevistados, no sentido de instruí-los que este estudo se restringe ao campo acadêmico, sem nenhuma influência nas relações deles enquanto clientes da instituição financeira.

O método de observação permeou todo o processo de pesquisa. Aaker (2004) ressalta o uso do método como forma de se obter informações puramente comportamentais sobre as pessoas, que não são visíveis no uso de outras metodologias. Utilizou-se o método de observação não estruturada, no qual o observador monitora todos os aspectos do fenômeno que parecem importantes para o problema em foco sem interferir no andamento.

As primeiras entrevistas, ainda na fase de teste do instrumento de coleta de dados (roteiro semiestruturado), foram realizadas no ambiente da agência bancária. Foi

constatado que o ambiente influenciava as respostas dos entrevistados, os quais se sentiam inibidos em dar certos depoimentos. Diante desta dificuldade, passou-se a realizar as entrevistas no ambiente de trabalho dos microempreendedores. Alguns possuem lugar próprio para sua atividade, como sala comercial e pequenas lojas. Outros foram entrevistados em suas residências, onde exercem atividades como sacoleiras, manicures e costureiras, dentre outras atividades.

Durante as entrevistas, foram também registrados dados em um caderno para anotações, no qual estão anotadas informações sobre posturas e expressões do entrevistado, bem como e sobretudo em relação a realidade estudada, ou seja, a inserção do Microcrédito na vida dessas pessoas (Brazão, 2011; Caliman Costa, 2008).

Para as entrevistas em profundidade foi desenvolvido e testado o roteiro que segue no apêndice deste documento. Nesse primeiro momento, uma versão inicial foi testada com três entrevistados. Esse primeiro instrumento precisou ser ajustado, pois percebeu-se que faltaram algumas questões que se relacionavam-se mais com a questão da pobreza. Outro ajuste refere-se a inclusão de questões que abordassem o crédito em seu uso, seus benefícios e sua dificuldade de reposição (parcela).

Todos os entrevistados mostraram-se interessados em participar da pesquisa. As entrevistas duraram, em média, quarenta e cinco minutos. Apenas duas entrevistas duraram um tempo bem abaixo da média 30 (trinta) minutos, mas mesmo assim não deixaram de contribuir com elementos importantes para a pesquisa.

A maior dificuldade que se enfrentou nessa pesquisa de campo, como já estava previsto, foi a de associação da pesquisa com a instituição financeira e o próprio processo de tomada de crédito. Pois nesta modalidade de crédito o agente de crédito, diferentemente de outras modalidades de crédito pessoal, realiza visitas e abordagens aos tomadores de crédito. Mas, atento a isso, o investigador sempre reforçou o carácter dissociado de pesquisa com o processo de crédito da instituição.

Para referenciar os entrevistados ao longo da análise dos dados, foi criado um quadro com códigos de identificação e características dos entrevistados, contendo uma breve descrição do perfil do entrevistado. Adotou-se o código MEI (Microempreendedor Individual) como são chamados pela legislação brasileira, seguido de uma numeração para melhor identificá-los, por exemplo, MEI 1, MEI 2, e assim por diante.

Quadro 8 - Dados dos Entrevistados (MEI)

Identificação	Sexo	Idade/anos	Renda familiar/ salários mínimos	Ocupação	Escolaridade	Filiação religiosa	Grupo familiar
MEI 1	Feminino	55	3	Faxineira, Vendedora de Produtos	Ensino fundamental	Católico e frequenta outros cultos	3 pessoas
MEI 2	Feminino	53	3	Cabeleireira e agricultora	Ensino fundamental	Católica	2 pessoas
MEI 3	Feminino	51	2	Cozinheira e proprietária de comércio	Ensino fundamental	Católica, mas com frequência em outros cultos	5 pessoas
MEI 4	Feminino.	40	2	Artesã	Ensino médio	Católica, mas com frequência em outros cultos	3 pessoas
MEI 5	Masculino	39	3	Vidraceiro	Ensino fundamental	Católica não praticante	3 pessoas
MEI 6	Feminino	66	2	Costureira	Ensino fundamental	Católica não praticante	2 pessoas
MEI 7	Feminino	31	3	Vendedor	Ensino médio	Católica não praticante	3 pessoas
MEI 8	Masculino.	54	3	Motorista	Ensino fundamental	Católica não praticante	3 pessoas
MEI 9	Feminino	30	2	Esteticista	Ensino médio	Católica	3 pessoas
MEI 10	Feminino	34	2	Vendedora	Ensino médio	Católica não praticante	3 pessoas
MEI 11	Feminino	37	3	Vendedora	Ensino médio	Católica não praticante	3 pessoas
MEI 12	Masculino	40	2	Técnico de informática	Ensino médio	Católica	4 pessoas

Fonte: Elaboração própria.

Durante o processo de realização de entrevistas, reutilizando o referido instrumento, quando foi alcançado o total de oito entrevistados começou-se a deparar com um fenômeno denominado “exaustão”, ou seja, a presente de falas e/ou narrativas semelhantes já coletadas. Para que houve certeza da exaustão, foram ainda realizadas mais quatro entrevistas, permitindo que se confirmasse que os elementos encontrados começaram a reaparecer (se repetir nos novos entrevistados). Diante disso, optou-se por encerrar as entrevistas, alcançando o total de doze entrevistados. A projeção inicial era a de que a “exaustão” aconteceria entre a décima quinta e a vigésima entrevista.

Na fase de análise de dados, confrontou-se dados apresentados na bibliografia e obtidos em campo. Como o problema de pesquisa está relacionado à análise da percepção das mudanças de vida das pessoas, coube analisar através de elementos

próprios derivados da teorização, as questões apresentadas pelos pesquisados ao que se refere a essa modificação na sua realidade de vida a partir de suas percepções e depoimentos.

Através de triangulação dos resultados obtidos, no que tange a questão principal, procurou-se identificar características gerais e particulares sobre as questões em análise. Com isso, pôde-se interpretar os resultados e agrupá-los, de forma a identificar as conclusões. Foi possível se visualizar através dos dados encontrados os ganhos de ordem econômica, social, cultural, simbólica e emocional por parte dos tomadores de Microcrédito ofertado pelo Banco do Brasil investigados.

4 ANÁLISE DOS DADOS

Além da pergunta problema essa dissertação tem como proposta responder a outros três objetivos. Para que se conseguisse avançar nestes propósitos foram realizados recortes nos relatos das entrevistas, de forma que contribuíssem para tal fim. Desses recortes nestes objetivos, foi possível traçar um panorama que ajudou a atender ao objetivo geral da investigação. O relato da análise dos dados da pesquisa está estruturado de forma a apresentar os resultados encontrados associados a cada um dos objetivos específicos e, finalmente, ao atendimento do objetivo geral da pesquisa.

4.1 Compreensão do Microcrédito no Banco do Brasil S/A

O primeiro objetivo específico da investigação tinha como finalidade, "**Conhecer as políticas de concessão de microcrédito pelos bancos públicos e no banco do Brasil**". Através de dados secundários, principalmente da legislação sobre o Microcrédito, teve-se conhecimento de como se originou a distribuição desse tipo de empréstimo no Banco do Brasil. Nessa instituição financeira, assim como em outros bancos oficiais, o Microcrédito tem origem e modelo vinculado a diretrizes (leis) governamentais e em programas para o incentivo de tal operações.

Os principais Programas que nortearam o Microcrédito no Banco foram o PNMPO (2005), Programa CRESCER (2011) e PROGREDIR (2017) ainda em implantação. Os programas subsequentes ao PNMPO, na verdade complementam o que já está normatizado.

4.1.1 Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO)

O Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO) foi instituído pela Lei nº 11.110, de 25 de abril de 2005, com o objetivo de incentivar a geração de trabalho e renda entre os microempreendedores populares, disponibilizar recursos para o microcrédito produtivo orientado e oferecer apoio técnico às instituições de microcrédito produtivo orientado, com vistas ao fortalecimento institucional destas para a prestação de serviços aos empreendedores das classes sociais em situação de baixa renda.

O PNMPO é destinado a microempreendedores populares, formais e informais (com atividades produtivas de pequeno porte e faturamento anual de até R$ 120.000,00), com intuito de gerar trabalho e renda. Utiliza metodologia baseada no relacionamento direto com o empreendedor, por meio de um agente de crédito de uma instituição de Microcrédito habilitada ao PNMPO. Esse agente de crédito faz um levantamento socioeconômico junto ao microempreendedor avaliando, assim, o potencial do negócio bem como a necessidade do valor do financiamento e a capacidade de pagamento do tomador de crédito.

As fontes de recursos disponibilizadas pelo PNMPO são do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) e 2% dos depósitos compulsórios à vista junto ao Banco Central, a chamada exigibilidade. Os recursos do FAT são alocados nos bancos públicos federais através dos termos de alocação de depósitos especiais (TADE's), que por sua vez repassam as Instituições de Microcrédito Produtivo Orientado (IMPO), que podem ser OSCIPS, cooperativas de crédito, sociedades de crédito ao microempreendedor (SCMEPP).

Além da disponibilização de recursos para o segmento, o PNMPO também tem a função de fomentar o Microcrédito. Isso é feito principalmente através da promoção de seminários anuais, nos quais são feitas palestras e oficinas destinadas a discutir os gargalos e desafios do Microcrédito no país.

Neste primeiro momento do PNMPO, o Banco do Brasil não começou a operacionalizar diretamente, junto aos clientes a contratação de operações de microcrédito. Segundo a lei 11.110, as instituições financeiras públicas federais deveriam utilizar 2% dos depósitos à vista para repasse as operações de Microcrédito produtivo. Inicialmente, o BB repassava esse valor as instituições que operacionalizavam (MPO), conforme se previa em lei, ou seja, ele só repassava os recursos legais para que fosse disponibilizado aos microempreendedores.

4.1.2 Programa CRESCER

Em 2011, com a criação do Programa Crescer, o governo federal solicitou que todos os bancos oficiais trabalhassem, também, na operacionalização direta do microcrédito junto aos microempreendedores, seguindo o mesmo modelo de atuação das operadoras de MPO que já atuavam desde o PNMPO.

Em 21 de setembro de 2011, o Banco lançou as linhas de crédito BB Microcrédito Empreendedor PF e PJ direcionadas a empreendedores informais, empreendedores individuais formalizados e microempresas com faturamento bruto anual de até R$ 120.000,00. Trata-se de solução disponibilizada para o segmento de pessoa física e jurídica no âmbito do Microcrédito Produtivo Orientado, buscando atender as necessidades financeiras de empreendedores de atividades produtivas de pequeno porte.

> "O MPO do BB está alinhado ao Crescer – Programa Nacional de Microcrédito lançado pelo governo federal em 24 de agosto último (2011), que tem como objetivos elevar o padrão de vida e a geração de empregos no País, dar oportunidade de novos negócios, estimular o empreendedorismo e a bancarização dos cidadãos brasileiros" (www.brasil.gov.br).

O modelo de atendimento ao microempreendedor começou a ser feito pela rede de agências do BB em todo País, com ênfase no meio urbano. Funcionários foram capacitados, visto que a forma de atuação prevê visita ao empreendimento, levantamento socioeconômico, orientação, planejamento do negócio e acompanhamento durante todo o período do contrato, de forma a proporcionar o crescimento e a sustentabilidade dos negócios.

As linhas de crédito disponíveis, no Banco estão divididas em duas modalidades, nas modalidades de giro e investimento, apresentando limite financiável de até R$ 15 mil e prazo de pagamento de até 36 meses, de acordo com a finalidade dos recursos e do tipo de tomador, se pessoa física ou jurídica. A taxa de juros inicial era de 0,64% ao mês, Taxa de Abertura de Crédito (TAC) de 1% e isenção de IOF.

4.1.3 Programa PROGREDIR

O Governo Federal anunciou em 27 de setembro de 2017, o Programa Progredir, com o objetivo de aumentar a renda dos brasileiros que recebem Bolsa Família. Segundo o governo, o programa receberá um aporte de R$ 3.000.000.000,00 ao ano para realizar as suas ações, que abrangem as áreas de qualificação, trabalho e empreendedorismo.

Atualmente, milhões de brasileiros dependem do Bolsa Família para sobreviver. O programa faz uma transferência de renda direta todo mês às famílias pobres e extremamente pobres do país. A fim de melhorar as condições dos beneficiários e

reduzir o seu grau de dependência em relação ao Bolsa Família, o Governo Federal resolveu lançar o programa Progredir, cuja a meta é aumentar a renda das pessoas beneficiárias desse programa. Para isso, ele desenvolverá ações em todo o país, que visam gerar vagas de emprego e estimular o trabalho por conta própria. A iniciativa será coordenada pela Secretaria de Inclusão Social e Produtiva do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS).

Nos próximos 12 meses, o Governo Federal espera atender mais de 1 milhão de famílias, que estão inscritas no Bolsa Família. Vale lembrar que o programa social tem em média 13 milhões de famílias cadastradas.

O Bolsa Família paga cerca de R$180,00 para cada núcleo familiar. Com o novo programa do Governo Federal, a ideia é estimular o progresso dos beneficiários, para que eles possam encontrar um trabalho, abrir o próprio negócio ou mesmo se qualificar. Assim, considera-se que será possível alcançar uma renda melhor e, consequentemente, melhorar de vida.

É importante lembrar que o programa Progredir pode desencadear uma melhora no orçamento da família, mas isso não significa exclusão imediata do Bolsa Família. Quem participa do Progredir permanece por mais dois anos no nesse programa de transferência de renda, mesmo se estiver empregado com carteira assinada. A remuneração, por sua vez, não pode ultrapassar dois salários mínimos.

Segundo o governo, as famílias, que deixarem o Bolsa Família em virtude de uma melhora na renda, não precisam temer retrocesso na renda. Caso aconteça a perda da nova fonte de renda, será possível voltar a receber o benefício do governo federal.

4.1.4 Características e Dados do MPO no Banco do Brasil

O MPO no Banco é destinado a atender às necessidades financeiras de pessoas físicas e jurídicas empreendedoras de atividades produtivas de pequeno porte, com faturamento anual de até R$ 120.000,00. Trabalha em duas modalidades o credito individual e o crédito Solidário. Nas agências do BB só é ofertado a opção de credito individual, o credito solidário veremos mais adiante é ofertado na Empresa MOVERA.

Quadro 9 - Condições do MPO no Banco do Brasil

Características	Tipos de Crédito	
	Crédito Individual	Crédito Solidário (3 a 7 pessoas)
Taxa de juros	2,95% a.m.	: 2,80% a.m.
Valor do financiamento	De R$ 1 mil e teto o de R$ 15 mil por operação	De R$ 300 reais e teto de R$ 15 mil por grupo
Prazo	Capital de giro: de 04 a 12 meses. - Investimento: de 04 a 18 meses	Capital de giro: de 04 a 12 meses
IOF	Alíquota zero	Alíquota zero

Fonte: Banco do Brasil (2014).

A Metodologia do MPO no Banco se baseia em "crédito na medida certa", orientação ao empreendedor, atendimento no local de sua atividade, inclusão produtiva, educação financeira, incentivo ao empreendedorismo, geração de emprego e renda, desenvolvimento econômico e geração de valor social.

Atualmente, o MPO possui uma carteira de 1,8 milhões de clientes no BB, que alcança um volume de 3.500.000 de operações, gerando um desembolso em crédito de R$ 6.700.000.000,00. Dados consolidados Brasil (posição acumulada dez/11 a abr./2017).

O Banco, na agência de relacionamento dos microempreendedores entrevistados, possui uma carteira acumulada de 258 clientes, que possuem 613 operações contratadas, gerando um desembolso de R$ 1.000.000.000,00 (posição acumulada dez/11 a bar/2017).

4.1.5 O acesso ao MPO

O MPO, na modalidade analisada por tratar-se de um produto bancário possui condições semelhantes aos demais produtos de crédito da instituição. Ao mesmo tempo, possui regras especificas no que se refere a concessão e garantias. Para que o microempreendedor tenha acesso ao credito (MPO) é necessário:

1. Possuir relacionamento com o Banco (tempo de conta)
2. Não possuir restrições financeiras no mercado (Serasa, SPC, e outros órgãos de proteção ao crédito).
3. Exercer atividade que enquadre como atividade objeto de financiamento pela linha de crédito MPO.

4.1.6 MOVERA e MPO

Em visita a Diretoria de Governo do Banco do Brasil, através de entrevista não estruturada, foi possível conhecer um novo modelo adotado pelo Banco do Brasil. Em fase experimental, ou seja, em plano piloto, o Banco repassa a empresa Movera, que é uma empresa responsável pela oferta de Microcrédito Produtivo Orientado. A Movera faz parte do grupo Elo Participações S.A., integrante do conglomerado do Banco do Brasil S.A. e do Grupo Banco Bradesco S.A., cuja

> [...] Missão: Ser parceira dos empreendedores no desenvolvimento sustentável de suas atividades, oferecendo orientação e soluções adequadas de micro finanças (Movera, 2017).

Mesmo sem deixar de ofertar Microcrédito em suas agências de varejo, o Banco mantém em caráter experimental, a empresa Movera, cuja a especialidade é a oferta de Microcrédito Produtivo Orientado e outros serviços de Micro finanças. Há contratação específica de agentes de credito encarregados de orientar e avaliar a necessidade de crédito dos microempreendedores.

A Movera está presente atualmente em algumas cidades do Nordeste, São Paulo e Santa Catarina. Através dessa empresa, o microempreendedor consegue além do crédito individual, como é ofertado nas agências, o crédito através de grupo solidário de 3 a 7 empreendedores, os quais são responsáveis pelo pagamento integral das parcelas.

4.2 Histórias de Vida, Situação de Pobreza e Ascenção de Classe

Um segundo objetivo específico proposto pela investigação é pela compreensão de quem são os beneficiários do Microcrédito, também chamados de Microempreendedores. Como descrito anteriormente, são pessoas físicas autônomas, que não possuem vinculo de emprego formal, sendo responsáveis por algum tipo de empreendimento próprio.

Uma pequena descrição de cada um facilita a compreensão de suas falas e suas reações frente as perguntas, além de ser uma maneira de melhor identifica-los.

Quadro 10 - Descrição dos MEIs (Microempreendedores individuais)

Identificação	Descrição
MEI 1	Microempreendedora trabalha como faxineira em residências de famílias durante o dia. Trabalha como serviçal numa escola pública no turno noturno. Vende cosméticos para as pessoas de seu convívio. Mora com o marido e uma neta. Ajuda financeiramente os filhos.
MEI 2	Microempreendedora possui um salão de cabeleireira onde trabalha e vende produtos diversos como roupa e cosméticos. Reside com o marido na zona rural onde o mesmo possui renda na agropecuária. Possuem 2 filhos que cursam universidades públicas em cidades distantes.
MEI 3	Microempreendedora trabalha na parte da manhã em um restaurante numa cidade vizinha (viaja todos os dias). Mora num distrito, as margens de um lago de hidrelétrica onde a tarde e à noite, e também nos fins de semana mantém um pequeno restaurante. Mora com 2 filhas e 2 netas. Ajuda financeiramente o filho casado.
MEI 4	Microempreendedora possui rende do INSS, dado a um acidente que sofreu na profissão de auxiliar de laboratório. Trabalha com a confecção de enfeites para festas. Mora com o marido, a filha e a sua mãe.
MEI 5	Microempreendedor possui um pequeno comércio onde realiza seu trabalho. Mora com a esposa, que é assalariada no setor privado. Possui uma filha fora do relacionamento.
MEI 6	Microempreendedora exerce sua atividade em casa. Mora com o marido que é aposentado por invalidez pelo INSS. Não possui filhos.
MEI 7	Microempreendedora possui uma pequena loja de roupas e outros artigos. Trabalha eventualmente no comércio local. Mora com os pais (trabalhadores rurais). Não possui filhos
MEI 8	Microempreendedor possui caminhões que presta serviço a empresas mineradoras e faz outras viagens autônomas. Trabalha em um dos caminhões fazendo viagens. Mora com a esposa que é servidora pública municipal.
MEI 9	Microempreendedora trabalha no turno diurno em uma loja de material de construção civil. A noite e nos fins de semana trabalha como manicure e pedicure de forma autônoma na residência das clientes.
MEI 10	Microempreendedora possui uma pequena loja de importados diversos. Trabalha com a irmã. Mora com o marido e o filho. Mas cuida de uma tia acamada, aposentada pelo INSS.
MEI 11	Microempreendedora possui um pequeno "brechó" onde comercializa produtos novos e usados, e produtos cosméticos. Mora com o marido e o filho.
MEI 12	Microempreendedor trabalha na manutenção de micros na residência dos clientes. Mora com a esposa que é assalariada no setor privado e dois filhos.

Fonte: Elaboração própria

Ao se colocar para os entrevistados a primeira pergunta do roteiro, "Conte-me sobre sua vida, como você chegou nesta vida que tem agora", as narrativas possuem elementos que evidenciam certa evolução financeira. De modo geral, testemunham o rompimento com a situação de pobreza, identificada sobretudo como a ausência principalmente de Capital Econômico.

> [...] Não tinha dinheiro para nada. Quando eu era mais nova nunca soube o que era ter dinheiro. Ajudava meu pai na lavoura e isso ficava "a troco" das coisas para eu viver. Mas era assim, os filhos viviam nas custas dos pais, as mulheres que não casavam, o fim da vida era até triste. Sem dinheiro, sem filho ou ia para a vila ou morria na casa de parente. Porque dinheiro não tinha não. As que tinha dinheiro algum sobrinho até

> olhava. Lá na casa da minha mãe mesmo, morou uma tia dela, já velha que nem tinha para onde ir (Relato MEI-1).

> [...] Dinheiro? Nunca tive um tanto certo. No começo da minha vida só ganhava 'mixaria'. Mas a gente era educada para parar de depender do pai e ir depender do marido. E comigo foi assim. Só mudou depois de um tempo. Quando casei eu era só dona de casa, era pobre e sem rende minha do mesmo jeito. O meu marido trabalhava e eu ficava só com as tarefas de casa, é trabalho também, mas não tinha renda nenhuma para isso. Isso hoje nem existe mais né (Relato MEI-6).

> [...] Nem meu pai nem minha mãe nunca me deu dinheiro. Nem precisava também. Eles só exigiam que a gente fosse honesta e que buscasse viver do próprio trabalho. Aí assim, trabalhei muito desde cedo e com muita honestidade. Tudo que pude ganhar na vida foi com o tempo e com trabalho, nada cai de graça, a gente é que tem de esforçar mesmo. Dia após dia. A vida não é fácil, mas com honestidade e muito trabalho a gente melhora as coisas. Até vendo hoje, nem parece o tanto de aperto que já passei (Relato MEI-8).

Nas narrativas de vida, a identificação com situação de pobreza é reforçada quando se pensa em uma escala cronológica. Os entrevistados narram ganhos na esfera econômica nos últimos anos ou nas últimas décadas de suas vidas; e ao mesmo tempo a compreendem como sendo um rompimento com a situação de pobreza.

Os conceitos de "hábitos" e "campus", conforme os entende Bourdieu (2008), aparecem na fala dos entrevistados ao tratarem a questão da "Pobreza".

> [...] Nasci e fui criada na roça. Aprendi muito cedo que tem de trabalhar e o serviço de roça é muito pesado, você sabe. E desde lá nunca tive muita coisa e também não faz falta. Muita gente que conheço nem tem o que eu tenho e na verdade nem faz falta. É claro que quanto mais coisa a gente tiver é bom. Dinheiro para uma hora de precisão é bom demais, mas não é tudo as vezes. Conforto acho que todo mundo tem, muito mais que tinha antes (Relato MEI-3).

O habitus, sistema de disposições adquiridos na socialização, se apresenta como o entendimento da pobreza como ausência de bens de consumo. Por ser um processo relativo ao lugar e o movimento (Bourdieu, 2008), a ausência de certos recursos monetários, deixa evidente que a posse de bens materiais tem importância relativa, ora naturalizando a situação de pobreza entre os entrevistados, ora estabelecendo tensões ou perspectivas de alteração da qualidade de vida material.

> [...] Tenho dois filhos, mas quero que eles tenham mais do que eu tenho hoje. Sei que ter muito não é o principal na vida. Mas eles crescerem menos que o filho dos outros é ruim. Não é por causa de comparação não, é para eles nunca se sentirem pior que ninguém. E assim no mundo tudo tem que andar junto né, pois hoje temos acesso a tudo, mas tem que ter condições de ter acesso (Relato MEI-12).

> [...] Não é ser orgulhoso não, mas a gente tem de ter um 'padrãozinho' de vida pelo menos. Não é ter para humilhar ninguém, mas para não se sentir mal. É tão bom a gente desfrutar de coisa que a gente gosta. Tem umas coisas que hoje em dia é automático até a gente ter. Como te falei, isso assim sem pisar em ninguém" (Relato MEI-8).

O Campus, espaço que envolve lutas simbólicas tratadas no interior (Bourdieu, 2008), está presente na fala dos entrevistados. Os discursos voltados para conquista de algo que está no consciente de lutas simbólicas interiores, trazidas pelo processo de socialização.

A ideia de Pobreza não se restringe, na fala dos entrevistados, a uma ideia fixa de ausência de bens ou condições. Há diferentes categorias na definição (ideia) de pobreza (Carrion, 2009) entre os entrevistados.

Para os MEIs 1 e 5, a ideia de Pobreza relaciona-se com o que Carrion (2009) definiu como pobreza tendo menos do que um mínimo objetivamente definido. O que, segundo a autora, se relaciona com a carência de Capital Econômico.

> [...] Nem é bom falar. Não tinha uma comida direito, não tinha uma carne, não tinha umas verduras. A vida era bem apertada. Comíamos só o que era fácil de ter na época. Não tinha arroz, era canjiquinha com feijão. Carne as vezes no domingo. As famílias tudo grande como que ia ter de tudo? (Relato MEI-1).

> [...] Minha família era muito pobre. Faltava tudo. Não tinha nada para sobreviver quase. Vivíamos de doações de outras pessoas. Lembro muito de que durante minha infância a gente só tinha roupa ganhada de outras pessoas, e as vezes a gente até ganhava comida de alguém. No Natal, sempre recebia cesta com comida de alguma igreja ou família que conhecia a situação lá em casa (Relato MEI-5).

Para os MEIs 9 e 6, a Pobreza relaciona-se com o que Carrion (2009) definiu como: "Pobreza é ter menos do que outros na sociedade" e se relaciona com carência de Capital Social.

> [...] É muito ruim para a gente, sair e não poder comer o que os outros come. Não ter uma roupa a altura de outras pessoas que é igual a gente. Não é questão de humilhação, mas todo mundo tem capacidade de ter as coisas, basta esforçar. O que os outros tem a gente pode ter uai (Relato MEI-9).

> [...] O pior é não ter o que os outros tem. Estou falando de tudo. Em casa, na rua. Sabe quando você olha as pessoas comprando certas coisas que você tem vontade. É quase humilhante não poder comprar a mesma coisa ou algo parecido. E no mais também o esforço da gente tem de ser recompensado (Relato MEI-6).

A redução da pobreza na vida dos entrevistados é narrada pela maioria dos entrevistados, pois associam a redução da pobreza ao aumento de renda e conquista (compra) de bens e serviços antes não possuídos. Associa-se ao que Abramoway (2012) definiu como ampliação de uma notável "Nova Classe Média".

> [...] Hoje é muito melhor. O pobre pode comprar as coisas: os móveis, comida boa, entra no mercado compra carne, antes não tinha nada. Minha casa tem mobília boa, tem os móveis que eu quero. A gente comprou um carro, é financiado, mas as prestações está tudo em dia. Se você for na minha casa não falta nada. Comprei um fogão muito bom. Foi caro, quase 1500 reais, mas está quase pago. Antes não tinha isso. Minha televisão é a mais nova que tem, pega até com internet. Quando antes que a gente podia comprar isso tudo? Agora que a gente está construindo a vida (Relato MEI-1).

A ausência de poupança e de planejamento financeiro demonstram o quanto o ganho da chamada "Nova Classe Média" ainda é limitado. A vulnerabilidade a que está exposta, financeiramente, essa nova classe, como descrito por Abramoway (2012), Sen (2012) e Bronzo (2007), que consideram o combate à Pobreza ocorrido até hoje como frágil e precário, aparece nas falas de MEI-3 e MEI-4.

> [...] Nossa vida melhorou muito. Mas dá até medo. Essa história de crise aí oh, já deu para a gente ficar cismado. Não tive como juntar dinheiro ainda e muita coisa minha é comprado confiando que as coisas vão continuar melhorando. Comprado nas prestações, como te contei. Mas se Deus quiser isso não vai afetar a gente. Mas que dá um certo medo dá (Relato MEI-3).

> [...] Tenho meus compromissos com dinheiro. Sei que é meio apertado, mas pobre, se não ficar apertado, não conquista as coisas. Mas dá medo de vez em quando de não manter essas coisas. Não é medo, mas as vezes fico pensando que se acontecer qualquer coisa e eu não puder trabalhar, pode ser preciso vender as coisas que já comprei. As coisas melhoraram muito, mas e se piorar de novo vamos passar muito aperto. Mas se der para trabalhar, não vou passar aperto não. Acho que tenho mais medo de perder é a saúde, isso é ruim. Já tive depressão uma vez fiquei encostada e foi muito ruim (Relato MEI-4).

O avanço no combate à pobreza é entendido pelos entrevistados como conquista que vai além do ganho econômico (Abramoway, 2012). Percebe-se nas falas de MEI 3 a limitação de cultura (Capital Cultural) e auto estima (Capital Emocional), confirmando achados das pesquisas de Souza (2009), de forma mais presente que a ausência de ganho econômico, associado a pobreza.

> [...] Só sei te falar que a escola faz falta. Eu estudei nada. E hoje muita coisa precisa ter escola. Fico para trás em tudo que faço, mas é porque não estudei. E olha que ganho dinheiro igual muita gente que estudou. Mas a escola ajuda a gente a está preparado para os apertos da vida. Se for arrumar serviço a primeira pergunta é se estudou e até quando, né. Falo para minha filha ter dinheiro não é difícil, mas tem de estudar também. É tão bom ver alguém estudado, além de fazer falta é importante para não ser passado para trás. É tão triste conviver com as pessoas mais estudadas e as vezes de desconfiança que estão passando a gente para trás. A gente tem que saber o máximo que der de tudo (Relato MEI-3).

A associação entre a situação de pobreza e a fome é comum até mesmo em dados oficiais, bem como em distintas pesquisas em diferentes partes do mundo (Castro, 2003). Nas entrevistas, quando se parte da narrativa de melhoras na vida a associação com melhoras na alimentação ocupa lugar importante nos avanços percebidos em sua qualidade de vida por parte dos pesquisados. Em alguns casos, o combate à pobreza é associado exclusiva ou principalmente a uma alimentação melhor.

> [...] Já passei muita fome. Fome não, mas comer poucas vezes por dia e sem muita variedade. É difícil até de lembrar, quando a gente era mais pobre, não tinha nada para fazer de diferente. A comida que a gente tinha era básica mesmo. Hoje é muito melhor, você vai no mercado tem tudo. Sempre falo, hoje ninguém passa fome mais não, tem de tudo e com muita variedade. Se você for no mercado e tiver como comprar é claro, nossa, você come o que quiser. Mudou demais (Relato MEI-3).

De modo geral, as narrativas de vida dos microempreendedores trazem relatos de situações de pobreza superados com os ganhos econômicos sentido por eles. Mas as falas são carregadas de fragilidade quando se pensa o combate à pobreza de forma mais ampla. Capital Social, Cultural e Emocional, recebem sim avanços quando se tem o avanço econômico. Mas em alguns casos essa evolução não é completa.

4.2.1 Os microempreendedores e a "Nova Classe Média"

A divergência de opiniões sobre o surgimento ou não de uma nova "Classe Média no Brasil" permeia o debate entre autores como Neri (2011), Pochmann (2012) e Souza (2012). Na discussão teórica da presente pesquisa, foram encontrados bastante elementos que confirmam os prós e contras deste debate. Quando se indaga sobre a realidade de trabalho das pessoas pesquisadas, aparecem dados relevantes para compreensão do ganho de Capital Econômico e também de ganhos ainda limitados de outros capitais humanos.

Com relação ao valor da renda dos entrevistados, não perguntou-se diretamente aos mesmos. Tomou-se como referência os dados secundários acessados através dos critérios para a concessão do crédito. Diante de tais dados, nos quais a média salarial varia de 2 a 4 salários, constatou-se a identificação dos MEIs, com a chamada "Nova Classe Média", segundo parâmetros econômicos apenas (Neri, 2012).

A renda com identificação de ganho de Capital Econômico é indispensável para o ganho de outros Capitais humanos (Sen, 2012). Relatos de vida profissional, reforçam a ideia de que houve uma evolução da renda dos entrevistados. A aquisição de renda e sua elevação é um elemento central nas narrativas dos MEIs quando questionados sobre seu trabalho.

> [...] Melhorou muito. Antes eu fazia faxina e ganhava muito pouco. Quase que ficava a troco de ter dinheiro da comida mesmo. Hoje não, trabalho nas faxinas, que está melhor que antes. Dá para tirar bem, é uma renda até boa e ainda vendo natura nas casas que trabalho, mais dinheiro entra. Aí olha para você ver, tenho um serviço que ganhou duas vezes e ainda por cima tenho o salário de serviçal do estado, minha renda não é ruim não viu. Tenho condição financeira boa. Eu sou satisfeita com a renda que eu tenho, ganhou até que bem. Meu marido nem ganha tanto, mas nós dois juntos tiram até que bastante (Relato MEI-1).

> [...] da minha renda é que não posso reclamar. Trabalhava de empregado, eu era motorista dos outros. Ganhava salário mínimo ou mais um pouco, e antes o salário mínimo era uma 'merreca'. Hoje tenho dois caminhões, até empregado eu tenho. Renda melhorou sim. Para te falar a verdade, você vê aí na minha conta movimento bem dinheiro, ganho muito mais hoje que ganhava antes. Ai lógico né, tudo melhora e muito. Tendo dinheiro a gente consegue colocar tudo na frente, compra mais coisas, tem mais de tudo (Relato MEI-8).

A elevação do consumo, outra grande forma de identificar a "Nova Classe Média" é uma realidade na vida dos MEIs. O acesso a bens de consumo como, carro, computador, TV, casa própria financiada e crédito, antes não plenamente acessados por estas pessoas, está presente na vida dos MEIs pesquisados. Os benefícios sociais motivadores e mantenedores da "Nova Classe" (Neri, 2012), como financiamentos subsidiados, são perceptíveis em quase todas as falas dos entrevistados. A elevação do potencial de consumo é evidente.

> [...] Minha casa é pequena, está financiada, mas a sensação de ter casa da gente é muito bom. Podemos pensar em arrumar, reformar sem preocupar se vou ter que sair um dia. O dia que assinei o contrato do financiamento parecia que estava no céu. Mas aí vem um monte de coisa né casa nova, e minha. Comprei muita coisa que precisava. Como o meu financiamento foi pelo 'minha Casa minha vida' o governo ainda liberou tipo um empréstimo para comprar móveis, aí que foi bom. Comprei televisão, armário, fogão e um monte de coisinhas. E assim a parcela não deu nem cem reais a mais. A casa ficou a bem-dizer montada (Relato MEI-3).

> [...] Hoje em dia tem tudo, né? Consegui comprar um carro, não é novo, mas serve muito. Eu achava que nunca ia ter carro. Mas depois que tem esse negócio de parcelas até eu aguentei comprar. Foi assim um primo meu que trabalha numa cidade grande que me orientou a fazer um consórcio. Fiz e com pouco de dinheiro que eu tinha consegui dá lance. Demorou uns três meses, mas aí saiu (Relato MEI-5).

Porém, a identificação dos entrevistados como componentes de uma suposta "Nova Classe Média" confirma a superficialidade e fragilidade dessa classificação, como defendem Souza (2012) e Pochmann (2012). Ela restringe-se a renda e a ampliação nas formas de consumo. Mas em muitos aspectos estão longe de atingirem certos hábitos de classes B e A, consideradas tradicionais. O acesso a bens e serviços, serve de forma limitada e precária, como parâmetro para identificar a elevação de classe dos MEIs.

O “ganhar mais” desta “Nova Classe” associa-se bem mais com a quantidade de trabalho que com a valorização deste. Ao se consultar os dados dos entrevistados e até mesmo em suas falas fica evidente porque Souza (2012) classifica em sua pesquisa a realidade de indivíduos em situação semelhante como os “Batalhadores”. Dos entrevistados na presente pesquisa, todos exercem mais de um tipo de atividade ou possuem mais de uma fonte de renda. As mulheres, que entre os entrevistados representam 75% (9 de 12) dos entrevistados ainda possuem a jornada do lar. Isso se confirma quando se pergunta sobre as fontes de renda.

> [...] De dia estou nas faxinas, e tenho minhas faxinas certinha. A semana fechada, cada dia num lugar. Vendo produtos da Natura e do Avon, as vezes para minhas patroas ou alguém conhecido, o ruim é só no dia de entregar, se for muito longe tem de andar demais, aí já viu tem de ser bem dizer correndo. De noite estou de serviçal na escola, chego as seis da tarde aqui e fico até dez e meia, aqui também é corrido, tem de está com a merenda dos aluno pronta até oito e meia sem falta. Tem dia que nem em casa eu vou dá faxina mesmo venho para cá. Moro muito longe, não dá para ir lá e voltar (Relato MEI-1).

> [...] De carteira assinada eu sou cozinheira de restaurante lá em Lavras (cidade vizinha) vou no ônibus das seis da manhã, lá o trabalho é muito puxado, até onze horas a correria para fazer o almoço, somos cinco cozinheiras, depois das onze começa a lavação de prato, panela e limpeza, imagina. Mas quando chego em casa lá pelas quatro da tarde, arrumo tudo que é de casa né. Aí depois já vou abrindo o bar que eu tenho lá na beira do lago, tem de limpar lá também. Dia de semana o bar nem dá freguês às vezes. Mas no fim de semana dá muito serviço, o pessoal está de folga e lá costuma encher de gente, tem dia na sexta e no sábado que saio de lá umas duas da manhã (Relato MEI-3).

Outra característica dos “Batalhadores” (Souza, 2012), que vem de encontro ao que Pochmann (2012) denominou de alterações no modelo de trabalho migrando de atividades primárias e domésticas para atividades urbanas do segundo e terceiro setor. Pelos reatos de MEI-1, MEI-3, MEI-6 e MEI-8, que tiveram seu começo de vida de trabalho no setor rural, confirma-se essa migração de mão-de-obra do mundo rural para o urbano. Para MEI-2, MEI-4 e MEI-8, o início de sua vida profissional se deu em serviços domésticos, confirmando os argumentos de Pochmann (2012) sobre a realidade dos brasileiros que acessaram incremento de renda dentre aqueles em situação de pobreza.

Pode-se perceber que os microempreendedores com idade mais elevada apresentam um histórico de vida no qual há migração de mão-de-obra, ou seja,

começaram suas vidas laborativas em atividades ligadas ao meio rural. Por outro lado, consequência do próprio processo de urbanização do país, ocorrido nas últimas décadas, empreendedores de menor faixa etária já iniciam sua vida profissional no contexto urbano.

> [...] Meu pai era da roça, e ali todo mundo trabalhava. Nosso serviço era de roça mesmo, plantar, colher, tirar leite e as vezes trabalhava para alguém nas lavouras de café. Vim para a cidade depois que casei. Por muitos anos só trabalhava em casa mesmo, não tinha serviço nenhum fora. Depois de uns anos que comprei uma máquina de costura pois desde o tempo lá da casa da minha mãe já sabia costurar. No princípio só costurava as roupas nossas mesmas. Os vizinhos me viam costurando e começaram a pedir para fazer um remendo, arrumar uma roupa e assim foi. Depois de um tempo comecei a cobrar e virou meu serviço (Relato MEI-6).

Quanto a origem, essa classe de novos microempreendedores observa-se uma condição semelhante ao que Souza (2012) denominou de "Ralé Brasileira". Mesmo tendo hoje acesso ao consumo de bens e serviços, a origem desta classe vem de classes inferiores economicamente falando (D e E). O histórico familiar e pessoal mostra sua origem em atividades com pequena ou quase nenhuma remuneração. As relações de trabalho se pactuam com atividades exaustivas e variadas. Há sempre mais de uma jornada e mais de uma fonte de renda.

Com relação a origem da atividade de microempreendedor, dentre os entrevistados, em muitos casos a narrativa é de que não houve um planejamento para se tornar um microempreendedor. A origem, muitas das vezes, está atrelada a uma crise no mercado de trabalho ou ao desemprego. Neste sentido, diferencia-se profundamente de uma classe média de fato, na qual a vida profissional é pautada pela formação e preparação para o trabalho, com o diferencial de escolha e planejamento com grande grau de liberdade da profissão e do tipo de trabalho a ser realizado.

> [...] Eu nem pensava muito em ser artesã. Sempre me vi trabalhando para os outros. Mas aí trabalhei com carteira assinada. Acidentei-me no trabalho, fiquei doente e afastada. Depois que voltei passou um tempo a empresa me mandou embora. Como já tinha filho fui ficando mais em casa mesmo, só com os serviços de casa. Depois comecei a fazer trabalhos com papel, no começo era só para distrair. Mas fui aperfeiçoando acabou que deu certo" (Relato MEI-4).

> [...] Trabalhei de tudo enquanto é coisa. Fui mandado de um serviço para o outro, alguns nem era registrado. Quando recebi herança do meu pai, comprei um caminhão velho que pude trabalhar. Com esse caminhão trabalhei um tempo pros outros depois para mim mesmo. Depois de um tempo comprei mais um. Hoje tenho dois. Nunca planejei mesmo não, mas as coisas deram certo para mim. É o que já te falei se trabalhar direitinho as coisas vão dando certo (Relato MEI-8).

Com relação aos efeitos desta carga de trabalho, houve o questionamento quanto ao tempo de trabalho por dia e por semana. As respostas foram variadas, mas nenhuma se classifica como jornada reduzida ou uma única jornada. Outro ponto na mesma questão refere-se à sensação de cansaço. Essa resposta é praticamente unânime. Todos se sentem bastante exaustos e sem tempo para o descanso. Outro ponto que vem de encontro com a teoria de Souza (2012), quando afirma que suposta "Nova Classe Média" não comunga com o ócio produtivo comum a classe média tradicional.

Nestas questões voltadas para o trabalho dos microempreendedores, encontrou-se elementos importantes que confirmam as teorias de Souza (2012) e Pochmann (2012), quando questionam sobre a "Nova Classe Média". A dupla jornada, o cansaço, a origem da mão-de-obra e até mesmo a falta de planejamento para se chegar a atividade a qual exercem hoje, marca a trajetória de vida e profissional dos entrevistados.

As narrativas mostram o quanto houve de ganho econômico para essas pessoas. O salário aumentado serve como afã para aquisição de bens e serviços antes não pensados por esses indivíduos. A renda maior realmente é percebida como um ganho importante na vida destas pessoas (Sen, 2015), fazendo crer na ascensão de classe. O capital econômico pode ser a porta de entrada para ganhos no capital Social, Cultural e Emocional. No entanto, pelos achados da presente pesquisa, isso não se manifestou ainda na vida dos entrevistados.

4.3 Os microempreendedores e MPO: relação com o crédito

A análise de como se relacionam com o crédito e a gestão que fazem do dinheiro, principalmente do volume recebido (**terceiro objetivo específico** desta dissertação), traz elementos sobre o objetivo do Microcrédito e das Microfinanças. Para uma compreensão mais ampla, com o propósito de enriquecer essa discussão, sondou-se quais foram as facilidades e dificuldades enfrentadas pelos microempreendedores no acesso ao crédito.

As microfinanças entendidas como sistema capaz de prover que antes eram excluídos economicamente (Comini, 2011; Imai *et. al.* 2012) é uma realidade recente na vida de nossos entrevistados.

> [...] Eu fui ter conta em banco tem pouco tempo. Primeiro só meu marido que possuía conta. Aí um dia fui fazer um pagamento e o atendente que me falou que eu ia poder ter conta também. Foi uma conversa rápida, mas como a mãe dele me conhecia e ele também, ele falou que tinha conta que não paga nada. Aí depois voltei lá com os documentos e acabei abrindo a conta (Relato MEI-4).

Dos tipos de Microfinanças (Microcrédito, Micro Poupança, Micro Seguros e Meios de Pagamento), o mais comum entre os microempreendedores é o Microcrédito seguido dos Meios de Pagamento e Micro Poupança. Em nenhum dos entrevistados verificou-se a contratação de Micro Seguro. O microcrédito é o mais comum pois se relaciona diretamente com o fenômeno da pobreza (Souza Júnior, 2009).

Outro fator é a crise do trabalho da década de 80 (Santana, 2012), a partir de quando passaram a ser discutidas medidas para solução de tal crise. Em todos os casos, o Microcrédito como financiamento para investimento na atividade de geração de renda exerce papel decisivo no trabalho dos MEI.

> [...] Nossa, foi muito bom ter pego o empréstimo. Eu achei que não ia poder ter mais limite para mim, por que eu já estava pagando um que peguei no finalzinho do ano passado. Mas como está em dia e eu nunca atrasei mensalidade, pude pegar outro. E oh, veio na hora certa. Às vezes, preciso fazer estoque de Natura para o fim do ano ou para alguma outra data que vende mais. Além de vender mais, o povo procura de última hora. Teve um ano que eu vendi tudo que tinha comprado para fazer estoque. Quando é assim o empréstimo ajuda (Relato MEI-1).

> [...] Quando peguei o empréstimo a primeira vez foi para fazer o curso de manicure, eu trabalhava num salão e as vezes ia na casa das pessoas e fazia lá com os materiais deles mesmo. Aí o salão fechou e tive de me virar. Peguei o empréstimo, não tinha quase nada de material, fiz o curso. Com o dinheiro que sobrou eu comprei umas coisinhas para começar a trabalhar. Depois arrumei serviço na loja, mas não deixo minhas clientes nem vê (Relato MEI-9).

O acesso ao crédito, antes restrito nas suas formas convencionais, passou a ser disponibilizado de forma mais democrática (Guzman, 2012). A poupança surge, às

vezes, para os entrevistados como opção anterior para acúmulo de dinheiro para execução de algum projeto futuro. Mas está bastante associado ao fato de esta modalidade de conta bancária não possuir custos e por ser uma operação simples.

> [...] Eu tinha uma poupança para guardar o que sobrava, o que não era muito porque nunca sobrou muito mesmo. E também para separar o que era do meu serviço. Bom que não pagava tarifa, né?! Aí quando fui no banco para tentar o MPO tive de mudar de conta e passei a movimentar mais também. Agora pago até tarifa n conta, mas também uso cheque, uso cartão de crédito. (Relato MEI-2).

Quando se perguntou aos microempreendedores quais os produtos bancários eles possuem, o crédito é o mais comum. Além de se relacionar com a questão de pobreza, a forma de concessão sem garantia, o que é comum em linhas convencionais de crédito, é fator determinante para o acesso dos MEIs.

O Microcrédito por sua forma de concessão e público alvo específico possui papel primordial no processo de inclusão social (Alice *et al*., 2012). Desta forma, se destaca como Política Pública de curto e curtíssimo prazo. Quando perguntados sobre a tomada de crédito aos MEIs esta característica fica evidente.

> [...] A experiência foi ótima, estava planejando juntar dinheiro, mas nunca sobrava. Aí vi o encarte do empréstimo, lá do MPO. Veio na hora certa. Deu para comprar móveis para o salão, comprei o sofá, lavatório e um secador. Veio na hora (Relato MEI-1).

> [...] Se tivesse passado um dia, acho que ia fechar aqui. Estava com poucos produtos e sem dinheiro. Minha cunhada que me falou do empréstimo. Fui no banco e deu certo, era próprio para a gente. Peguei o dinheiro de tarde e de noite já estava no ônibus para ir pra São Paulo fazer compra (Relato MEI-10).

A relação entre pobreza-crédito-empreendedorismo (Alice *et. al*., 2012) faz os microempreendedores serem e se reconhecerem como uma nova Classe específica e com certo grau de importância. O sentimento de pertença, a oportunidade de "se recolocar" profissionalmente gera ganhos tanto em "capital econômico" como em "Capital Emocional". A alteração de denominação traz ganhos neste sentido e é percebido pelos microempreendedores.

> [...] Quando fui no banco ver como era o empréstimo, o MPO, vi que era para a gente que é autônomo, até que foi bem explicado sim. Enquadrei direitinho porque tenho lá o comércio que você sabe onde que é. E assim sempre preciso ter um dinheiro para alguma coisa que precisa fazer estoque na loja. Aprendi que somos microempreendedores e não autônomos (Relato MEI-7).

O papel do microcrédito é essencial também por atuar de forma positiva em situações de crise e desemprego (Alice *et. al.*, 2012), é capaz de diferenciar os microempreendedores de outras pessoas em situação de pobreza, que estariam supostamente um passo à frente para superação desta situação, conforme constatou-se nos relatos dos entrevistados. Apesar disso, quando se analise em maior complexidade e profundidade os resultados obtidos pelos entrevistados na construção de capitais social, cultural e emocional, ficam evidentes fragilidades na progressão de classe social e saída da situação de pobreza de forma mais definitiva, sem riscos de retrocesso.

4.4 Os efeitos do MPO sobre os Capitais Econômico, Social, Cultural e Emocional

Ao se abordar a relação dos MEIs com o dinheiro, de modo particular "sua renda", confirmou-se a visão de Souza (2012) de que eles não estão próximos de ser uma "Nova Classe Média". A ampliação do crédito para os entrevistados torna-se uma verdadeira "faca de dois gumes". O acesso ao crédito sem a devida formação ou orientação para seu uso pode tornar-se uma ameaça, dado que crédito utilizado de forma incorreta pode acabar causando um mal maior que o remédio que poderia ser.

Quando foram indagados sobre os gastos mensais e as decisões relativos ao consumo, percebe-se que a má formação para decisão de consumo e que a conpulsividade está presente vida de alguns entrevistados.

> [...] A questão de comprar é complicada. A gente sempre encontra necessidade e necessidade surge mesmo. Não tenho muita regra nisso não. Acho mais difícil pagar que decidir. Podendo comprar tem de comprar. Às vezes, acontece de nem está precisando muito, mas como é oferta ou promoção aí compro. E tem aquelas coisas que a gente compra por amizade. Você sabe! As vezes é de parente ou de algum conhecido que oferece. Compro mesmo. Já passei muita privação. Hoje quando aparece alguma coisa eu compro mesmo (Relato MEI-6).

Ao mesmo tempo, para alguns MEIs, a situação atual de recessão do crédito e aumento no valor dos juros associados ao endividamento, tem sido determinante na diminuição do consumo. Isso comprava que se encontram na mesma vulnerabilidade financeira daqueles que Souza (2012) chamou de "Batalhadores Brasileiros". Vulnerabilidade que os distinguiria de forma evidente da classe média tradicional.

> [...] Para comprar agora penso mais. No começo fiz muitos empréstimos e tinhas muitas parcelas. Aí chegou um ponto que quase meu salário não estava dando. Mesmo as coisas que comprei sendo importante, acabou me apertando. Tudo é fase também, foi na época que estava montando casa, tinha filha pequena. Agora está dando medo. Com essa história de crise e de desemprego. Tudo está meio parado. E também as coisas estão ficando caras e o dinheiro mais difícil (Relato MEI-4).

Outro ponto da relação com o dinheiro abordado é a capacidade de gerar reservas (poupança). A ausência de reserva financeira é comum entre os "Batalhadores", outra característica que os distinguiria da classe média tradicional (Souza, 2012).

> [...] Para mim não sobre nem um pouco. Se perguntar se sobrou 10,00 (dez reais) em algum mês para mim, vou responder que nunca sobrou. Ajudo minha filha que é pequena, mas depende tudo da minha ajuda. Minhas filhas moram comigo, tem criança pequena, aí tem os gastos. Meu filho que é casado sofreu um acidente perdeu uma perna, não trabalha mais, não tem ordenado, eu sempre ajudo. E assim como que sobra? Cada hora é uma coisa (Relato MEI-3).

> [...] Guardar dinheiro como? Tudo que tenho é para socorrer uma coisa ou outra. Deu para diminuir os empréstimos, mas para guardar, ainda não deu. Comprei muita coisa de uma vez, mas quase tudo já está pago. Agora para guardar para ter depois não deu não (Relato MEI-8).

> [...] Até tento guardar. Mas surge um precisando ou alguma coisa urgente e vai embora o que pensei que ia guardar. É desse jeito, eu de um mês para o outro até consigo segurar, mas sabe como é família, uma precisa outro precisa, e não tem jeito de dizer não. Esses tempos mesmo tinha feito uma reserva, fui fazendo todo mês. Deu para juntar uns cinco meses. Mas aí, minha tia, tia que mora comigo adoeceu, teve que fazer exame, remédio. Acabou que usei o dinheiro. Tem uns gastos que não dá para evitar não (Relato MEI-10).

Quando perguntados se consideram que utilizam bem o seu dinheiro, fazendo com que o interlocutor se critique, a resposta é variável. Vai desde o reconhecimento de certa compulsividade, até a justificativa que todo gasto é necessário e urgente.

> [...] Realmente não gasto bem o meu dinheiro. Mas é aquela história, todo mundo compra, você acaba querendo também. E tem as festas, né?! Dia das mães, dia dos pais, Natal e aí vai. A gente vai deixando se levar, acaba gastando sem muito pensar se é necessário. Mas eu sei que é complicado, as coisas hoje te invadem, né?! Quando você vê, já comprou. Não chega a ser doença não, mas a gente acaba indo na onda mesmo (Relato MEI-11).

> [...] Já viu pobre gastar dinheiro à toa? Eu compro tudo porque preciso. Compro o que falta e é preciso ter. Igual te falei compro que eu preciso comprar. Por exemplo, só um exemplo, se o meu fogão está ruim, aí tem de ter de comprar outro. Comprar porque está precisando (Relato MEI-3).

> [...] Não acho que gasto mal meu dinheiro não. Olha só, se você tem filho e ele te pede as coisas, como que você não dá? Tem hora que é muita pressão. Eu sei que pode ser exagerado, às vezes, mas a gente compra porque tem que comprar (Relato MEI-10).

Nessa relação com a vida financeira foi possível verificar o quanto o crédito é utilizado como complementação da renda. Pontos como a utilização sem orientação ou/e responsabilidade do dinheiro e a ausência de poupança confirmam a diferença dos indivíduos pesquisados em relação à classe média tradicional (Souza, 2012).

O capital econômico realmente é uma conquista para os MEIs. O poder de compra, o acesso a bens e serviços refletem de fato em uma melhor qualidade de vida. Atendimento a necessidades básicas, diminuição da situação de pobreza extrema e maior conforto na moradia, entre outros, são ganhos que o aumento do Capital Econômico trouxe para os entrevistados. A expansão do crédito é uma realidade na vida destas pessoas. Antes o acesso era nulo ou bem próximo disso.

Dos nossos entrevistados, 7 microempreendedores possuem apenas o ensino fundamental e 5 possuem o ensino médio. Dado relevante é que para os entrevistados mais velhos a formação sempre é menor. Por outro lado, microempreendedores mais jovens possuem formação de pelo menos o ensino médio.

> [...] Estudar o que? Na minha época serviço é que importava. Também não tinha escola. Era difícil. Meu pai e minha mãe sempre achou que não era preciso. Nem ligava. Fiz escola simples mesmo, estudei até o quarto ano de grupo e olha que dos meus irmãos eu que fui mais longe. Na época tinha isso de ser obrigado a ficar na escola não. E de fora da escola o serviço já estava esperando (Relato MEI-1).

> [...] Estudei até onde deu. Cheguei a me matricular em curso superior, mas as condições estavam difíceis nem consegui finalizar o primeiro ano. Tem uns dois anos matriculei para fazer o normal superior, mas já tinha perdido o ritmo. Estudar e trabalhar depois que a gente casa é muito difícil, comecei até bem, ia quase todo dia, mas com o tempo desisti. Às vezes, mais para a frente eu volto (Relato MEI-9).

A educação volta-se para os microempreendedores como preparação para o trabalho (Souza, 2012). Os que conseguem estudar um pouco mais que a média, se preparam para o trabalho, e não para uma vida intelectual propriamente dita como ocorre nas classes A e B.

> [...] Formei novo, porque minha mãe era professora primária e pegando no pé. Mas quando terminei o segundo grau, tentei emprego em um monte de lugar. Mas foi de tanto tentar que vi que teria de estudar uma coisa profissional aí que fiz o técnico em computação, com o que trabalho hoje (Relato MEI-12).

O acesso restrito a cultura, como é típico por parte dos "Batalhadores" (Souza, 2012), é perceptível em quase todos os microempreendedores pesquisados, seja pela privação de condições ou pelas necessidades de trabalho ainda nos primeiros anos de vida. Dentro das próprias escolas para os trabalhadores, assim como o que com a "Ralé" (Souza, 2012), eles são preparados para serem perdedores. A evasão escolar reforça essa função de exclusão da educação para a população de baixa renda.

> [...] Chega num ponto que a gente tem de trabalhar. Éramos 8 irmãos, eu era o mais velho. Foi preciso pular cedo para ajudar a por comida em casa. Minha mãe dizia que tinha de continuar a estudar. Já meu pai sempre falava que escola era coisa de gente rico, ele falava que pobre pode muito bem dar gente trabalhando. Aí a escola ficou para depois e nunca teve depois, né?! (Relato MEI-8).

O Capital Cultural em seus três escopos: educação formal, forma de falar e posse de bens culturais (Sant'Anna, 2016) não é encontrado na vida dos Batalhadores. Estão

acima de seus antepassados, para os quais a formação era mínima ou nem existia, mas não possuem as condições culturais de uma verdadeira nova classe média (Souza, 2012).

Na educação formal, percebe-se que o ensino se restringe a uma formação comum e oferecida gratuitamente em escolas públicas e acessada somente por microempreendedores com menos de 40 anos, o que atesta o aumento de oferta da educação nos últimos anos. Educação que por si só não representa avanço em Capital Cultural em seu sentido amplo (Souza, 2012).

A posse de bens culturais (Sant'Anna, 2016) é inexistente nos "Batalhadores" justamente por terem sua origem na "Ralé" (Souza, 2012). "Ralé" cujas origens vem do Sistema Escravocrata. Desta forma, não há enlace dentro do tempo das gerações que deram condições a estas pessoas de acumular bens culturais, como obras de arte, por exemplo, nem de criar hábitos relacionados ao consumo de níveis considerados mais elevados de diferentes formas de expressão cultural (literatura, cinema, teatro e música, por exemplo).

Com relação ao escopo "forma de falar" (Santa'Anna, 2016), a linguagem é corriqueira e simples em sua forma. Possui traços comuns, nos quais a educação formal não possui atuação por muito tempo.

Mas a consciência sobre a importância de uma busca pelo Capital Cultural está presente na fala de nossos entrevistados. Quando perguntados se "consideram o estudo algo importante", percebe-se que os mais jovens defendem esta questão de forma positiva e essencial para a transformação da realidade de vida dos entrevistados.

> [...] Claro que estudar é importante. Ainda mais no mundo de hoje. Toda hora a gente vê gente mais velha voltando a estudar. E também hoje tem curso para tudo dá para escolher bem. Eu ainda quero estudar mais. Mas faço questão de fazer de tudo para minha filha nunca parar de estudar (Relato MEI-9).

A profissionalização não é comum entre os microempreendedores. Somente aqueles que exercem profissão específica ou mais técnica apresentam algum grau de conhecimento técnico e profissional. Quando perguntados se precisaram estudar para atuar na profissão atual, somente os MEIs 2 e 12 responderam positivamente.

> [...] Fiz sim o curso de cabelereira. Sempre tive vontade de ter meu próprio negócio. Fiz o curso antes de casar e depois de ter meu próprio negócio. Fiz o curso antes de casar e depois de 14 anos de casada que vim a mexer com salão (Relato MEI-2).

> [...] Fiz o curso técnico de informática justamente para ter com o que trabalhar. Carteira assinada é bom. Mas gosto de fazer um bico aqui e outro ali. Assim eu acho melhor que não fico muito preso e ganho mais. Como tenho dois filhos e agora que estão maiores, dá para trabalhar em casa ou na hora que minha esposa está em casa eu posso sair (Relato MEI-12).

O Capital Social refere-se à agregação de recursos atuais ou potenciais que tem conexão com a rede de relações entre indivíduos e grupos (Sant'Anna *et. al*., 2016). Quando perguntou-se aos MEI "como são as relações com a comunidade, muitos não conseguiam definir seus próprios laços. Quando definiam as relações que mantinham com a comunidade é visível a presença de laços fracos.

> [...] Convivo mais com minha família mesmo. Essa vida corrida nem deixa sobrar tempo para ter amizade com outras pessoas. Ajudo muita gente quando posso, ou as vezes, alguém que a gente fica sabendo que está precisando. Mas assim com comunidade, mais gente e tal, não tenho muito convívio não (Relato MEI-3).

Quando abordados sobre as pessoas que mais confiam, a maioria refere-se principalmente a alguém do próprio grupo familiar. A complementação a pergunta "porquê", traz elementos que comprovam a origem desses "Batalhadores" na "Ralé" (Souza, 2012). Os laços fortes são poucos e ligados a pessoas do núcleo familiar. Verificando de forma mais detalhada a profundidade dos laços dos microempreendedores na questão 28, perguntou-se a quem recorrem em caso de necessidade. A própria família é a resposta unânime.

> [...] Família é família. Você tem de concordar que quando a gente precisa é na família que a gente consegue pedir ajuda sem medo. Gente que é de fora não sabe os 'perrengues' que a gente passa. Tem gente que pode, às vezes, até ajudar, mas fica aquela coisa de que não tem obrigação. E a gente começa a ficar devendo obrigação os outros. E também como que pode confiar certas coisas para os outros de fora? (Relato MEI-6).

Na mesma questão, quando perguntados sobre a sensação de sentir que pode contar com muita gente, percebeu-se que os que tem menor renda ou são mais próximos da situação de pobreza, sentem-se amparados por programas do governo ou alguma obra social. Resposta que não é tão comum dentre os entrevistados situados em um patamar de renda um pouco mais elevado que os demais, para os quais os programas assistenciais têm uma vertente mais de estimulo ao trabalho e renda que a assistência de necessidades básicas.

> [...] Sei que tem muita gente boa. Quando fiquei viúva e os filhos eram pequenos, recebi cesta básica da Igreja um tempão, a pensão demorou a sair e eu não podia trabalhar ainda. Ai quando comecei com a pensão e os três meninos eram pequenos o dinheiro quase não dava mesmo, comecei a trabalhar fora, igual te contei, mas depois veio o Bolsa família e tal, deu para ir controlando. Contar, contar com alguém é difícil, porque do povo que eu conheço tudo vive apertado também. Só tenho uma tia que tem duas pensões e é mais tranquila, mas mesmo assim peço dinheiro ela só pouquinho mesmo. Coisa boba, é uma passagem de ônibus, um dinheiro para o pão, etc (Relato MEI-3).

> [...] Sozinho a gente nunca está, né?! Quando estava só afastada pelo acidente que sofri, fiz inscrição e desde lá recebo bolsa família. Tem gente que critica, mas faz falta numa hora que a gente precisa. Pensa para você ver, eu comecei a receber menos do que ganhava no serviço, médico caro, o do SUS demorava e eu tive de tratar com particular mesmo. Remédio tudo caro, madrugava na fila para ver se ganhava pelo menos os mais caros. Era difícil. E a bolsa família nessa época me ajudou demais (Relato MEI-4).

Na mesma questão, quando abordados sobre se "sentirem sós", não houve nenhuma resposta positiva. De modo geral, todos percebem que há laços, mesmo que fracos, com algum grupo de pessoas, ainda que sejam laços restritos. As relações muitas das vezes são profundas e até questões pessoais e íntimas das pessoas são compartilhadas, sobretudo em pessoas com menor nível cultural, durante as entrevistas.

O sentimento de pertença, honra e reconhecimento social é conquista imprescindível para se ter um cidadão fora de uma situação de pobreza (Carrion, 2009). Uma vida que tem "sentido em ser vivida" (Sen, 2015), deve possuir elementos que vão além de condições econômicas de consumo. A própria decisão de empregabilidade do fruto do trabalho é mensurável como ganho de capital simbólico/emocional. O lazer como descanso ou ócio produtivo, comum à classe média tradicional, serve como diferenciador dos "Batalhadores". Quando se indagou aos microempreendedores

pesquisados sobre como se relaxam ou se divertem, através dos relatos fica evidente que se trata apenas de momento de descanso dentro da jornada de trabalho.

> [...] Eu quando consigo tiver um tempinho deito um pouco, mas assim, descansar mesmo nem tem jeito, tenho de aproveitar todo minuto. Sinto muitas dores nas pernas aí nessas horas que dá ponho a perna para cima. Agora, me divertir, sinceramente divirto com o trabalho. E olha lá. Fim de semana tem os serviços de casa, arrumar casa, lavar roupa, fazer alguma coisa no terreiro. Não dá tempo de ficar inventando de divertir não. Às vezes, quando tem alguma festa dá para ir se for no domingo ou no sábado à noite. Mas muito cansada nem dá para aguentar muito (Relato MEI 8).

A capacidade de se programar no tempo e ter uma "visão de futuro" são elementos essenciais para se dizer em ganho de Capital Emocional (Souza, 2012). Quando perguntados sobre os sonhos e projetos de vida, os relatos revelaram, em alguns dos microempreendedores, a preocupação principalmente com o aumento de Capital Cultural para seus filhos.

> [...] Eu e meu marido, a gente não precisa de muita coisa, mas meu sonho é ver os meninos formados e trabalhando. E agora está mais fácil, porque os dois estão estudando em faculdade e está mais adiantado, né?! É tão bom quando a gente vai na formatura dum filho da gente, compensa as lutas tudo que a gente tem. E ainda a gente fica feliz com a vitória deles também, mas mesmo quem não é mãe coruja fica se sentindo. É uma sensação muito boa, a gente fica até inchada (Relato MEI-1).

> [...] Só tenho uma filha, mas quero que ela estude. Ela fala que vai ser veterinária. Vou ajudar no que for preciso. Ela estudando não vai ter a vida difícil que eu tive. Ela se estudar mesmo, vai ser alguém na vida, alguém importante. Vai ter muita coisa, ser respeitada e tal. Eu lutei muito e vou continuar lutando para ajudar ela mais ainda. Quando era nova até para fazer trabalho de escola eu era excluída, colocavam meu nome só para não precisar deu ir. Hoje não vou em monte de lugar e todos me conhecem gostam de mim. Então, assim acho que já melhorou, mas para minha filha quero que seja ainda melhor (Relato MEI-4).

> [...] Falo para os meus filhos que o meu sonho é que eles estudem muito e sejam bons profissionais. Eu penso assim quanto mais estudar mais tem chance de ter sucesso na vida. Eu estudei como pude e hoje sou reconhecido no que faço, muitos fazem questão de me chamar para serviço, é gratificante isso (Relato MEI-12).

A religiosidade quando vivida por populações de baixa renda ou em ascensão social, sobretudo as ligadas ao Pentecostalismo, podem incrementar o ganho de Capital Emocional. Esse ganho, através de um novo modelo de vida, traz ganhos de outros capitais. A adoção de uma nova postura de vida, na qual novas instruções e um novo jeito de se relacionar com o mundo do trabalho vão se consolidando, são elementos essenciais que garantiriam uma vida melhor e com ganhos em diversos capitais. Entre os microempreendedores pesquisados, todos se disseram católicos, mas alguns disseram frequentar outros cultos em busca de auxílio para as diversas dimensões da vida.

Abordados sobre o que a religião trouxe de bom para sua vida, os entrevistados deixam claro o que Souza (2012) classificou como o modelo de relacionamento religioso da "Ralé": a crença num possível milagre para alteração no modelo de vida.

A inclusão social através do Microcrédito vem desde as experiências do Grameen Bank. O modelo desta primeira experiência influencia o modelo das experiências posteriores. O modelo para quem realmente não tem riqueza acumulada (Alice *et. al*., 2012) facilita o acesso ao crédito. Quando perguntados sobre a dificuldade em conseguir acessar o Microcrédito, os microempreendedores responderam negativamente. Demonstraram experiência positiva e facilidades no acesso ao crédito.

> [...] Na hora que vi o panfleto que falava do microcrédito no Banco pensei comigo, sem chance. Porque até quem tem renda e tem patrimônio às vezes custa a pegar empréstimo. Fui para ver e de fato não foi complicado não. Com poucos documentos saiu rapidinho, acho que no outro dia o dinheiro já estava na minha conta (Relato MEI – 8).

A busca pelo crédito confirma a exclusão financeira e econômica de séculos no Brasil (Souza, 2012; Dowbor, 2013). Necessidades diversas, mas sobretudo de capital para a atividade empreendedora sempre estiveram presentes na vida dos entrevistados. A experiência com crédito é algo novo na vida dos microempreendedores. Soma-se a isso o pouco conhecimento sobre a linha de crédito e seus objetivos. Quando abordamos sobre o que eles conhecem sobre o Microcrédito, fica evidente que a noção que tem é limitada.

> [...] Eu não conheço muito bem não. Vejo vocês falarem e tal. Entendo assim, pode falar? É que é um empréstimo para quem trabalha com alguma coisa que não é fichado.

> Tipo eu que só vendo roupa e essas coisinhas aqui. Porque a gente não podia fazer empréstimo igual o consignado ou financiamento, porque até a renda é difícil de comprovar também (Relato MEI – 11).

Quanto ao uso do dinheiro adquirido através do Microcrédito, há divergências de informações. Não há ‘uma separação pelos microempreendedores de sua economia doméstica e da economia da atividade. Pode-se perceber que muitos das respostas demonstram essa “confusão orçamentária”.

> [...] É difícil separar o dinheiro e dizer que é para isso ou praquilo. As coisas vão surgindo, você sabe como é. Uma vez peguei o dinheiro para pagar umas contas atrasadas, não foi realmente para comprar umas ferramentas e uns “softs” que eu precisava. Não dá para te falar assim que eu usei certinho, tudo para isso ou tudo praquilo. Você entendeu? (Relato MEI – 12).

A recente inserção no mercado de trabalho concomitante ao acesso ao crédito é realidade dos microempreendedores pesquisados. A dificuldade em administrar o dinheiro assim como a destinação acabam por gerar dificuldades no pagamento das parcelas do empréstimo. De forma geral, no entanto, se mantém adimplentes. Há dificuldades na administração do pagamento das parcelas, mas não há relatos de peso no orçamento.

> [...] O empréstimo, esse o MPO, o bom dele é o prazo. No instante a gente fica livre. Até anima a pegar mais. Só que às vezes quando vejo, já está no dia do vencimento. Teve um mês que estava viajando e até chegou a atrasar as parcelas. Até que dificuldade de pagar não tenho não, mas se não acompanhar acabo esquecendo de depositar o valor no dia certo (Relato MEI – 6).

O quadro 10, denominado “Efeitos do Acesso ao MPO”, faz uma síntese do papel do microcrédito em diferentes dimensões dos capitais detidos e desenvolvidos pelos entrevistados.

Quadro 11 - Efeitos do acesso ao MPO

Tipos de Capitais	Antes do Microcrédito	Pós Microcrédito
Capital Econômico	Ausência histórica de acesso ao credito impossibilitava o poder de troca com fornecedores e clientes. A renda era limitada, restrita ao desempenho da atividade, sem possibilidade de investimentos maiores	O acesso ao credito possibilitou o poder de troca com clientes e fornecedores. Novos e maiores investimentos possibilitou a melhora na qualidade das atividades e até de diversificação dentro da própria atividade gerando maior rentabilidade (renda).
Capital Social	Rede de relações limitadas a grupo familiar sem grandes perspectivas de contatos em redes maiores. Processo de socialização limitado. Interação com meios restritos, afastados de sistemas formais de empoderamento (Banco, Comércio, etc.)	Ampliação das redes de relacionamento através de novos contatos (clientes, fornecedores, Banco, Avalistas, etc.). Fortalecimento de contatos com grupos maiores e em grau maior de possibilidade de apoio. Socialização ampliada. Reconhecimento de indivíduos e grupos.
Capital Cultural	Formação limitada a ensino formal, mesmo que com baixa formação. Sem perspectiva de formação para a atividade. Incorporação de modelo cultural semelhante ao modelo familiar anterior. Poucos anos dentro do modelo de educação formal	Reconhecimento da educação formal e da cultura como meios para se alcançar objetivos maiores. Dedicação a retomar a formação seja em escolas formais ou em cursos de aperfeiçoamento para a própria atividade. Aumento, mesmo que tardio, de tempo na educação formal
Capital Emocional	Acumulação de prestigio insuficiente. Ausência de reconhecimento e de honra. Não identificação como ser-social pleno. Não há legitimação de atores sociais importantes para a propriedade de Capital Emocional. O sentimento de pertença a um grupo é inferior ao sentimento de individuo “isolado”.	Oportunidade de aumento de renda, ampliação da cultura e intensificação de relações sociais propiciam o acréscimo de identificação do indivíduo como ser social pleno. Reconhecimento como ser autônomo em suas ações. Há um acréscimo de autoestima nos microempreendedores

Fonte: elaboração própria com base na análise de dados.

As estratégias metodológicas adotadas se mostraram capazes de sustentar de forma consistente a pesquisa de campo e gerar dados capazes de serem problematizados e analisados à luz da teorização desenvolvida, permitindo que os objetivos específicos e geral da presente dissertação fossem atingidos, conforme relatado anteriormente.

5 Considerações Finais

A aspiração, desta dissertação, era compreender como o Microcrédito é capaz de gerar ganhos não só econômicos na vida dos seus beneficiários. A vista disso, foram estudados vários debates teóricos e análises ligados a esse objeto de análise. Dados recentes defendem números consideráveis sobre a redução da pobreza, a elevação de indivíduos a classes sociais superiores e grandes ganhos através do crédito. Pessoas têm consumido o que não consumiam antes, têm acesso a uma série de bens e serviços antes impensados por essas pessoas. O crédito como um desses novos produtos passou a fazer parte do cotidiano de muitos dos indivíduos em situação de pobreza no Brasil e em diferentes partes do mundo.

Para atingir os objetivos estabelecidos buscou-se uma teorização capaz de sustentar uma análise sobre o Microcrédito além de um auxílio financeiro e puramente econômico. Desta forma, foram analisados estudos que tem procurado demonstrar o quanto o atendimento a uma necessidade econômica é limitado, dado as diversas capacidades dos indivíduos (Sen, 2010).

Para analisar o Microcrédito, duas perguntas chave orientaram consequentemente o presente trabalho: "Para quê?" e "Para quem?". Ao se aprofundar na primeira questão, a resposta é clara: para diminuir e combater o fenômeno da pobreza. Diante disso, a busca voltou-se para aprender o que é esse fenômeno e suas consequências na vida dos indivíduos que acessam o Microcrédito em uma instituição financeira pública no Brasil. Ao tentar responder a seguinte questão: "para quem", foi possível se deparar com fenômenos que auxiliam a entender a expansão do crédito, aumento de renda da população, inclusão bancária, além de outras dimensões que auxiliam a se identificar o público e suas características em termos de trajetória e condição de vida.

Para verificar se os objetivos da dissertação foram cumpridos, segue em relato que sintetiza os principais retornos da pesquisa. O objetivo 1 tinha como finalidade "conhecer as políticas de concessão e Microcrédito pelo banco, sua origem, objetivos e formas". Foi possível conhecer que o Microcrédito em Banco Público, no Brasil tem sua origem principalmente na legislação. Foi possível verificar que a própria alteração nas formas de concessão do Microcrédito segue o que é principalmente determinado em lei.

Na visita à instituição em Brasília, no setor responsável pela gestão do MPO, tomou-se conhecimento de números relevantes quanto a concessão do MPO, na localidade dos entrevistados. Mesmo que apresente um número pequeno, é um crédito para quem não possuí acesso a nenhuma outra linha de crédito. Desta forma, o MPO cumpre seu objetivo em ser o apoio financeiro a quem não possui oportunidade de outra maneira. Quanto à forma, além de seguir a legislação sobre o MPO, o Banco adota modelos que são de *práxis* no MPO, em experiências em todas as partes do mundo.

O segundo objetivo, que pretendia conhecer quem seriam os beneficiários, mostrou como podem ser compreendidos os entrevistados. Se for considerada simplesmente a renda que possuem, estão nas fileiras da chamada "Nova Classe Média" (Neri, 2012). Porém, quando se analisa de forma completa a vida e as características socioeconômicas e intelectuais destas pessoas, verifica-se que se tratam de "Batalhadores Brasileiros", conforme Souza (2012) nomeia determinada parcela da população do país que auferiu ganhos monetários e de consumo nos últimos anos à custa de jornadas exaustivas e precárias de trabalho, a despeito de suas debilidades em termos de formação de capital Social, Cultural e Emocional. A análise das características dos entrevistados, como por exemplo, a dupla jornada de trabalho, a ausência de ócio produtivo e a restrita capacidade de aproveitar oportunidades, são exemplos que comprovam sua definição como "Batalhadores", cuja origem está intimamente associada a pessoas da Ralé que se "sobressaíram".

Por fim, o terceiro objetivo pretendia analisar como os entrevistados (microempreendedores individuais) se relacionavam com o Microcrédito, suas facilidades e dificuldades no acesso e manutenção do crédito. O resultado encontrado na pesquisa de campo denota o quanto é recente o acesso a vida financeira destas pessoas, comprovando que são pessoas da "Ralé" que conseguiram ascender à condição de "Batalhadores" (Souza, 2012).

Através das entrevistas, verificou-se a precária gestão dos recursos. A vida financeira dos entrevistados não apresenta distinção da vida financeira da atividade, o que gera, muitas vezes, descontroles como inadimplência e dificuldades diante de superendividamentos não planejados. Isso demonstra novamente como se inserem na condição de "Batalhadores" e não de uma suposta "Nova Classe Média", mitigando os possíveis efeitos positivos do Microcrédito em suas vidas.

Mesmo diante de um cenário de incertezas, economicamente falando, como é o dos microempreendedores, pode-se encontrar ter respostas para o objetivo principal

desenhado pela presente investigação: “O MPO é capaz de realizar transformações aos beneficiários, aumentando os capitais econômicos, sociais, culturais e emocionais?”. Pelo que foi dado a perceber, sobretudo através dos entrevistados, há avanços nos quatro tipo de capitais analisados, a saber, Econômico, Social, Cultural e Emocional. Porém, esses avanços não são simultâneos e nem capazes de se reforçarem mutuamente, gerando novos incrementos nessas dimensões de capitais detidos e desenvolvidos pelos entrevistados.

Percebe-se que existe uma questão de temporalidade nos capitais. Capital Econômico é aquele no qual são observados avanços mais imediatos. Há ganhos consideráveis em um pequeno espaço de tempo. A renda levou pouco tempo para ser aumentada entre os entrevistados. O Capital Social, por sua vez, é um capital de médio prazo, pois as relações acompanhadas de uma renda maior dão acesso a redes não antes acessadas. Seguindo temporalmente, o Capital Cultural seria o terceiro a ser incorporado, pois mesmo com rendas e relações (rede) a cultura e sua valorização levam algum tempo a ser buscadas. E por fim, o Capital Emocional, está em um último momento, seria a afirmação do sujeito sobre si, reconhecendo-se como pessoa e membro da sociedade/comunidade.

Pelos relatos, há um reconhecimento dos microempreendedores de como o acesso ao crédito e consequentemente, o investimento e valorização de suas atividades trouxe ganhos na ordem dos quatro capitais. Há aumento de renda, há aumento de redes, há aumento de busca por cultura e há um sentimento de pertença e valorização de si. Porém, como já destacado, são avanços parciais, precários e sem a capacidade de se reforçarem mutuamente, como muitas vezes se observa nos avanços de capitais auferidos pela classe média tradicional.

Como novas agendas de pesquisa que não cabiam no presente estudo e que se apresentam como relevantes para o avanço da compreensão sobre os efeitos do Microcrédito, propõe-se um estudo comparativo entre microempreendedores que tiveram acesso ao crédito e microempreendedores que não tiveram acesso. Outra forma de ampliar o estudo seria a análise de gênero e o acesso ao crédito, pois diferentes estudos constatam a presença maciça de mulheres nestes tipos de atividades “empreendedoras” e protagonizando o acesso ao Microcrédito. A análise em Banco Público, como o BNB, que possui uma carteira de clientes maior, poderia ampliar os achados da presente pesquisa e permitir também a análise do Microcrédito em instituições financeiras oficiais.

Estudar o Microcrédito e seus efeitos foi, para o autor desta dissertação, uma grande oportunidade de conhecer e aprofundar conhecimentos para além do processo automatizado em que se processa as operações de concessão de crédito na rotina de uma agência bancária. É certo que há muito a aprender e evoluir, mas a construção dessa pesquisa e do texto da dissertação serviu para o autor perceber a realidade de indivíduos, para muito além dos números e das cifras monetárias, que circundam a realidade de uma agência de banco que concede crédito a um grupo de pessoas tão relevante e tão marcadas pela situação de pobreza em suas dimensões de sofrimento, luta e superação.

Referências

Aaker, D. A., Kumar, V., Day, G. S. (2004). *Pesquisa de Marketing*. São Paulo: Atlas.

Abramovay, R. (2012). *Muito além da economia verde*. São Paulo: Editora Abril.

Alice, L., & Ruppenthal, J. E. (2012). Microcrédito como fomento ao empreendedorismo na base da pirâmide social. *Gepros: Gestão da Produção, Operações e Sistemas*, *7*(1), 23.

Banco Central do Brasil. Introdução ao Microcrédito. Brasília – DF, 2002. Francisco Marcelo Barone, Paulo Fernando Lima, Valdi Dantas, Valéria Resende – Conselho da Comunidade Solidária. Disponível em www.bcb.gov.br/htms/public/microcredito. Acessado em 05/01/2017.

_____ . Relatório de inclusão financeira. – N. 3 –. Brasília: Banco Central do Brasil, 2015 – n.: il.; 28 cm. Disponível on-line em texto integral: http://www.bcb.gov.br 1. Sistema financeiro. 2. Inclusão financeira – Periódico. Acessado em 03/01/2017.

_____ . Relatório de inclusão financeira. – N. 3 –. Brasília: Banco Central do Brasil, 2015 – n.: il.; 28 cm. Disponível on-line em texto integral: http://www.bcb.gov.br/?INCFINANC ISSN 2179-6696 1. Sistema financeiro. 2. Inclusão financeira – Periódico.

Barbosa, F. V., Torga, E. M. M. F., & Ferreira, B. P. (2017). ANÁLISE DE RISCO DAS OPERAÇÕES DE MICROCRÉDITO. *Revista PRETEXTO*, *18*(1), 28-46.

Barone, F. M.; et al. (2002) *Introdução ao microcrédito*. Brasília: Conselho da Comunidade Solidária.

Bourdieu, P. (2006). *Le capital social.* Paris: *La Découverte.*

_____ . (2008). A distinção: crítica social do julgamento. São Paulo: Edusp.

Bronzo, C. (2007). Intersetorialidade como princípio e prática nas políticas públicas: reflexões a partir do tema do enfrentamento da pobreza. *XX Concurso del CLAD sobre Reforma del Estado y Modernización de la Administración Pública "¿ Cómo enfrentar los desafíos de la transversalidad y de la intersectorialidad en la gestión pública*.

_____ . (2010). Intersetorialidade, autonomia e território em programas municipais de enfrentamento da pobreza: experiências de Belo Horizonte e São Paulo.

Caçador, S. B. (2014). Impactos socioeconômicos do microcrédito: o caso do Nossocrédito no Espírito Santo. *Revista de Administração Pública*, *48*(6), 1475-1502.

Castro, J. (1984). *Geografia da Fome*. Casa do Estudante do Brasil.

Comini, G. M.; Feitosa, M.; Gerotto, M. G.; Zellmeister, L. M. (2011) O Debate de Finanças Sustentáveis no Brasil. Rio de Janeiro, 4 a 7 de setembro. *XXXV Encontro ANPAD*.

Diniz, E. H.; Jayo, M. (2008) Tecnologia para microfinanças. *GV Executivo*, *7*(3), 60-63.

Dowbor, L. (2013) Democracia econômica. São Paulo: Vozes.

Duarte, M. F. D. B. C. FRAME NA CONSTRUÇÃO DE NEGÓCIOS SOCIAIS: um estudo dos debates e embates na cidade de Belo Horizonte, 2016. Tese.

Eisenhardt, K. M. (1989) Building theories from case study research. *Academy of Management Review*, 14(4), 532-550.

Faria, L E. G., Diniz, E. H., Nascimento, E.; Kasmirski, P. (2013). Inclusão financeira e correspondentes bancários no Brasil. *Bankable Frontier Associates Fundação Bill & Melinda Gates, Fundação Getulio Vargas*.

Faria, L. E. G. (2014). As *estratégias que garantem o sucesso do microcrédito*. Disponível em http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/14549 . Acessado em 12/02/2017.

Faria, L. E. G.; Piza, C. T.; Garcia, D. B. (2009) Sinergia entre microsseguro e microcrédito e o crescimento dos mercados no Brasil. *Revista Brasileira de Risco e Seguro*, *5*(10), 45-84.

Faria, L. E. G.; Righettib, C.; Di Serioc, L. C. (2014) MICROCRÉDITO E IMPACTO SOBRE A GERAÇÃO DE RENDA: O CASO DO BANCO REAL. *Revista de Economia Contemporânea*, *18*(3), 453-476.

Flick, U. (2009) *Introdução à pesquisa qualitativa*. Porto Alegre: Artmed.

Fonseca, C., & bikholz, N. A nova classe média. Revista Brasileiros, 4 ed. Outubro de 2007.

Freitas, M. L.; Damian, D.; Giuste, S. (2009) Cooperativas de crédito: inclusão financeira com impactos sociais positivos. In: Feltrim, L. E.; Ventura, E. C. F.; Dodl, A. V. B. (coords.) *Perspectivas e desafios para a inclusão financeira no Brasil*. Brasília: Banco Central do Brasil.

Granovetter, M. The Impact of Social Structure on Economic Outcomes. Journal of Economic Perspectives, v. 19, n. 1, p. 33-50, 2005.

Imai, K. S., Gaiha, R., Thapa, G., & Annim, S. K. (2012*). Microfinance and poverty—a macro perspective. World Development*, *40*(8), 1675-1689.

Hermes, N., & Lensink, R. (2011). Microfinance: its impact, outreach, and sustainability. *World development*, *39*(6), 875-881.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (2004). Desafios. Ano 1. Edição 4 - 1/11/2004**.** Disponível em: http://www.ipea.gov.br/desafios. Acesso em 27/01/2017.

Kraychete, E. S.; Santos, N. O. (2005) O Banco Mundial e o desenvolvimento das microfinanças em países da periferia capitalista (Tese - Doutorado em Administração) –Escola de Administração, Universidade Federal da Bahia, Salvador).

Lapenu, C., & Zeller, M. (2001). Distribution, growth, and performance of microfinance institutions in Africa, Asia, and Latin America.

Lima, S. N. (2009) Microcrédito como política de geração de emprego. *Revista do BNDES*, Rio de Janeiro, (32), 47-76.

Littlefield, E., Morduch, J., & Hashemi, S. (2003). Is microfinance an effective strategy to reach the Millennium Development Goals?. *Focus note*, *24*(2003), 1-11.

Mariano, R. (1996). Os neopentecostais e a teologia da prosperidade. *Novos Estudos*, *44*(44), 24-44.

Martins, P. H. A regulamentação da área de microfinanças. 2002. Disponível em: http://www.rits.org.br/legislacao_teste/lg_testes/lg_tmes_abril2002.cfm. Acessado em 13/01/2017.

Max-Neef, M.; Elizalde, A.; Hopenhayn, M. (1992). Development and human needs. *Real-life economics:* understanding wealth creation, 197-213.

Monzoni Neto, M. P. (2006). *Impacto em renda do microcrédito: uma investigação empírica sobre geração de renda do Crédito Popular Solidário (São Paulo Confia) no Município de São Paulo* (Tese - Doutorado).

Muhammad, S. D. (2010). Microfinance challenges and opportunities in Pakistan.

Neri, M. C. (2011). A nova classe média: o lado brilhante da base da pirâmide. Editora Saraiva.

Neri, M. C., & GIOVANINI, F. D. S. (2005). Negócios nanicos, garantias e acesso a crédito. *Revista de Economia Contemporânea*, *9*(3), 643-669.

Nogami, V. K. D. C., Vieira, F. G. D., & Medeiros, J. (2015). Construção de mercados: um estudo no mercado de notebooks para baixa renda. Gestão & Regionalidade, 31(93).

Passos, J. D. (2000). Teogonias urbanas: os pentecostais na passagem do rural ao urbano. *São Paulo em perspectiva*, *14*(4), 120-128.

Pochmann, M. (2012). Nova classe média? o trabalho na base de pirâmide socail brasileira. Boitempo Editorial.

Quinones, B. R., & Seibel, H. D. (2000). Social capital in microfinance: Case studies in the Philippines. *Policy Sciences*, *33*(3-4), 421-433.

Rawls, J. (2003). Justiça como eqüidade: uma reformulação. Martins Fontes.

Ridder, H. G., Hoon, C., & McCandless, A. (2009). *The theoretical contribution of case study research to the field of strategy and management. Research methodology in strategy and management, 5(1), 137-175.*

Rigo, A. S., Leal, L. P., & Andrade, R. N. (2016). Finanças solidárias com base em bancos comunitários de desenvolvimento: explorando os dados do diagnóstico no nordeste do Brasil.

Rigo, A. S., & Oliveira–Doutora, R. R. (2007). Análise de redes sociais e existência de capital social em um projeto de desenvolvimento local.

Rigo, A. S., de França Filho, G. C & Júnior, J. T. S. (2013*). Microcredit Policies in Brazil: An Analysis of Community Development Banks. Securing Livelihoods: Informal Economy Practices and Institutions*, *115.*

Rigo, A. S., & Oliveira, R. R. (2008). Capital social, desenvolvimento local e stakeholders: o caso do projeto Urbe do Sebrae. *Cadernos EBAPE. BR*, *6*(2), 1-24.

Santana, Clarissa Almeida; Guznan, Ivonne Paola Requena. Uma Leitura das Finanças Solidárias como Alternativa de Acesso ao Crédito para a População de Baixa Renda. Rio de Janeiro, 22 a 26 de setembro de 2012, XXXVI Encontro ANPAD.

Rodrigues, A. L., Calgaro, C., & Pereira, A. O. K. (2014, July). CONQUISTANDO DIREITOS: ASCENSÃO DA NOVA CLASSE MÉDIA NO BRASIL E AUMENTO DO CONSUMO. In Congresso de Pesquisa e Extensão da Faculdade da Serra Gaúcha (Vol. 2, No. 2, pp. 98-109).

Santos, C. G.; Carrion, R. M. (2009). Microcrédito e Pobreza: um Diálogo Possível? *Revista de Administração Contemporânea*, 13, 53.

Sela, V. M.; Sela, F. E. R.; Costa, S. C. (2006) A Importância do Microcrédito para o Desenvolvimento Econômico e Social: um estudo sobre as contribuições proporcionadas pelo Banco do Povo de Maringá aos tomadores de microcrédito. In: Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração, 30., 2006, Salvador. Anais... Belo Horizonte: ANPAD.

Sen, A. (2015). *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras.

Silva Jr, J. T.; Rigo, A. S.; Passos, Ó. A. V. D. (2015). Gestão Social nas Finanças Solidárias: Reflexões sobre a Necessidade da Avaliação da Utilidade Social dos Bancos Comunitários de Desenvolvimento no Brasil. *NAU Social*, *6* (10).

Souza Júnior, A. A.; Moraes, A. F. (2012). As práticas de microcrédito produtivo em uma empresa de reciclagem de papel do polo industrial de Manaus P. *Gestão e Sociedade*, 6(14), 139-158.

Souza, J. (2009). *A ralé brasileira*: quem é e como vive (pp. 15-71). Editora UFMG.

Souza, J. (2012). *Os batalhadores brasileiros*: nova classe média ou nova classe trabalhadora? 2. Ed. ver. e ampl. Editora UFMG.

Sun, S. L., & Im, J. (2015). Cutting microfinance interest rates: an opportunity co-creation perspective. *Entrepreneurship Theory and Practice*, *39*(1), 101-128.

Teodósio, A. S. S. (2007) O longo e tortuoso caminho em direção à base da pirâmide.

Toledo, F.; Cattani, A.; Diaz, L. (2005). Capital social, desenvolvimento e redução da pobreza: elementos para um debate multidisciplinar. *Desigualdades na América Latina: novas perspectivas analíticas*, 155-188.

Torga, Eliana Marcia Martins Fittipaldi. Torga. *O microcrédito como instrumento de inclusão financeira e desenvolvimento humano: Análise de risco das operações de microcrédito por bancos governamentais brasileiros à luz das técnicas de duração e convexidade*. Dissertação. 2012.

Yin, R. K. (2013). *Case study research:* design and methods. Sage publications.

Yin, R. K. (2005). *Estudo de caso*: planejamento e métodos.

Zouain, D. M.; Barone, F. M. (2007). Small business através do panóptico-Excertos sobre política pública de acesso ao crédito como ferramenta de combate à pobreza e inclusão social: o microcrédito na era FHC. *Revista de Administração Pública*, *41*(2), 369-380.

ANEXO A – Roteiro de Entrevista

1. Conte-me sobre a sua vida. Como você chegou nesta vida que tem agora?

2. Fale-me sobre o seu trabalho. Em que você trabalha? Você já trabalhou com carteira assinada?

3. Quais sãos as suas fontes de rendimentos?

4. Como você fez ou faz para ter acesso a trabalhos?

5. Quantos dias por semana você trabalha? Quantas horas por dia você trabalhar? Seu trabalho é puxado? Você se sente cansado demais depois do trabalho?

6. Você estudou até que série? Por quê?

7. Você considera o estudo algo importante?

8. Você necessitou estudar de alguma forma para exercer a sua profissão atual?

9. Depois que começou nesta atividade fez algum curso para aprimorar na sua área? Ou fez/faz curso para melhorar de trabalho e salario? Qual?

10. Fale-me sobre os seus gastos mensais. Como você usa o dinheiro todo mês? Qual é gasto mais caro que você tem por mês? Qual é mais difícil de pagar? Por quê?

11. Você consegue poupar algum dinheiro todo mês? Como você guarda esse dinheiro?

12. Como você decide comprar alguma coisa? Quem mais influencia a sua decisão quando vai comprar alguma coisa?

13. Você acha que utiliza bem o seu dinheiro? Em que você gostaria de melhorar quanto ao uso do dinheiro todo mês?

14. Você tem família? Quem vive na mesma casa que você?

15. Alguém que mora na mesa casa que você estuda?

16. E como são os rendimentos das pessoas que vivem com você na mesma casa?

17. Como é o trabalho das pessoas que vivem na mesa casa que você?

18. Há quanto tempo você possui conta em banco? Quais produtos bancários você possui?

19. Você já pegou empréstimo em bancos antes? Como foi a experiência?

20. Por que você decidiu procurar o Banco para pegar um empréstimo?

21. Você teve dificuldade em conseguir o credito? Quais? O que te ajudou a conseguir o crédito?

22. O que você conhece sobre microcrédito? Como tomou conhecimento do microcrédito?

23. Você compreende todas as regras e os juros do microcrédito? Por que?

24. Você recomenda o microcrédito para outras pessoas? Por quê?

25. Como você está usando o dinheiro que pegou emprestado no Banco?

26. Qual a maior dificuldade com as parcelas do empréstimo? Pesam no orçamento? Como você faz para pagar?

27. Como são as relações com a comunidade?

28. As pessoas que você convive são bem próximas ou são mais afastadas?

29. Quais são as pessoas que você mais confia? Por que?

30. Quando surge necessidade em sua vida (doença, falta de dinheiro, desemprego etc) quem você procura? Você sente que pode contar com muita gente? Ou se sente mais sozinho?

31. Como você relaxa e se diverte? Onde costuma passear ou onde você se distrae?

32. Quais sãos os seus sonhos? Quais são os seus principais projetos de vida?

33. E os sonhos, os projetos de vida das pessoas que vivem com você na mesa casa?

34. Você frequenta algum culto religioso? Há quanto tempo você pratica essa religião?

35. O que essa religião trouxe de bom para você? E para a sua família?

36. Você participa da associação comunitária de seu bairro? Por quê?

37. Você mudou a forma de usar o dinheiro depois de frequentar esses cultos religiosos? Como? Por quê?

38. O que você entende por pobreza?

39. Você considera que as pessoas em situação de pobreza têm qualidades que as permitam sair da mesma? Quais? Como?

40. Por que muitas pessoas de baixa renda melhoraram de vida na última década?

41. O que uma pessoa pobre deve fazer para melhorar de vida? E o que ela não pode fazer de forma alguma?

42. Como será a sua vida daqui dez anos? E a vida da sua família? E a vida da população de baixa renda no Brasil?

43. Perfil do Entrevistado:

Sexo:

Idade:

Escolaridade:

Estado Civil:

Número de filhos:

Dependentes:

Renda mensal em salários mínimos:

Renda familiar per capita em salários mínimos:

Filiação religiosa:

ANEXO B – Legislação MPO

CÂMARA DOS DEPUTADOS
Centro de Documentação e Informação

LEI Nº 11.110, DE 25 DE ABRIL DE 2005

Institui o Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado - PNMPO e altera dispositivos da Lei nº 8.029, de 12 de abril de 1990, que dispõe sobre a extinção e dissolução de entidades da administração pública federal; da Lei nº 9.311, de 24 de outubro de 1996, que institui a Contribuição Provisória sobre Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira - CPMF; da Lei nº 9.872, de 23 de novembro de 1999, que cria o Fundo de Aval para a Geração de Emprego e Renda - FUNPROGER; da Lei nº 10.194, de 14 de fevereiro de 2001, que dispõe sobre a instituição de Sociedades de Crédito ao Microempreendedor; e da Lei nº 10.735, de 11 de setembro de 2003, que dispõe sobre o direcionamento de depósitos a vista captados pelas instituições financeiras para operações de crédito destinadas à população de baixa renda e a microempreendedores; e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA
Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º *(Revogado pela Medida Provisória nº 802, de 26/9/2017, publicada no DOU de 27/9/2017, em vigor 30 dias após a publicação)*

Art. 2º *(Revogado pela Medida Provisória nº 802, de 26/9/2017, publicada no DOU de 27/9/2017, em vigor 30 dias após a publicação)*

Art. 3º *(Revogado pela Medida Provisória nº 802, de 26/9/2017, publicada no DOU de 27/9/2017, em vigor 30 dias após a publicação)*

Art. 4º *(Revogado pela Medida Provisória nº 802, de 26/9/2017, publicada no DOU de 27/9/2017, em vigor 30 dias após a publicação)*

Art. 4º-A. *(Artigo acrescido pela Medida Provisória nº 554, de 23/12/2011, convertida na Lei nº 12.666, de 14/6/2012, e revogado pela Medida Provisória nº 802, de 26/9/2017, publicada no DOU de 27/9/2017, em vigor 30 dias após a publicação)*

Art. 4º-B. *(Artigo acrescido pela Medida Provisória nº 554, de 23/12/2011, convertida na Lei nº 12.666, de 14/6/2012, e revogado pela Medida Provisória nº 802, de 26/9/2017, publicada no DOU de 27/9/2017, em vigor 30 dias após a publicação)*

Art. 4º-C. *(Artigo acrescido pela Medida Provisória nº 554, de 23/12/2011, convertida na Lei nº 12.666, de 14/6/2012, e revogado pela Medida Provisória nº 802, de 26/9/2017, publicada no DOU de 27/9/2017, em vigor 30 dias após a publicação)*

Art. 5º *(Revogado pela Medida Provisória nº 802, de 26/9/2017, publicada no DOU de 27/9/2017, em vigor 30 dias após a publicação)*

Art. 6º *(Revogado pela Medida Provisória nº 802, de 26/9/2017, publicada no DOU de 27/9/2017, em vigor 30 dias após a publicação)*

Art. 7º A alínea "a " do § 2º do art. 11 da Lei nº 8.029, de 12 de abril de 1990, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 11. .....

.....

§ 2º .....

a) por intermédio da destinação de aplicações financeiras, em agentes financeiros públicos ou privados, para lastrear a prestação de aval parcial ou total ou fiança nas operações de crédito destinadas a microempresas e empresas de pequeno porte; para lastrear a prestação de aval parcial ou total ou fiança nas operações de crédito e aquisição de carteiras de crédito destinadas a sociedades de crédito ao microempreendedor, de que trata o art. 1º da Lei nº 10.194, de 14 de fevereiro de 2001, e a organizações da sociedade civil de interesse público que se dedicam a sistemas alternativos de crédito, de que trata a Lei nº 9.790, de 23 de março de 1999; e para lastrear operações no âmbito do Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado;

..... " (NR)

Art. 8º O *caput* do art. 8º da Lei nº 9.311, de 24 de outubro de 1996, passa a vigorar acrescido do seguinte inciso VIII:

"Art. 8º .....

.....

VIII - nos lançamentos a débito nas contas especiais de depósito a vista tituladas pela população de baixa renda, com limites máximos de movimentação e outras condições definidas pelo Conselho Monetário Nacional - CMN e pelo Banco Central do Brasil.

....." (NR)

Art. 9º O § 3º do art. 2º da Lei nº 9.872, de 23 de novembro de 1999, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2º .....

.....

§ 3º O limite estabelecido no inciso I do *caput* deste artigo poderá ser ampliado pelo Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - Codefat, mediante proposta do Ministro de Estado do Trabalho e Emprego, até o valor de R$ 200.000.000,00 (duzentos milhões de reais)." (NR)

Art. 10. O inciso I do *caput* do art. 1º da Lei nº 10.194, de 14 de fevereiro de 2001, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º .....

I - terão por objeto social a concessão de financiamentos a pessoas físicas e microempresas, com vistas na viabilização de empreendimentos de natureza profissional, comercial ou industrial, de pequeno porte, equiparando-se às instituições financeiras para os efeitos da legislação em vigor, podendo exercer outras atividades definidas pelo Conselho Monetário Nacional;

....." (NR)

Art. 11. O *caput* do art. 1º e o inciso VI do art. 2º da Lei nº 10.735, de 11 de setembro de 2003, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º Os bancos comerciais, os bancos múltiplos com carteira comercial e a Caixa Econômica Federal manterão aplicada em operações de crédito destinadas à população de baixa renda e a microempreendedores parcela dos recursos oriundos dos depósitos a vista por eles captados, observadas as seguintes condições:

....." (NR)

"Art. 2º .....

.....

VI - o valor máximo do crédito por cliente;

....."

(NR)

Art. 12. Fica a União autorizada, exclusivamente para a safra 2004/2005, a conceder cobertura do Seguro da Agricultura Familiar - "Proagro Mais" a agricultores que não efetuaram, em tempo hábil, a comunicação ao agente financeiro do cultivo de produto diverso do constante no instrumento de crédito, desde que este produto substituto seja passível de amparo pelo "Proagro Mais" e o respectivo Município haja decretado estado de calamidade ou de emergência em função da estiagem, devidamente reconhecido pelo governo federal.

Parágrafo único. O CMN disciplinará a aplicação da excepcionalidade de que trata este artigo, definindo as demais condições e realizando as necessárias adequações orçamentárias.

Art. 13. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 25 de abril de 2005; 184º da Independência e 117º da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA
Antonio Palocci Filho
Ricardo José Ribeiro Berzoini